

ANO III

N.º 4

**REVISTA**  
DO  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
E  
**HISTÓRIA MILITAR**  
DO  
**BRASIL**

•  
2.º SEMESTRE DE 1943

**VOL. IV**  
•

RIO DE JANEIRO

BRASIL

**RELAÇÃO DO NÚMERO DAS CADEIRAS  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL  
SEUS PATRONOS E SÓCIOS QUE AS OCUPAM.**

PATRONOS	SÓCIOS OCUPANTES
1 — Visconde de Taunay	Ten.-Cel. Humberto Castelo Branco
2 — Gen. Malan d'Angrogne	Ten.-Cel. Frederico Rondon
3 — Barão do Rio Branco	Gen. Paula Cidade
4 — Cmt. Antonio Claudio Soído	Cel. A. Damasceno Vieira
5 — Almirante Antonio C. Gomes Pereira	Alm. M.. Nogueira da Gama
6 — Gen. A. Dias de Oliveira	Ten.-Cel. Afonso de Carvalho (*)
7 — Julio Cesar Ribeiro de Souza	Ten.-Cel. Av. Lisias A. Rodrigues
8 — Barão de Teffé	Cap. Mar e Guerra Frederico Villar
9 — Cmt. Mariano de Azevedo	Gen. Liberato Bitencourt
10 — Cel. Sena Madureira	Cel. Alvaro de Alencastre
11 — Gen. Tiburcio Ferreira de Souza	Cel. Onofre Gomes de Lima (*)
12 — Pandiá Calogeras	Ten.-Cel. Aurélio Lyra Tavares
13 — Almt. Barão de Jaceguay	Almt. Raul Tavares
14 — Cel. Fausto de Souza	Gen. E. F. de Souza Docca
15 — Almt. Barão de Melgaço	Cap. de Frag. A. B. Pinto Guimarães
16 — Gen. Carlos de Campos	Cel. Altamirano Nunes Pereira
17 — Visconde de Porto Seguro	Cap. De Paranhos Antunes
18 — Ten.-Cel. Diogo Arouche	Ten.-Cel. R. Danton Garratazú Teixeira
19 — Gen. Dionisio Cerqueira	Gen. E. Leitão de Carvalho
20 — Gen. Eduardo José de Moraes	Ten.-Cel. José Faustino da Silva
21 — Cel. E. C. Jourdan	Gen. V. Benício da Silva
22 — Cel. F. A. Carneira da Cunha	Gen. Lima Mindello
23 — Marechal Thaumaturgo de Azevedo	Major Jonathas de Moraes Correia
24 — Marechal F. Chagas Santos	Gen. Alipio de Primio
25 — Euclides da Cunha	Cap. Umberto Peregrino
26 — Marechal H. Beaurepaire Rohan	Cel. F. Jaguaribe de Mattos

- 27 — Cel. Antonio F. Pereira do Lago  
 28 — Visconde de S. Leopoldo  
 29 — Gen. Jeronimo Francisco Coelho  
 30 — Gen. João Severiano da Fonseca  
 31 — Gen. Bernardino Bormann  
 32 — Alm. José Cândido Guillobel  
 33 — Cmt. Vital de Oliveira  
 34 — Mal. Soares Andréa  
 35 — Gen. J. I. de Abreu e Lima  
 36 — Gen. José Joaquim Machado de Oliveira  
 37 — Gen. Oliveira Barbosa  
 38 — Almt. Ignacio José da Fonseca  
 39 — Gen. Couto de Magalhães  
 40 — Major Santos Titara  
 41 — Cel. João de Souza Mello Alvim  
 42 — Cap. Alfredo Pretextato Maciel Silva  
 43 — Cmt. Luiz Barroso Pereira  
 44 — Major João M. de Souza Coutinho  
 45 — Major Francisco de Paula Borges Fortes  
 46 — Cel. José Saturnino da C. Pereira  
 47 — Mal. R. J. da Cunha Mattos  
 48 — Cel. Ricardo Franco de A. Serra  
 49 — Gen. Visconde de Maracajú  
 50 — Alm. Barão de Iguatemy

Ten. M. Cavalcanti Proença  
 Cel. T. Alencar Araripe (\*)

Major Frederico Leopoldo da Silva

Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade

Gen. Augusto Tasso Fragoso

Cmt. Raja Gabaglia

Cmt. Luiz Alves de Oliveira Belo

Cel. Luiz Lobo

Cmt. Cesar Feliciano Xavier

Ten. Egon Prates

Cap. Adailton Pirassinunga

Cmt. Didio Iratim A. Costa

Ten.-Cel. José de Lima Figueiredo

Ten.-Cel. A. Pereira Ferraz

Ten.-Cel. Jonas de Moraes Correia Filho

Cel. Cordolino de Azevedo

Cmt. Lucas A. Boiteux

Vaga

Cap. Amir Borges Fortes (\*)

Major Waldemiro Pimentel

Cap. Severino Sombra

Gen. Cândido Rondon

Cel. Leopoldo Nery da Fonseca

Alm. Henrique Boiteux.

NOTA — Os sócios assinalados com um "asterístico" estão eleitos, porém ainda não tomaram posse.

# INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

## NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES:

- 1 — Coronel Alvaro de Alencastro.
- 2 — General Alipio Virgilio di Primo
- 3 — Cap. Adailton Sampaio Pirassinunga
- 4 — Comandante Cesar Feliciano Xavier
- 5 — Major Frederico Augusto Rondon
- 6 — Comandante Didio Iratim Affonso Costa
- 7 — Ten. Egon Prates
- 8 — Comandante Frederico Villar
- 9 — Tenente Coronel Altamirano Nunes Pereira
- 10 — Coronel Raphael Danton Garrastuzú Teixeira
- 11 — Major Umberto de Alencar Castello Branco \*
- 12 — Almirante Henrique Boiteux
- 13 — Tenente Coronel Jonas de Moraes Correia
- 14 — Major Jonathas de Moraes Correia
- 15 — Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos
- 16 — Major José Faustino da Silva Filho
- 17 — General Manoel Liberato Biencourt
- 18 — General João Fulgencio de Lima Mindello
- 19 — General Estevão Leitão de Carvalho
- 20 — Tenente Coronel José de Lima Figueiredo
- 21 — Coronel Luiz Lobo
- 22 — Comandante Lucas Alexandre Boiteux
- 23 — Coronel Leopoldo Nery da Fonseca
- 24 — Almirante Manoel José Nogueira da Gama
- 25 — Tenente Coronel Antonio Leoncio Pereira Ferraz
- 26 — General Francisco de Paula Cidade
- 27 — Coronel Pedro Cordolino Pereira de Azevedo
- 28 — Comandante Antonio Buarque Pinto Guimarães
- 29 — Comandante Antonio Carlos Raja Gabaglia
- 30 — Almirante Raul Tavares
- 31 — General Emilio Fernandes de Souza Docca
- 32 — Capitão Severino Sombra de Albuquerque

## NOMES DOS SOCIOS EFETIVOS:

- 1 — Coronel Arnaldo Damasceno Vieira
- 2 — Capitão Amir Borges Fortes
- 3 — Major Frederico Leopoldo da Silva

- 4 — Capitão Umberto Peregrino Seabra Fagundes
- 5 — Coronel Aviador Lysias Augusto Rodrigues
- 6 — Coronel Onofre Gomes de Lima
- 7 — Capitão Dr. Carlos Sudá de Andrade
- 8 — Capitão De Paranhos Antunes
- 9 — 1.º Tenente Manoel Cavalcanti Proença
- 10 — Major Waldemiro Pimentel
- 11 — Tenente Coronel Aurelio Lyra Tavares
- 12 — Comandante Luiz Alves de Oliveira Bello
- 13 — Coronel Tristão Alencar Araripe
- 14 — Tenente Coronel Afonso de Carvalho

#### **NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS E FUNDADORES:**

- 1 — General Candido Rondon
- 2 — General Valentim Benicio da Silva
- 3 — General Augusto Tasso Fragoso

#### **NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS:**

- 1 — Embaixador J. C. de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 2 — Ministro Aaulpho de Paiva
- 3 — Ministro Gustavo Capanema
- 4 — Almirante Henrique Guilhem, ministro da Marinha
- 5 — General Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra
- 6 — Dr. Salgado Filho, ministro da Aeronáutica
- 7 — General Meira Vasconcellos, Presidente do Club Militar
- 8 — General Marcelino Ferreira da Silva, Presidente do Club dos Officiais Reformados.
- 9 — General Pargas Rodrigues

**DIRETORIA DO**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL**

eleita em sessão de 8-XI-1943, para o biênio 1943-45

**CONSELHO DIRETOR**

**DIRETORIA:**

**PRESIDENTE** — General Emilio Fernandes de Souza Docca

**Vice-Presidente** — Comandante Frederico Vilar

**1.º Secretário** — Coronel Luiz Lobo

**2.º Secretário** — Cap. Severino Sombra

**1.º Tesoureiro** — Cap. Umberto Peregrino

**2.º Tesoureiro** — Major Frederico Leopoldo da Silva

**Bibliotecário** — Major Jonathas de Moraes Correia.

**COMISSÕES**

**DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA MILITAR**

1 — Coronel Jaguaribe de Matos

2 — Coronel Lima Figueiredo

3 — Coronel Jonas Correia

**DE HISTÓRIA MILITAR**

1 — Almirante Henrique Boiteux

2 — Comandante Didio Costa

3 — Coronel Alvaro Alencastro

**DE HERALDICA E MERALHISTICA**

1 — Comandante Egon Prates

2 — Comandante Lucas Boiteux

3 — Capitão Sudá de Andrade

**DE ICONOGRAFIA E ARMAS ANTIGAS**

1 — Cel. H. Castelo Branco

2 — Comandante Cesar Xavier

3 — Coronel Nery da Fonseca

## FISCAL

- 1 — General Lima Mindello
- 2 — Almirante Nogueira da Gama
- 3 — Coronel Damasceno Vieira

## DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

- 1 — Comandante Bello
- 2 — Capitão De Paranhos Antunes
- 3 — Coronel Altamirano Nunes Pereira

## DE PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

- 1 — Comandante Pinto Guimarães
- 2 — Coronel Aurelio Lyra Tavares
- 3 — Coronel Lísias A. Rodrigues

# SUMÁRIO:

	Pág.
✓ GOMES FREIRE DE ANDRADE — <i>Gen. J. Borges Fortes ..</i>	13 —
✓ IMPRESSÕES DA ÁFRICA DO NORTE — <i>Ten.-cel. A. de Lyra Tavares .....</i>	37 —
✓ VITAL DE OLIVEIRA — <i>Cmt. Luiz Alves de Oliveira Bello ..</i>	59 —
✦ DEVE-SE A FLORIANO A IMPLANTAÇÃO DO REGIME REPUBLICANO? — <i>Ten.-cel. Jonas Correia .....</i>	91 —
✓ INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL — <i>Cadeira n.º 43 — Cmt. Lucas Boiteux .....</i>	95 —
✓ ELOGIO DE VARNHAGEN — <i>Cap. de Paranhos Antunes</i>	113
✓ A CASA DO ÍNDIO — <i>Major Jonatas Correia .....</i>	143
✓ JOÃO SEVERIANO — <i>Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade ..</i>	147



# Gomes Freire de Andrada

Conferência do general  
J. BORGES FORTES

Meus Senhores.

A terra carioca guarda no silêncio absoluto de uma tumba, coberta por lápide sem qualquer inscrição e desaparecida à gente do pavimento da igreja de Santa Teresa, as cinzas de Gomes Freire de Andrada, General que foi do Exército português, Conde de Bobadela e figura de relevo máximo na História colonial do Brasil, onde êle desempenhou por prolongado período os cargos proeminentes das Capitanias meridionais de nossa Pátria.

O grande prefeito Pereira Passos cultuou a memória de Gomes Freire dando êsse nome a uma das avenidas que rasgou na velha capital e reuniu em uma mesma homenagem as figuras de Mem de Sá e de Salvador de Sá, fazendo convergirem na Praça dos Governadores, as três avenidas que lembram nomes de figuras que parecem apagadas na memória dos homens de hoje, empolgados como se sentem, na vertigem da vida intensa que ora vivemos.

Não é de estranhar que isso aconteça.

Os contemporâneos de cada grande homem que atravessa a vida das nações fazem normalmente o seu julgamento eivando-o de preconceitos, de paixões e de circunstâncias que lhes toldam a visão e obscurecem o espírito. O julgamento definitivo dessas individualidades cabe à História e esta só a faz mais tarde. Tribunal de última instância suas sentenças são proferidas sob a luz da verdade, da justiça e da serenidade.

Em nossa Pátria temos confirmação solene da inanidade dos julgamentos precipitados dos contemporâneos.

Bastaria recordar-vos o nome hoje endeusado do imortal Duque de Caxias.

Por quantos anos ficou à sombra do olvido o nome dêsse nosso invencível soldado e incedível patriota?

Obrigado a defender-se quando regressava do Paraguai, depois de ganhar a guerra contra Lopes, lançado ao ostracismo pela política de seu tempo, apagada a lembrança de toda a sua grande vida em prol do Brasil, por largo lapso de tempo, somente mais tarde ressurgiu para a glória o seu extraordinário nome.

Ocorreu essa ressurreição logo depois que adquirimos a consciência de nossa missão nacionalista, quando Floriano Peixoto despertou o espírito cívico declarando aos atrevidos estrangeiros que projetaram desembarcar tropas no Rio de Janeiro, que os receberia — a bala!

Despertava, com êsse gesto de altivez e independência a convicção dos brasileiros de que estamos fadados a glorioso destino e devemos preparar-nos para essa missão.

E uma pequena grande obra surgiu, um sintético livrinho de Raimundo Seild, coração de santo e alma diamantina, levantando aos olhos do exército e de todo o Brasil a proeminente personalidade do Duque de Caxias, o consolidador de nossa Pátria.

Daí por diante Caxias transformou-se no ídolo que hoje é consubstanciado no seu nome imortal, as glórias do passado e o exemplo de hoje e amanhã.

O livro de Seild, foi o toque de clarim que despertou entusiasmo: marco intermediário entre o imperecível monumento que é o livro de Monsenhor Pinto de Campos, "Vida do Grande Cidadão Luiz Alves de Lima e Silva" — e a fecunda obra de Vilhena de Moraes.

Se é monumental a História de Caxias escrita pelo Monsenhor, trabalho de estilo clássico e formosíssima linguagem, não menos louvável é a ação de Vilhena de Moraes que devotou-se a um verdadeiro apostolado, exaltando a imortal figura de Caxias, analisando-a e estudando-a sob todos os seus aspectos, como soldado e como cidadão, nos campos de batalha e nos dias calmos da paz, no recesso feliz de seu lar.

Em minha terra natal, naquele querido Estado do Rio Grande do Sul, apagou-se por longos duzentos anos o nome de José da Silva

Paes, o verdadeiro fundador da soberania portuguesa naquelas plagas.

Hoje está reverenciada a sua memória e o bronze perpetua na praça pública da cidade que êle inaugurou, a gratidão dos riograndenses e glória eterna do heróico Brigadeiro português.

Gomes Freire sucumbiu ao peso de duas grandes dores morais. Todo um pertinaz esforço incessante, desde 1680 a 1762 para manter nas ameias da Colônia do Sacramento, a bandeira luzitana foi anulada ante o poderio das armas castelhanas dirigidas por um comandante de rija envergadura. — D. Pedro Ceballos.

O forte soldado que era Gomes Freire sentiu pesar-lhe no coração de patriota, não na consciência de militar, a dor da derrota. E sôbre terrível decisão do Destino, outra mais cruciante, a injustiça de seus jurisdicionados feridos em interesses mesquinhos, que lhe atribuíram as causas de desgraça da Colônia.

Gomes Freire de Andrada, militar por vocação genial, chefe cheio de orgulho e de autoridade, governador ativo e cuidadoso do bem estar de seus concidadãos, delegado do Rei que lhe outorgava irrestrita confiança, emissário da metrópole cujos designios cumpria com devotamento e consciência, Gomes Freire quebrantou a própria fortaleza e morreu fulminado pela fatalidade e pela injustiça.

Passaram-se mais de dois séculos depois que o nome glorioso de Gomes Freire penetrou na História do Brasil. É singular que essa inconfundível individualidade não tivesse até agora atraído a atenção de nossos muitos e ilustres escritores de história traçando um livro sôbre ela.

Entretanto o nome de Gomes Freire está gravado nos fatos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de Goiaz, de São Paulo e de Santa Catarina, do Rio Grande, da Colônia do Sacramento.

Há no insigne general um conjunto de personalidades, qual a mais interessante:

O soldado que venceu campanhas; o administrador que distribuía o bem que podia entre os seus governados; o diplomata que defendia o interesse de sua pátria nas contendas com seus pares; o varão cheio de virtudes e de fé religiosa que cultivava e incitava com seu exemplo; o intelectual que criou a primeira tipografia no

Brasil e bafejou a Academia dos Seletos; o patriota inescedível que em toda a sua longa existência teve uma preocupação invariável — ser fiel a seu Rei e a seu País.

Gomes Freire foi isso tudo e não foi olvidado.

Não o poderia ser jamais: merece pois, muito maior projeção do que aquela que lhe possam pôr em relevo as expressões singelas destas laudas que com tanta bondade estais ouvindo.

\* \* \*

Tenho acompanhado através de documentos e livros a situação de Gomes Freire. Com a paciência e perseverança que exige um trabalho de análise de uma grande vida, tenho coligido boa cópia de elementos que me permitem seguir pari-passu a trajetória do notável general na difícil governação que desempenhou em nossa pátria.

Diogo de Vasconcelos, o severo historiador das Minas Gerais faz frequentes alusões ao valor de Gomes Freire e estuda com alto critério as várias épocas em que a influência direta dêsse chefe se fez sentir, sempre beneficentemente, sôbre os povos da vasta capitania mediterrânea.

Southey, atribue-lhe a paternidade do Tratado de 1750 e considera-o um distinto fidalgo.

Varnhagen diz de Gomes Freire:

“Bobadela foi governador justo, sumamente político, zeloso servidor de S. Majde. e que nunca deitou a perder nenhum de seus subditos e tudo conseguia com modo e muito acabada prudência.

Era garboso, franco e de extraordinária vivacidade.

Nas falas parecia vehemente, porém era apenas ativo.

Sua piedade, juízo, circunspecção e honradez se acham estampadas nas instruções que em 1752 deu a seu irmão ao entregar-lhe o governo de Minas. A sua morte é o desfecho de um grande drama do qual êle fora protagonista”.

E mais adiante acrescenta:

“Praza a Deus que venha um dia em que não só se levanta uma estátua ao mesmo Bobadela como seja pela gratidão nacional posto êsse grande nome no de alguma de suas povoações ou praças delas”.

Rodrigo Octavio em seu "Felisberto Caldeira" refere-se frequentemente a Gomes Freire que lhe merece os qualificativos de glorioso e bom governador.

No Rio Grande do Sul a sua lembrança não se pode apagar, pois nesse recanto do Brasil, Gomes Freire permaneceu por largos anos e lá está felizmente ainda de pé no limiar da terra continental, a igreja Matriz da cidade do Rio Grande em cuja fachada está esculpida a seguinte inscrição:

"Reinando El-Rei D. José I N. S. e sendo Capitão General das Capitánias do Rio de Janeiro e Minas Gerais o Ilmo. e Exmo. Gomes Freire de Andrada do seu Conselho Mestre de Campo General dos seus Exércitos mandou fazer esta Igreja no tempo que conferiu e executou de sua parte como principal comissário do mesmo Rei e Senhor a divisão das duas monarquias. Rio Grande de São Pedro, 25 de Agosto de 1755".

Por último: eu mesmo escrevi para a comemoração dos Centenários de Portugal:

"De muito desejava eu prestar essa minha homenagem ao eminente filho de Portugal que é aos meus olhos de convicto admirador também um grande brasileiro.

Não cause surpresa tal asserção.

Brasileiro foi Gomes Freire, pois de seus longos 75 anos de existência, 30 passou-os ininterruptamente no governo do Sul do Brasil.

Dedicou-se à nossa terra com todas as faculdades de sua extraordinária capacidade de administrador, de militar e de chefe.

Brasileiro será Gomes Freire enquanto estiverem de pé os arcos monumentais da Carioca, as muralhas vetustas da Ilha das Cobras, as brancas paredes da Igreja e Convento de Santa Teresa.

Brasileiro foi Gomes Freire quando, durante sete anos a fio, perlustrou as campanhas do Rio Grande para dilatar as terras de sua Pátria trazendo as Missões para a soberania portuguesa.

Brasileiro quando tinha sobre os ombros a jurisdição de tôdas as capitánias contíguas, do Rio de Janeiro, de S. Paulo, de Minas, de Goiaz e do Mato Grosso.

Brasileiro porque aquí exalou o último alento de uma merecida vida e porque no chão do Brasil guardamos as suas preciosas cinzas.

E também português! Pela glória que alcançou na terra nativa como soldado, pelo título nobiliárquico com que o premiou seu Rei em recompensa de uma vida inteira consagrada à Pátria, em serviços sem conta e de alto valor; pela riqueza da herança que deixou em documentos inestimáveis do tempo de seu governo; pela glória insigne de lhe servir de berço natal”.

Aqueles leitores que teem acompanhado os meus trabalhos de literatura histórica sabem que venho me dedicando ao estudo dos acontecimentos do Rio Grande, principalmente no primeiro século de sua incorporação à civilização luzitana.

Pode-se rigorosamente afirmar que foi no ano de 1733 que o território riograndense iniciou a sua vida luso-brasileira.

Esse ano é também aquele em que Gomes Freire inicia-se no governo do Rio de Janeiro como capitão general.

Decorrem trinta anos entre essa era e o dia tenebroso do desaparecimento do notavel varão: a vida do Rio Grande sofreu abalos profundos e decisivos aos quais o nome de Gomes Freire vem invariavelmente ligado.

Daí a atração que me impulsionou para acompanhar o seu governo a repercussão que este ia projetando sobre a história de meu Estado natal e a grande e profunda admiração que brotou em meu espírito por esse imortal general e brilhante homem de estado.

O sentimento latente de admiração por Gomes Freire tenho-o eu encontrado em todos os intelectuais com que me tenho entretido a conversar sobre a sua relevante atuação no Brasil e manifestado o propósito de condensar em livro a vida do insigne general.

É o prosseguimento da tarefa que me impôs o objeto da palestra que agora tendes a paciência de ouvir.

Certamente o presente assunto não estará fora das linhas de nosso Instituto de História Militar pois duas importantes campanhas foram chefiadas por Gomes Freire — a defesa de Colônia do Sacramento em 1735-36 e a guerra dos Guaranís.

Se Gomes Freire foi efetivamente um grande chefe de Estado, se revelou alta capacidade no desempenho das funções de Delegado do Rei nos debates diplomáticos com o seu conferente na Demarcação de Limites no Rio Grande do São Pedro, o traço predominante de sua relevante personalidade foi o temperamento fundamental mi-

litar que o caracterizava. Vibrava em toda a sua longa atuação como governador de vastos domínios no Brasil, a alma do soldado inato, a centelha de seu gênio de general, seu espírito de guerreiro.

\* \* \*

Foi nos campos do Alemtejo, nas pugnas frequentes em que se degladiavam portugueses e espanhóis que o nome de Gomes Freire começou a se circundar da aureola que o levaria à glória imperecível.

Alcançou naquelas plagas um posto hierárquico ainda modesto, o de comandante de um regimento de cavalaria, porém salientara-se bastante para que, quando o monarca absoluto de Portugal precisasse de um delegado fiel e seguro para vir governar a capitania do Rio de Janeiro, restaurá-la da desordem produzida pela enfermidade fatal de Bahia Monteiro, fosse Gomes Freire de Andrada, o escolhido pelo Rei.

E assim, a 26 de julho de 1733, estava Gomes Freire já galardoado com os seus bordados do generalato, de posse do governo da capitania.

Graves incumbências trazia o novo capitão-general; preparar a defesa do Rio de Janeiro, ainda fundamente ressentido das consequências do assalto dos franceses e estar atento e vigilante sobre a atitude dos castelhanos no Rio da Prata, incumbências de caráter militar e de ordem externa.

No referente à política interna, empenhar toda a autoridade no sentido de pôr termo aos serviços das rendas do Erário Público originado do contrabando do ouro e diamantes e da circulação de moeda não legitimada.

Era portanto uma múltipla tarefa de máxima delicadeza, o que significava a irrestrita confiança do Rei no alto valor de seu mandatário.

Desempenhou-se Gomes Freire, em outro prazo, desta última missão. Apoderou-se habilmente de todos os fios da trama de desonestos e ladroeiros que usavam os criminosos e, a despeito de quaisquer outras considerações, prendeu delinquentes, apontou cúmplices e desmascarou completamente as pessoas que se envolviam nas grossas tratantadas do contrabando do ouro.

Era uma complexa rede que se estendia pelo Brasil e se ramificava nas colônias inglesas da América, na África e na Inglaterra, atingindo a própria metrópole portuguesa.

Não se escoaram muitos meses e a tormenta se desencadeou no Prata. Em outubro de 1735, sem que a paz estivesse perturbada na península Ibérica o governador de Buenos Aires atacava a Colônia do Sacramento submetendo-a a sitio regular e que iria prolongar-se por largo prazo.

Gomes Freire estava nessa ocasião em Minas, onde desempenhava simultaneamente com o governo do Rio de Janeiro o posto de capitão general daquela capitania. Ficara no Rio, substituto designado pelo governo real, o benemérito brigadeiro José da Silva Paes.

Os dois grandes chefes agem como uma única pessoa: desdobram-se providências, improvisam toda a sorte de auxílios à guarnição ameaçada e detem pela energia de sua atitude, pelo acerto de sua orientação, a onda invasora dos castelhanos. Os defensores da Colônia, sentiam-se animados material e moralmente pelo governo do Brasil e isso multiplicava-lhes a indômita bravura com que lutavam sob o comando do forte Antonio Pedro de Vasconcelos.

\* \* \*

Eram porém muito diminutos os recursos de que o Rio de Janeiro podia dispor: naves, armas, munições, víveres e soldados escasseavam.

E então, já se podem perceber os prodromos de uma nacionalidade, pois estremeçeram ao insólito, ao ato do irreconciliavel adversário, Pernambuco e Baía, Minas e São Paulo, S. Catarina e o incipiente Viamão, que todos num movimento consciente uniram o máximo de seus esforços para em ação ininterrupta salvarem a honra portuguesa, a soberania de suas armas nas trincheiras da Colônia e nas águas do Prata.

A metropole correu. Veio de Portugal, com uma poderosa frota a decisão de lutar até o extremo na defesa da tradicional fortaleza e, mais do que conservá-la, reafirmar o seu domínio, alargando a conquista na posse de Montevideu e de Maldonado, e findando raízes definitivas no Continente do Rio Grande de São Pedro.





**GOMES FREIRE DE ANDRADE (Conde de Bobadela)**

São por demais conhecidos todos os acontecimentos dessa memorável época, principalmente depois que veio a público o notável livro de meu saudoso amigo e nosso inolvidável consócio Coronel Rego Monteiro, exclusivamente tratando da história da Colônia do Sacramento.

É nêsse período de apreensões, de energias e de decisões que o espírito militar de Gomes Freire se demonstra em toda a pujança de seu gênio.

Do Rio de Janeiro, que não pode mais dispensar a sua presença, despacha incessantemente os auxílios materiais indispensáveis para a resistência armada. Mais do que isso: comanda à distância as operações de guerra. Acompanha de longe os movimentos de nossas armas, orienta os chefes, indica-lhes operações proveitosas e decisivas, determina ações e reações...

É o general em chefe: à sua visão de águia nada escapa. Ele tudo vê, tudo prevê e a tudo provê. Está no seu elemento predileto, o exercício do comando da guerra.

Desgraçadamente tem de ser um comando de longe e naquele campo as comunicações eram de uma lentidão mortal, as condições meteorológicas de clima e estação preponderantes, as forças da natureza imperava muito mais decisivamente do que hoje, quando a eletricidade e a máquina são instrumentos que o homem maneja à sua vontade, num domínio quase absoluto sôbre as leis naturais.

Desgraçadamente é um comando de longe e no teatro da luta, nos campos de combate a autoridade triplica-se. O comando da frota, o comando do exército e o comando da praça, são três autoridades que não se conjugam no momento e lugar propícios; homens, partilham de suas fragilidades e disputam-se à conquista do melhor quinhão de glória numa luta que não era ainda uma vitória.

Gomes Freire presencia cheio de revolta e de indignação a divergência que eles procuravam por todos os meios dissipar: mas o erro viera de Lisboa, as instruções reais traziam no bojo o germen das dissidências e do fracasso.

O epílogo da campanha foi a paz ajustada na Europa entre Portugal e Espanha, a conservação da Colônia do Sacramento, a radicação no Rio Grande, a conquista do extenso território até o rio São Miguel e a derrogação definitiva da doutrina de Tordesilhas, subs-

tituida agora pelo princípio do *uti-possedetis*, no domínio do direito internacional.

Gomes Freire defronta serenamente o julgamento, pelo Rei, das atitudes dos delegados deste nos acontecimentos. Ele pessoalmente seria também julgado. Não proferira voto acerca do que presenciara; em consciência, porém, formava juízo, condenava a fraqueza dos mandatários que haviam ido ao Prata.

A Antonio Pedro não perdoava alguns erros de chefe, e principalmente, o fato de haver aquele general ocultado a Gomes Freire certos episódios e circunstâncias da guerra, apelando preferentemente para Lisboa antes de se dirigir ao Rio.

A Silva Paes censurava acremente por haver demorado em Santa Catarina, quando seguira para o Prata com o terceiro socorro e por haver assaltado as trincheiras de Montevideú.

Era menos severo seu conceito sobre Abreu Prego. Porque?

E no entanto quando se pronunciou a sentença real sobre as responsabilidades desses chefes, muito justamente, foi sobre Abreu Prego, o comandante do mar que recaiu a condenação do monarca.

Vem dessa campanha do Sul a divergência histórica entre os dois generais — Gomes Freire e Silva Paes, guardando ambos no fundo de seus corações a amargura de suas malquerenças.

A prosápia, o orgulho do capitão-general não suportam freio e não cedem a ponderações: sua atitude para com o Brigadeiro atinge proporções de excessivo rigor. E a má vontade para com este se propaga mesmo à brilhante conquista que Silva Paes realizara no extremo sul.

Gomes Freire olha o Rio Grande com evidente ojerisa, não admite que a sua posse venha contrabalançar o fracasso de Montevideú e chega a aceitar a renúncia de tudo quanto alcançara o Brigadeiro, entregando S. Miguel aos castelhanos.

Prevaleceu porém o conceito militar e Gomes Freire compreendeu que embora a terra nada oferecesse de futuro, que custaria montões de cruzadas aos magros cofres da Fazenda Real, a posição do Presídio serviria, como se diz agora, de trampolim para um assalto em qualquer tempo sobre o cobiçado Montevideú. E o Rio Grande foi preservado da catástrofe de ficar província paraguaia!

Uma coisa única — pode explicar tão funda divergência: os dois ilustres chefes eram igualmente ativos, Gomes Freire mais autoritário, Paes mais subordinado, ambos alimentando comparavel dose de amor próprio...

Traço bem característico de Gomes Freire foi o seu autoritarismo, aliás sem prepotência, pois não empregava essa força moral fora dos limites do bom e da normalidade.

Era antes de tudo, determinada uma tal qualidade pelo hábito de comando, pela continuidade no governo e principalmente pela consciência da própria extraordinária personalidade.

No começo de seu governo em Minas, segundo Diogo de Vasconcelos, é êle tolerante, acessível e generoso.

A medida que se escoava o tempo e que se alargavam os poderes de governo, aumenta-se a autoridade moral de Gomes Freire e é com crescente energia que desempenha o seu papel de chefe nas diligências de guerra na Colônia do Sacramento.

Mais uma demonstração do característico amor próprio do illustre general é a sua contenda com o ativo fidalgo D. Luiz Mascarenhas, que veio substituir como capitão general de S. Paulo, no ano de 1738.

A Câmara paulista promoveu grandes festas quando D. Luiz chegou à sua capital, acintosamente manifestando a Gomes Freire o seu desagravo pelo fato de não haver este quando no exercício cumulativo do governo da capitania demorado algum tempo em S. Paulo.

Gomes Freire não tinha qualquer apreço pela cidade piratiningana e já tivera oportunidade de considerar a sua designação para aquele governo como quase um castigo...

Mais tarde surgem conflitos, desentendimentos graves nas fronteiras das duas capitâneas — Minas e São Paulo.

Num país tão vasto, em capitâneas quase despovoadas, já se discutia, bradava e lutava por questão de limites jurisdicionais dentro de estreitas regiões.

Quão apaixonadamente os homens se apegam ao solo!

Necessariamente os capitães generais conheciam os fatos, sabiam como resolvê-los. Não o faziam e reciprocamente se hostilizavam. Ciúme de autoridade? Excesso de orgulho?

A luta foi silenciosa e prolongada e terminou com o afastamento de D. Luiz Mascarenhas para Portugal e com o *capitis-diminutio* da terra paulista, que de capitania independente se viu reduzida a simples comarca da do Rio de Janeiro onde Gomes Freire era o chefe todo poderoso.

Sem sombra de dúvida se pode afirmar que tão radical providência fora sugerida por Gomes Freire, que assim afastava o seu altivo e aristocrático contendor e ao mesmo tempo desforrava-se do esquecido acinte dos paulistas.

Nova prova do espírito autoritário do eminente capitão general vamos encontrar na correspondência do Marquês de Val de Lirios com a corte de Espanha. Em carta para Dr. José Carvajal, o plenipotenciário espanhol, diz ser Gomes Freire homem de vivacidade extraordinária em sua idade e que não sabe falar sem vehemência, dado o seu espírito marcial.

\* \* \*

Para pôr em execução o Tratado de 1750 que fixou os limites entre Portugal e Espanha nas terras da América, Gomes Freire, recebeu plenos poderes do monarca português.

Viajando para o Sul no desempenho de sua espinhosa missão levava Gomes Freire o seu potente espírito de soldado de lei, o seu bastão do comando, as suas veleidades de cortezão, o seu código de etiquetas, e no fundo de sua alma de velho português, o seu ardente patriotismo e tôdas as prevenções e desconfianças sempre vivas contra iguais sentimentos dos castelhanos.

Ja Gomes Freire acompanhado de um poderoso contingente militar. Tinha sob seu comando chefes experimentados e valorosos, tropas instruídas e de perfeita disciplina.

As instruções que recebera confiavam-lhe autoridade quase majestática.

Seu contendor o Marquês de Val de Lirios era certamente portador da mesma bagagem que acompanhava Gomes Freire. O plenipotenciário português inicialmente levava-lhe algumas vantagens; a primeira era a referente às tropas que Gomes Freire conduzia. Eram tropas de primeira plana em toda a extensão do termo.

A segunda é ainda mais importante: o chefe português estava inteiramente ambientado, conhecia bem a América, a sua gente, os hábitos e as tendências peculiares. Val de Lírios vinha da côrte de Madrid, para atuar em meio desconhecido cercado de auxiliares cujo sentir lhe era completamente estranho.

Gomes Freire não admitia por forma alguma que preponderasse na fixação dos limites territoriais a vontade dos castelhanos, mais propenso a ceder e ao contrário tudo fez para que os portugueses fossem os mais fortes quando estivesse em jogo o prestígio das duas comissões.

O Marquês encontrou um clima antagônico com os seus propósitos. Os castelhanos da América não compreendiam porque a Espanha trocava um imenso território como era o império das Missões pelo que eles diziam ser e o era de fato materialmente, uma minúscula fortaleza defendida por arruinadas trincheiras.

E mais grave do que essa resistência, a revolta que crescera entre os habitantes dos velhos arraiais jesuíticos obrigados a deixar os seus lares para se irem instalar em outras regiões de soberania espanhola.

A frente dessa revolta, branca a princípio, mas que não demoraria a se transformar na mais rubra das tragédias, estavam os padres que desde longa data vinham tangendo os infelizes indígenas como um imenso rebanho.

Gomes Freire procede como um general em pleno teatro da guerra. Não alardeia, não interfere junto aos jesuitas, porque castelhanos, mas prepara-se para defrontar em quaisquer circunstâncias as resistências que se ofereçam.

Inicialmente sua preocupação é atingir o coração das terras que viriam caber a Portugal. São Miguel, a capital missionária é o primeiro objetivo, e de indagação em indagação, de estudo em estudo, Gomes Freire foi arquitetando o seu plano de operações diplomáticas e guerreiras.

As coisas correm bem até certo ponto. Condescenderam os demarcadores na fixação dos primeiros marcos fronteiros.

Tornou-se preciso marchar para as Missões onde avolumava o espírito de rebelião dos habitantes das reduções. Gomes Freire reserva para seu exército a marcha ao longo do rio Jacuí, enquanto o

general Androanegui, comandando as tropas de castelhanos seguiria pela margem do Uruguai, marcado o encontro das duas colunas no território missionário.

A marcha do chefe espanhol foi desastrosa. Derrotado, exausto, teve de recuar para seu ponto de partida.

Gomes Freire foi mais afortunado, porque mais precavido, mais inteligente e mais sincero. Inaugurou a navegação da Lagôa dos Patos, criou o porto do Viamão, sulcou com seus barcos de transportes de tropas e de casais açorianos as águas do Jacuí, organiza os armazens de Santo Amaro e estabelece a trincheira do Rio Pardo, ponto de apoio interessando a investidura de suas tropas pelo desconhecido território interior, rumo às Missões.

Após rápida marcha acampa Gomes Freire na margem esquerda do Rio Jacuí, no passo que conserva até hoje o nome do rio, a montante da cidade de Cachoeira. Na margem aposta ao acampamento português, uma imensa multidão de índios das reduções ameaça a resistência ao avanço da coluna lusitana.

Não era porém uma hoste guerreira, mais ou menos organizada a que se atirava ao sacrifício naquela pretendida resistência. Era um bando que sem disciplina, sem armamento capaz, mal comandado, sem mesmo saber o que pretendia fazer, na inconsciência de um rebanho de vítimas.

Gomes Freire com a prudência e a sabedoria de um grande chefe não quiz sacrificar aquela infeliz multidão. Ouviu-lhes os protestos, as ameaças, porém conservou-se obstinado em não derramar o sangue daquelas pobres vítimas da ignorância e do atrazo de uma educação errada.

Foi nesse transe que o grande general mais uma vez demonstrou a rara fibra de sua persistência física e moral, suportando com a admirável resignação de um verdadeiro soldado a luta contra os elementos da natureza desencadeados contra o exército português, sob a forma de uma torrencial chuva que com formidável inundação parecia querer afogar soldados e chefes surpreendidos em suas barracas que nem um pensou em abandonar. Gomes Freire dava o exemplo da firmeza, da perseverança e da resignação partilhando com seus comandos dos perigos da presença do inimigo e dos contratempos da estação.

A inundação baixou: os índios cederam. Somente faltava ao eminente general conhecer notícia do que ia pela tropa castelhana para prosseguir a marcha combinada.

Veio o portador da informação esperada. Trouxe a notícia do desastre de Andoanegui: Gomes Freire via desmoronar o plano tão bem arquitetado. Ele não poderia prosseguir sem graves consequências.

Tornava-se necessário recomeçar a campanha, dar novas diretrizes às operações, concentrar outros objetivos com os castelhanos.

Antes porém, havia mais alguma coisa a realizar, precedendo à retirada da tropa portuguesa de sua posição no Jacuí, era alguma coisa que não podia escapar à larga inteligência do notável general.

Tratou Gomes Freire de ajustar com os chefes da multidão de índios que o defrontava, um conchavo que conciliasse as conveniências futuras de Portugal com o interesse imediato do povo das Missões.

A primeira impressão que fica aos que leem a maioria dos cronistas que narram episódios da história do Rio Grande é que o eminente e honrado chefe português não usou absoluta lealdade para com seus antagonistas. Parece-me que tem havido um certo espírito tendencioso em semelhantes narrativas.

Esse aspecto é absolutamente ilusório. Gomes Freire acercou muito legitimamente com os opositores que todo o território ao oriente do Jacuí passaria a ser domínio dos portugueses e que — antes de receber ordem em contrário de seu rei — não transporiam as suas tropas a linha convencionada. Ficava portanto aberta a porta para o desempenho integral de sua tarefa, em qualquer tempo, isto é, a ocupação das Missões, desde que tal decisão fosse emanada do monarca português portanto desde que permanecesse de pé o Tratado de 1750.

É um eloquente atestado da grandeza de ânimo de Gomes Freire a sua conduta no Jacuí. Podia esmagar logo aquele infeliz bando de fanáticos inocentes. Sua humanidade o preservou de tão sangrenta façanha.

Os olhos fitos na Pátria, confabula, convence, alcança êxito transcendente nas suas conferências com os chefes da malta rebelde.

Revelara na sua grande generosidade o mal que a traição desses



rebeldes produzira quando se atirara contra a trincheira do Rio Pardo, meses antes, e agora deixava-os voltar tranquilamente a seus lares, talvez na expectativa de experimentarem mais tarde a força de suas ingênuas armas contra a forte falange de soldados do Brasil...

\* \* \*

Gomes Freire entregava-se por algum tempo ao seu papel de governador do Continente riograndense, e põe em prática no Rio Pardo, em Viamão e no Rio Grande, todas as medidas de administração exigidas pelos habitantes do território perturbado, como estava a vida coletiva pela anárquica gestão de Diogo Osorio e pela superveniência das ameaças de revolta.

A essas causas que entravaram a prosperidade do Rio Grande deve ainda juntar-se a dualidade de jurisdição, repartido como estava o território riograndense pelos governos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Oportunamente seria combinada com o plenipotenciário de Madrid a sequência das operações militares. Os jesuitas persistiam na recusa de abandonar o território missionário. A força das armas tinha de impôr os direitos soberanos.

Andonaegui, a princípio vacilante no cumprimento de seus deveres de militar, mais propenso a ser instrumento dos padres, que exerciam forte domínio sob a esposa do general espanhol, do que soldado leal, entra no bom caminho e vem juntar-se com os seus comandados, a Gomes Freire, para encetar-se uma nova marcha de invasão.

A superior capacidade do veterano chefe luso impõe-se e a êle cabe daí por diante a direção da campanha. Em Caiboaté decide-se em trágica batalha o triste destino das falanges indígenas que tentavam opôr-se ao avanço das tropas aliadas.

Mais adiante é na trincheira de São Martinho que um novo revez abre os campos de Missões para o exercício de ocupação. A esta vitória precedera uma estupenda marcha através da serra e da floresta virgem, admirável feito realizado de forma modelar sob a inspiração do provento Gomes Freire.

Dentro de poucos dias, sob o fumo dos incêndios que as mãos

criminosas de fugitivos ateavam, São Miguel, a capital das reduções jesuíticas, era ocupada pela tropa portuguesa e logo após desaparecia a última resistência quando rendeu-se aos soldados castelhanos o povo de São Lourenço.

Estava integrada a tarefa de Gomes Freire; as Missões estavam ocupadas.

\* \* \*

A demarcação dos limites não fora ainda ultimada. Terminara a campanha militar; certas divergências dependiam de decisão nas cortes: porém os obstáculos mais fortes que embaraçavam o êxito completo do Tratado eram os tramados nos segredos dos palácios reais por todos os elementos que se combinavam para fazer desmornar a extraordinária obra diplomática do iluminado ministro Alexandre Gusmão.

Este já havia morrido. O Tratado periclitava. Gomes Freire estivera afastado do Rio de Janeiro por sete anos ininterruptos: seus soldados estavam também esgotados de fadiga, após aquele longo peregrinar por terras do sul.

Nênhum motivo havia portanto para determinar a permanência do exército e de seu chefe no Rio Grande, e Gomes Freire recolheu-se ao Rio de Janeiro nos meados do ano de 1759.

Já era o Conde de Bobadela, prêmio que merecera sobradamente de seu monarca, tanto fora o fervor com que o general o servira, servindo a Pátria.

\* \* \*

Todo aquele imenso esforço tornar-se-ia vão.

A conspiração ininterrupta que acompanhara o tratado de 1750 em tôdas as suas fases coroava-se de êxito com a derrogação do convencionado e o surto de uma nova guerra entre Portugal e Espanha.

A Colônia do Sacramento recebia o assalto dos castelhanos, porém, o exemplo de Antonio Pedro, apagara-se na memória do comandante da praça. Esta capitulou.

Esta palestra em que, sem ter títulos que para tanto me auto-

rizem, procuro exaltar a figura imortal do honrado general português e insigne governador no Brasil, me proporciona ensejo para desagrar o seu nome, respeitavel por todos os princípios, daquilo que com justa expressão, foi considerado irreverência de Buenaventura Cavaglia Hijo.

O publicista uruguaio escreveu, há tempos, um opusculo sobre a devoção de Gomes Freire a Santa Teresa, em que, como o melro de Guerra Junqueiro, repica umas finas ironias sobre a fé religiosa do illustre Bobadela.

É bem do feitio de Cavaglia o manejo da ironia. Lamentavel também é que fosse atirá-la alvejando o que há de mais sagrado dentro do coração das criaturas humanas, a sua consciência religiosa.

Valeu-se o escritor de hipóteses e conjeturas que não resistiram ao exame que lhes applicou De Paranhos Antunes no II Congresso de História do Rio Grande.

A inanidade de argumentação de Cavaglia é fácil de demonstrar.

Em páginas anteriores falei de três grandes obras erigidas sob o governo de Gomes Freire; a fortaleza da Ilha das Cobras, o aqueducto da Carioca e o convento de Santa Teresa.

Este convento, tributo que Gomes Freire quis prestar à sua imensa piedade religiosa foi a falsa base sobre que Bernardo Cavaglia levantou as suas premissas.

A história do convento de Santa Teresa está minuciosissimamente escrita no livro de Moreira de Azevedo — "O Rio de Janeiro". Eí-la em resumo, necessário para mostrar quão forçada é a argumentação usada por D. Buena Ventura.

Duas piedosas donzelas cariocas, às quais se reuniram mais algumas, recolheram-se a uma chácara na estrada de Matacavalos, hoje rua Riachuelo, e aí fundaram uma pequena ermida em louvor do Menino Jesus.

Gomes Freire correspondendo aos santos sentimentos de tão fiéis devotas mandou projetar pelo notavel engenheiro Pinto Alpoim, o convento do morro do Desterro, cuja construção se completou sem maior tardança.

Em 24 de junho de 1751 as devotas se transportaram para a nova habitação e preparavam-se para proferir voto, adotando os

preceitos da ordem de Santa Teresa. O bispo do Rio de Janeiro, opôs-se a esse desejo e não permitiu que fosse dado o veu de freiras de Santa Teresa a essas senhoras, indicando a regra de Santa Clara como a que melhor se compadecia com o clima do Rio de Janeiro, exagerado como lhe parecia a de Santa Teresa.

D. Jacinta que era a diretora espiritual das recolhidas do Deserto não se conformou com os desejos do bispo e foi a Lisboa impetrar do Papa e do Rei a satisfação de sua vontade piedosa.

Regressando ao Rio de Janeiro em 17 de abril de 1756, trazia um breve do Papa e o beneplácito real com a concessão que fôra pleitear.

“Mas, nem assim, diz Moreira de Azevedo, cessaram os escrúpulos e receios do bispo que continuou a opôr-se aos desejos do Conde e de Jacinta; e nessas dúvidas e embaraços dos poderes eclesiásticos e civis, correu o tempo até que em 1 de janeiro de 1763 faleceu o Conde de Bobadela tendo sepultura no presbitério da igreja do convento”.

Antes de morrer Gomes Freire, referindo-se à casa de onde lhe proviera o título de nobiliarquico dizia: A casa de Bobadela fica feita, mas as minhas filhas ficam ainda sem casa. Aludia ao fato de não estar ainda resolvida a anuência do bispo ao desejo das religiosas, que insistiam por serem irmãs de Santa Teresa.

Vê-se assim que a vontade de Gomes Freire não era senão o reflexo da vocação de suas protegidas. O convento se chamou do Deserto e só depois que para lá subiram as devotas de Santa Teresa foi que o povo começou a dar esta denominação ao morro e ao novo edifício.

Somente em 1777, foi que o novo bispo do Rio de Janeiro Mascarenhas Castelo Branco, concedeu a clausura canônica para as freiras de Santa Teresa.

Quando Gomes Freire preparava-se para partir rumo do sul na tarefa de demarcar os limites com Espanha, a flor da intelectualidade do Rio de Janeiro fundou um cenáculo a que chamou a Academia dos Seletos.

Destinou-se a exaltar a glória de Gomes Freire, em homenagem que estudavam a sua personalidade como cristão, como homem de Estado e como militar.

A obra que testemunhava o seu fervor de crente na religião de Jesus era o convento do Desterro. Os panegiristas de Gomes Freire referiram-se longamente a essa fundação e às peidosas irmãs que iriam habitá-la.

Dos elogios e consagrações dos académicos pretendeu Buena Ventura Caviglia Hijo extrair induções que profanam a memória sagrada do homem, cuja humildade cristã chegou a ponto de exigir que nenhuma inscrição assinalasse o lugar onde repousavam as suas cinzas impolutas.

Também o fato de receber a Fortaleza que Tomaz Osorio levantou na fronteira entre o Uruguai de hoje e o Rio Grande, na campanha de 1762, a invocação de Santa Teresa serviu de argumento para a irreverente tese de Caviglia.

Os documentos referentes a essa fortificação indicada por Gomes Freire na previsão dos dolorosos acontecimento que recairiam sobre o Rio Grande, não trazem qualquer menção de que coubesse ao Capitão General a denominação que lhe deu o coronel Tomaz Osorio.

Este comandante era também um devotado cultor de Santa Teresa, como afirma De Paranhos Antunes, baseando-se na opinião de Aurelio Porto, que de tal devoção encontrou documentação irrecusável: inaugurando-se a fortaleza a 15 de outubro de 1762, Osorio collocou-se sob a divina proteção da Santa de sua predileção.

Teria chegado ainda a tempo de ser essa invocação conhecida de Gomes Freire.

O publicista uruguaio poderia encontrar ainda um novo argumento em favor da afirmação de que Gomes Freire tinha talvez inabalável fé na Santa que tão coincidentemente interferia em sua vida.

Quando da grande enchente que inundou o acampamento do passo do Jacuí, diz um diário da época: "Em dia de Santa Teresa estando-se festejando com missa cantada e sermão, na barraca do general declinou o rio conhecidamente e dali em diante continuou a se mostrar grato parecendo-nos antes um monstro cheio de horror para que pavorosos dele nos ausentassemos de suas margens".

Homem de seu tempo, numa época em que exerciam sobre todos os atos humanos grande influência os preceitos da fé e os princípios da religião, Gomes Freire foi talvez um convencido cultor da

devoção de Santa Teresa. Era uma crença merecedora da veneração e respeito, alentada porventura pela benéfica influência que o nome sagrado de Teresa fazia cair sobre as atitudes de seu cultor.

Derivar sentimentos tão sublimes e lançar ironias sobre a sua origem é uma verdadeira profanação.

Fiquem estas páginas para juntar-se ao que se processou no II Congresso de História do Rio Grande como um protesto e um justo desagravo.

\* \* \*

Terminada esta digressão necessária, apressemos o final de nossa conferência.

Ao saber Gomes Freire que a praça da Colônia do Sacramento estava em poder de D. Pedro Ceballos, foi fulminado por um insulto cerebral e a primeiro de Janeiro de 1763 exalava o último suspiro.

Um túmulo anônimo ia guardar os restos mortais do homem que atingira as mais altas posições nas terras da América; que fora marechal dos exércitos portugueses, que cobrira com sua autoridade indiscutida todo o sul do Brasil, desde as fronteiras do Mato Grosso ao Rio de Janeiro e de Goiaz ao Rio da Prata; que respirava força, energia, decisão, inteligência...

\* \* \*

Certo é que de Portugal vieram, nos longos trezentos anos do período colonial, governadores e chefes movidos da ambição inconfessável de fazer a América. Voltariam chefes de riqueza e de opróbrio...

Também grandes, magnanimos homens trouxeram a investidura de honrar a tarefa de governar os habitantes de nosso Brasil.

Nenhum foi mais nobre, nenhum sobrepuja em virtudes humanas e em qualidades de governo a máscula e empolgante figura de Gomes Freire de Andrada.

A glória de suas ações é patrimônio comum às duas pátrias, Portugal e Brasil. O seu nome há-de eternamente ser um símbolo de nossa origem única, de nossa união indissolúvel.

No tenebroso discorrer dos dias atuais, quando o sangue mancha vastas extensões do planeta na retrogradação tristíssima de civilização; quando a ambição irrefreável e o ódio visceral são os geradores das atitudes das nações; quando vemos a guerra não se contentar mais na destruição com o esmagamento de povos e nacionalidades, porém, intenta arrasar continentes inteiros, é um contentamento e um desafogo para nós brasileiros sentirmo-nos cada vez mais irmanados a êsse pequeno país e grande povo de que provimos.

A imensidade do Atlântico que separa os nossos territórios não é suficientemente grande para diluir ou atenuar o afeto e a gratidão nossos, pelo audaz povo que nos arrancou do nada, nos amparou na infância e nos legou esta formosa e querida pátria brasileira.

Legou-nos mais: as virtudes de nossa raça, fundida toda do mesmo velho bloco lusitano, com a rizeza, o valor e a beleza do ouro.

Temos do tronco fundamental o espírito manso e pacífico que nos faz amar a todos os povos como se irmãos fossem todos êles.

Guardamos na alma coletiva a bondade, a resignação, o desprendimento, porém guardamos também a altivez, a coragem e a perseverança.

Chegamos mesmo na candura de nossa índole efetiva a abrimos os braços, as nossas casas, a nossa terra para todos quantos aqui aportam, até mesmo para aqueles que, como o tamanduá nos abraçam com o propósito de enterrar as garras ferozes em nossas costas desprotegidas...

\* \* \*

Gomes Freire de Andrada foi bem um representante perfeito e completo da sua velha raça.

Veio para servir ao Rei e para servir o Brasil. Nunca mais voltou ao ninho pátrio. Os anos vão passando e seu nome jamais se apagará de nossa lembrança porque êle só enche e ilumina extensas páginas de nossa história.

Esta minha palestra é minúscula ante a glória de Gomes Freire; crede porém, senhores, que presto esta homenagem ao exemplar varão com a maior sinceridade e com profunda admiração.

Perdoai-me ter roubado vosso tempo. Tenho dito.

# Impressões da Africa do Norte

Conferencia do  
TEN. CEL. A. DE LYRA TAVARES

## A) – *A IMPORTÂNCIA DO CONTINENTE AFRICANO*

Uma das consequências da aproximação dos continentes, que o progresso das indústrias promoveu e a política das nações aproveitou, para traçar novos rumos aos seus programas de paz e de guerra, foi a importância assumida pelo continente africano cuja história e cuja geografia, relativamente pouco conhecidas, merecem hoje e merecerão, amanhã, ainda mais, a atenção especial dos que acreditam, como nós, em que o estudo esclarecido das cartas, do elemento humano e da formação histórica dos povos permite vislumbrar, com muita antecipação, o papel de cada um no mundo de amanhã. Ninguém discute mais a expressão política do mar Mediterrâneo, por cujo domínio as nações interessadas têm travado lutas tão importantes e de tanta influência na história das relações internacionais. Por outro lado, a guerra atual tornou bem claro que a defesa das Américas bem como a participação americana em qualquer teatro europeu depende do domínio aéreo-naval do oceano Atlântico. Tanto as afirmações dos altos comandos aliados como o empenho do inimigo na sua campanha submarina revelam a influência decisiva da batalha do Atlântico na decisão da guerra. Com essas premissas estabelecidas, a situação geográfica da África, cujas bases interessam, simultaneamente, ao problema do Mediterrâneo e ao problema do Atlântico, aparece, sob o ponto de vista estratégico, no seu verdadeiro valor. Devemos considerar, também, que o domínio dos mares e a liberdade de movimento das frotas marítimas estão hoje na dependência direta da ação aérea, que se apoia, particularmente, nas bases costeiras. E eis aí definida, em duas palavras, a importância estratégica do continente africano na época atual.



Do ponto de vista econômico, seria, também, interessante estabelecer um paralelo entre o sentido do progresso das nações altamente industriais e a região africana de colonização. Para o índice de vida dos povos europeus, a África representa uma reserva de terras excepcional. Enquanto os seus problemas essenciais não forem resolvidos e a sua civilização, relativamente atrasada, se mantiver em nível inferior ao das nações européias, ela precisará da proteção e dos recursos industriais dessas nações que têm aí uma solução natural para os seus problemas econômicos e militares. Aliás, já há quatro mil anos antes de Cristo a terra africana vem sofrendo a influência sucessiva dos fenícios, dos romanos, dos bizantinos, dos árabes e, na época atual, por idênticos desígnios, ela é um conjunto de regiões dominadas, direta ou indiretamente, pelas nações europeias francamente industriais e de grande densidade demográfica que se disputam, sem resultados definitivos, as vantagens incontestáveis do seu domínio.

É por isso que as questões africanas figuram, na vida das grandes nações, como um problema essencial, mercê do qual a estrutura política da África mantém uma forma de equilíbrio "sui-generis", porque resulta de um choque de tendências estranhas e não de uma orientação própria que se afirma e prevalece.

O principal objetivo dos povos colonizadores da África foi, inicialmente, uma consequência dos interesses da navegação marítima e da expansão comercial que encontrava ali o intercâmbio de produtos em condições favoráveis. A civilização se limitou, por isso, às regiões litorâneas e só muito mais tarde ensaiou estender sua influência para o interior. A sua marcha se fez da periferia para o centro. Nenhum continente se conservou por tanto tempo tão desconhecido. Vastos espaços no Sahara ocidental e oriental e nas regiões equatoriais de sudoeste jamais foram exploradas, mesmo porque os frutos de um tal trabalho não compensariam as adversidades a enfrentar em climas tão inhóspitos. "Si se marcassem os lugares em que se viram malogradas tantas tentativas de exploração, ante as represálias dos selvagens e a mortandade das doenças africanas, a carta da África seria toda balisada por cruces mortuárias como um cemitério". A antiguidade quase que só conheceu o Egito, até as cataratas do Nilo, o litoral da Cirenaica e da Tripolitania e a África

Menor, até o Sahara. Esse conhecimento se desenvolvia somente ao longo do litoral, quando em 1788 se fundou em Londres a "British African Association", com designios comerciais, religiosos e científicos, visando promover, entre as Nações civilizadas, as expedições de exploração que marcaram o chamado "período das descobertas". Esse período pode ser dividido em duas fases:

1.<sup>a</sup> Fase: Estende-se até 1885, quando se realizou o Congresso de Berlim. No seu decurso, os franceses, os ingleses e os alemães realizaram, em comum, expedições e estudos sôbre a geografia da África, sem objetivos particularistas nem espírito de hostilidade.

2.<sup>a</sup> Fase: A partir do Congresso de Berlim, que marca o início da política colonizadora pelos povos interessados. Pronunciam-se, aí, as reivindicações de territórios, obedecendo às conveniências próprias de cada Estado. e os estudos orientados para a posse e manutenção das regiões abrangidas pelos interesses políticos e econômicos de cada um. Inicia-se, então, a campanha pela exploração das suas riquezas e a África, representando as últimas reservas de terras virgens que resta à Europa, passa a constituir um objetivo político-militar, gerando disputas e hostilidades. As questões se suscitam no fim do século XIX, em que se define a sua repartição: Egito, Tunísia, Marrocos, Nigéria, Congo, Transvaal, Moçambique, etc.

A guerra atual, sejam quais forem os seus resultados, vai dar aspectos novos ao problema da África que provavelmente repercutirão no nosso continente. A não ser que se despreze a influência da geografia na história dos povos, nenhum estudo poderá fugir a essa conclusão que se reveste, para nós, de um alto interesse continental. Estou certo de que o Instituto de Geografia e História Militar, pela sua finalidade, mesma, e pelas incontestáveis credenciais dos seus membros componentes, constitue, precisamente, a instituição brasileira mais indicada e autorizada para promover os estudos e criar o interesse necessário sôbre assunto de tão grande relevância no âmbi-

to das suas atribuições. Foi por isso que me seduziu o espírito, sem mesmo levar em conta a minha modesta posição no confronto dos seus valores intelectuais, o convite que recebi para falar sobre a África do Norte neste meu primeiro contacto convosco. É essa, aliás, uma ótima oportunidade para que eu vos conte as minhas impressões de uma viagem que fiz, há bem pouco tempo, no desempenho de uma honrosa missão militar, com que fui distinguido pelo governo.

### B) — *PORQUE DEVEMOS ESTUDAR A AFRICA*

No conceito de um francês ilustre, nós estamos vivendo a “época das relações internacionais”. Foi assim que ele batisou, com muita felicidade e justeza, o século da aviação. Se quisermos estudar a história do Brasil, dividindo-a em períodos característicos da nossa posição relativa no meio internacional, ela teria de compreender:

- 1.º — Um período colonial, em que a nossa preocupação respondia, principalmente, às necessidades de defesa contra a ameaça de conquista por nações de ultra-mar. Nêsse período, a posição vulneravel do Nordeste concorreu para que êle representasse o papel de posto avançado, que foi o teatro das guerras contra os holandeses.
- 2.º — O período que se seguiu à Independência, em que a importância estratégica do território se deslocou para o Sul, em consequência dos dissídios e das lutas que terminaram por solucionar, com honra e justiça, as questões lindes que a América latina herdara dos povos ibéricos.
- 3.º — Finalmente, vivemos hoje um período novo, em que a paz e a cordialidade americanas, cimentadas na amizade recíproca, na boa vizinhança e na comunhão de interesses, fundiram as nossas atividades e os nossos anseios num sentido de pura americanidade, por força do qual o nosso continente se unificou e fortaleceu em face da política do mundo.

Cada uma das nações americanas, conservando as suas tradições próprias, mantendo as suas soberanias intangíveis e traçando, por si mesmas, os seus destinos autônomos, é, contudo, um pedaço do

solo americano, é a fronteira de uma civilização comum que a tôdas interessa tornar invulneravel, como medida de auto-defesa. Neste mesmo período da nossa história política comum, a crise máxima das outras civilizações mais antigas se pronunciou pelas armas e essas armas estão hoje e estarão amanhã cada vez mais próximas de nós, a pôrem a prova a nossa solidariedade e a nossa capacidade de defesa.

Do lado do Atlântico, é no nordeste que a América se debruça sôbre a África, aproximando-se dela até uma distância mínima que se convencionou chamar de "trampolim". Natal está mais perto de Dakar do que dos centros vitais americanos, num momento em que 1680 milhas de oceano não representam mais do que um vôo de oito horas, que tanto pode ser feito por um como por mil ou dez mil aviões. O nordeste brasileiro voltou a representar, assim, não só para o Brasil, como para o continente americano, o papel de posto avançado da nossa defesa, tal como o foi na "idade da cana", ao tempo épico das invasões holandesas.

Apesar das nossas tradições, dos nossos sentimentos e dos nossos propósitos essencialmente democráticos, é lógico que os homens que habitam e guarnecem as praias históricas de Iracema, do forte dos "Três reis magos", de Cabedelo e de Olinda tenham, hoje, uma curiosidade maior de conhecer o que se encontra do lado de lá do oceano, de onde recebemos, aos milhares, na era da nossa formação, os negros que ajudaram a explorar as nossas riquezas com o seu suor e a caldear a nossa raça com o seu sangue, sem trazer no pensamento a mínima sombra de ideias dominadoras.

### C) — AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Nós tivemos a sorte de matar essa curiosidade, mas encontramos do outro lado uma África já muito diferente da do tempo das caravelas e da nossa ingenuidade política. A penetração do elemento europeu modificou profundamente, de então para cá, a sua situação primitiva, e embora os programas colonizadores tenham sido mais intensos e compensadores em determinadas regiões, o território africano passou a ter donos diretos, ciosos e capazes de defendê-lo ou de aproveitá-lo para os seus desígnios futuros.

Dakar forma com Natal o trampolim do Atlântico. Serve de porto ao Sudão e ao Senegal e é a cidade mais importante da África Ocidental Francesa, que abrange uma área sete vezes maior que a da França continental, com uma população três vezes menor. São quase quinze milhões de indígenas enquadrados por pouco mais de vinte mil europeus, o que explica o seu desenvolvimento econômico ainda muito precário. Apesar do seu relativo progresso, essa região ainda não oferece boas condições de vida ao colono, principalmente devido ao seu clima inhóspito. Dispõe hoje de uma rede ferroviária de 3.500 kms. e de 46 mil kms. de estradas e pistas. Foi na colonização de Dakar que a França concentrou, no ocidente africano, todos os seus esforços, no sentido de imprimir às suas colônias o traço e o nível da civilização continental, mas esse objetivo ficou ainda muito longe quando esta guerra a surpreendeu.

A invasão aliada de novembro de 1942 não modificou em nada o aspecto da cidade, mas simplesmente tratou de assegurar a sua defesa contra qualquer ação ulterior do inimigo, pela construção de uma base aérea moderna, onde tivemos, na madrugada do dia 29 de março, o nosso primeiro contacto com o solo africano.

A presença da aviação americana em Dakar trouxe um grande desafogo à população brasileiras do Nordeste, cuja defesa depende, hoje, das intenções e do poderio aero-naval dos dominadores da África Ocidental. É bem verdade que o centro de forças do continente africano não está no ocidente e que o poder colonial francês gravita em torno das suas terras da África do Norte, compreendendo o Marrocos, a Argélia e a Tunísia. É essa a região que representa, pela proximidade da metrópole, pela semelhança do clima e do solo, o principal papel do Império colonial na vida e no progresso da França. Ela foi o grande taboleiro em que se jogaram os destinos da África e as cartadas decisivas para o desfecho da guerra.

#### D) – *ÁFRICA DO NORTE*

O primeiro ponto em que tocamos a África do Norte foi Marakech, situada no Marrocos Francês, a 10 horas de vôo de Dakar. É uma belíssima cidade em que os hotéis, os palacetes e as belas praças européias formam contraste com a cidade árabe, os seus merca-

dos e as suas vielas características, como expressão da tenacidade de uma raça que parece desafiar o progresso. Foi em Marrakech que o então coronel Mangin fez a sua entrada vitoriosa em 7 de setembro de 1912, no auge da efervescência do período agudo da conquista do Marrocos pela mão de mestre de Liautey. Foi dali que o Residente-geral escreveu:

“Estou aqui há dez dias, em plena fantasmagoria. Nenhum quadro de orientalismo atingiu o esplendor de minha chegada a Marrakech, numa radiosa manhã. A multidão árabe, o luxo dos cavaleiros, os grandes estandartes desfraldados, os cortejos incessantes, as alegres fanfarras de nossas tropas, o perfume da vitória e do contentamento, tendo no fundo o painel do Grande Atlas coroadado de neve”.

Marrakech é bem uma expressão fiel da obra de Liautey. Ali a gente vê o ilustre Marechal de França harmonizando o feiticismo religioso do árabe muçulmano, que sempre se mostrou invulnerável ao espírito colonizador, com o progresso que se deveria imprimir às regiões submetidas, para torná-las capazes de atrair e radicar o colono francês. Liautey lançou os alicerces da nova civilização sem procurar demolir nem ameaçar os da antiga, porque compreendeu, na sua alta visão política, que a absorção do elemento nativo e do árabe, com raízes tão profundas na África do Norte, deveria ser obra do tempo, tão grandes seriam os abalos e os insucessos de qualquer outra orientação. Respeitando, integralmente, os primitivos donos da terra, o culto do Coran, os seus lugares santos e as suas vilas primitivas, êle intensificou, por outro lado, um largo programa de obras públicas, em que primava a excelência da rede rodovia e ferroviária, em cuja finalidade talvez prevalecesse a esperança de *absorver* e de *assimilar*, pela ação catalítica do progresso. O árabe, entretanto, fechado no espírito indomável do seu conservantismo religioso, nem se insurge contra o progresso nem se lhe submete. É assim que as cidades totalmente européias, sem ultrapassar os limites das cidades muçulmanas, estendem-se e progridem, diante delas, que aparecem aos nossos olhos como grandes museus vivos, com mercados de tâmaras, de peles, de lãs e de tapetes, em cujas praças centrais e por cujas ruas estreitas, escuras e sujas, cruzam, incessantemente, até altas horas da noite, as silhuetas imponentes de homens

de albornozes brancos, cobertos na cabeça e com exóticas sandálias nos pés.

Quando saíamos do ambiente luxuoso do Hotel Mamounia, com seus amplos salões em rico estilo mourisco e repletos de oficiais, para uma vista de olhos sôbre a cidade muçulmana, a transição era tão forte que os quadros humanos nos apareciam com aspectos irreais de um sonho oriental projetado sôbre um passado longínquo e romântico. E, no entanto, lá estavam, à hora do crepúsculo, ajoelhados e orando, em torno dos seus "maraboos", como belas imagens inertes, os árabes, em carne e osso, na mesma contrição religiosa dos seus antepassados de muitos séculos atrás. E, mais adiante, já noite fechada, era comum nós os vermos, sentados e reunidos, em torno de um velho árabe que lhes explicava, com maneiras de profeta, as coisas da vida e as coisas da guerra, que devem ser incompreensíveis e absurdas para quase todos.

O Exército Americano estudou e compreendeu muito bem o ambiente africano, antes de tentar o desembarque vitorioso de novembro, que foi sem dúvida a manobra estratégica de maior amplitude e envergadura da presente guerra. Todos os seus homens receberam instruções sôbre a conduta que deviam observar em território da África, particularmente no trato com o elemento árabe, cujo espírito susceptível e cuja intransigência na Religião era conveniente respeitar, como uma das condições do sucesso e como um dos princípios da Democracia.

Na tarde do dia 24 de abril, durante a ofensiva americana sôbre Mateur e Biserta, ao regressarmos do "front" em companhia de 2 oficiais americanos, vimos cair perto de nós os projetis do 105 alemão, regulados sôbre uma ponte bem dominada por seus observatórios. Perto dessa ponte, erguia-se um "maraboo" bem visível, todo caiado de branco, que servia de ótima referênciã para o tiro. O major Almeida de Moraes, meu companheiro e destacado oficial de artilharia, estranhou, naturalmente, que não tivesse havido o cuidado de "camuflá-lo", mas logo lhe explicaram que se tratava de um lugar sagrado, sendo preferível conservá-lo, com o inconveniente de favorecer a ação do inimigo, a modificá-lo, com o inconveniente ainda maior de profanar a Religião dos árabes. Além desse respeito pelas crenças alheias, que é muito do seu espírito democrático, os

americanos procuraram sempre reintegrar as populações norte-africanas na sua vida anterior, profundamente perturbada pelas consequências da guerra e, sobretudo, pela pilhagem inimiga, proporcionando-lhes meios de subsistência, prestando-lhes assistência médica e prestigiando as autoridades locais. A bandeira francesa retomou a sua posição soberana na África libertada e era hasteada e arriada, todos os dias, no Q. G. americano, ao som da Marselhesa.

Toda a África do Norte apresenta aspectos como êsses. Dentro da variedade da sua topografia e do seu clima, dos altos e baixos do seu nível de progresso, que é tanto maior quanto mais próximo do mar, há, contudo, no conjunto, certas características dominantes que podem servir de explicação e de síntese da sua história. Ela não constitui uma região propriamente africana, na acepção comum do termo. Suas relações comerciais com a África Central são quase nulas, porque o deserto ainda é um fator de separação, ao passo que o mar Mediterrâneo serve de traço de união com o continente europeu. Como consequência, enquanto ao sul do Sahara encontramos a região dos negros, as populações da África do Norte são todas de raça branca e originárias dos bérberes. Ela é, aliás, o berço da civilização berbérica.

A Argélia é uma colônia francesa, ao passo que a Tunísia e o Marrocos são Estados muçulmanos colocados sob o protetorado da França. A despeito das sucessivas invasões, o Islamismo resistiu a todas as influências e constitui, ainda hoje, a religião dominante e o principal obstáculo a uma colonização integral, pela influência do seu culto, nos hábitos sociais e nas atividades do homem, muito embora o elemento francês haja fundado e desenvolvido, em muitos pontos, uma civilização completamente européia, nos aspectos urbanísticos, nas atividades comerciais, nos sistemas de trabalho e de vida. Nada disso prejudicou a invulnerabilidade da crença e a influência do Coran, pelo que as civilizações francesa e árabe coexistem mas não se interpenetram. Os cartaginenses a dominaram por nove séculos; os romanos (incluindo os vândalos e os bizantinos), por oito. Seguiram-se os árabes e os turcos, povos muçulmanos, que a ocuparam durante onze séculos. A ocupação francesa, finalmente, data de 1830. Verifica-se, assim, a influência alternativa do Oriente semita e do Ocidente latino. A civilização romana foi a que mais



influiu sôbre as dinastias bérberes, mas nenhum dos povos conquistadores logrou exterminá-las, e a raça bérbere, muito tenaz, guarda ainda a sua individualidade, bem distinta da dos árabes.

A França não destruiu nem assimilou essas raças. Submeteu-as, entretanto, às suas conveniências essenciais. Elas constituem, porém, pontos de apoio favoráveis a qualquer política anti-francesa, da mesma maneira que constituíram, antes de Liautey, uma ameaça constante, partida do Marrocos, contra a segurança da Argélia. A maior parte da população marroquina ainda é de bérberes. A colonização francesa é relativamente recente e apenas se firmou na orla mediterrânea, onde floresce, cada vez mais, em belas cidades ocidentais.

Nas escolas francesas da África do Norte se prepara o espírito dos jovens contra o perigo do pangermanismo. Num livro didático que se adota no Marrocos, lemos a seguinte advertência: "A Alemanha procura estender seu domínio colonial. Pela sua grande indústria, ela precisa das nossas matérias primas". Realmente, o imperador Guilherme II se atribuía o papel de protetor dos muçulmanos do mundo, dos quais 150 milhões povoam as colônias francesas e inglesas. Em 1905, a política alemã pretendeu imiscuir-se no Marrocos, terminando por conformar-se, aparentemente, com uma parte do Congo Francês. A guerra de 1914 foi declarada no dia 3 de agosto e no dia seguinte dois grandes cruzadores alemães apareceram diante de Bona e Philippeville, bombardeando as duas cidades.

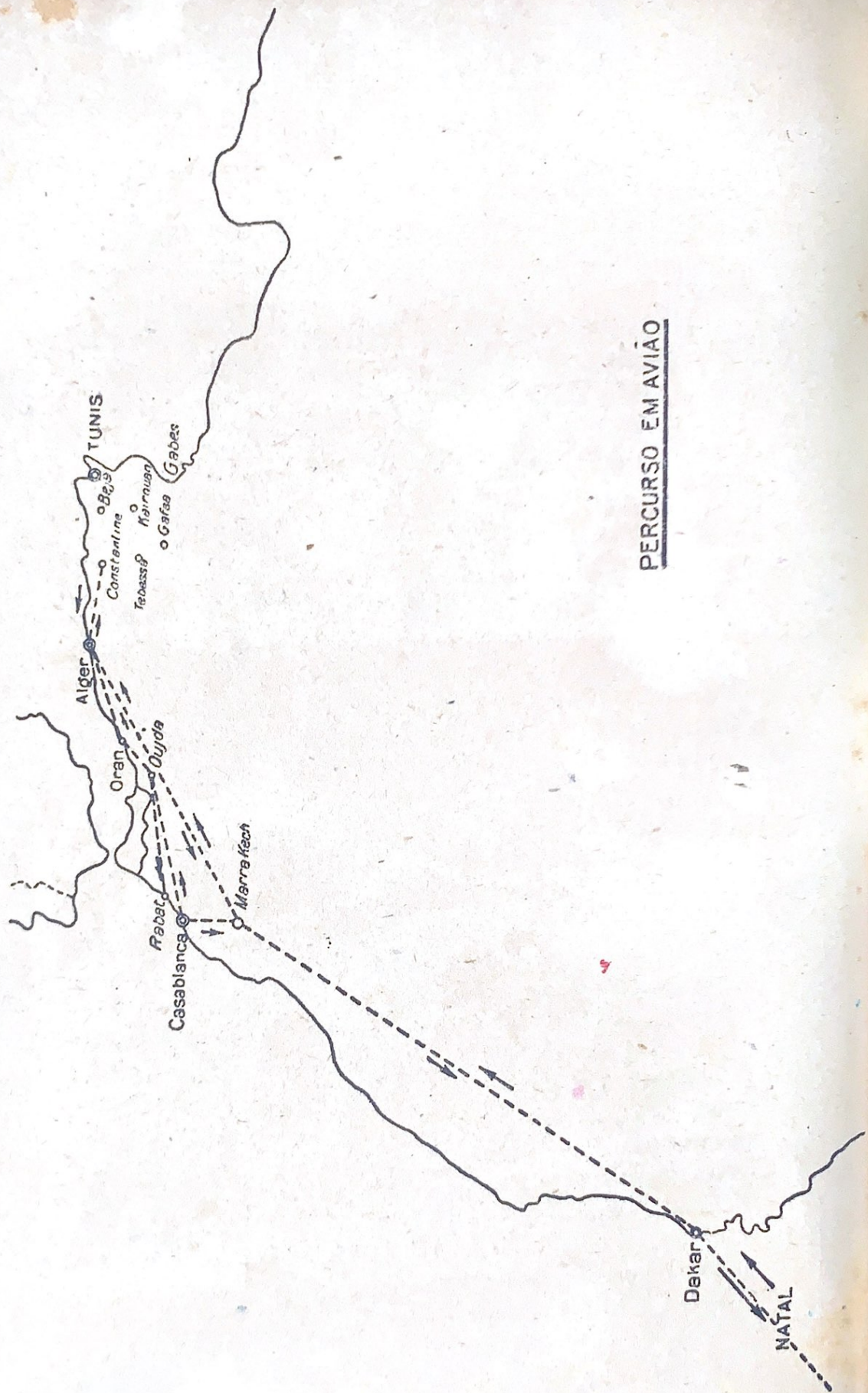
É interessante ainda assinalar, no aspecto político, a influência que pode vir a ter a África do Norte sôbre a orientação da Turquia, através dos laços espirituais que decorrem da religião comum. A solidariedade tradicional do povo muçulmano poderá traduzir-se num elemento de êxito diplomático em futuro próximo e é um fator que parece pesar, agora, a favor dos Aliados, não só porque êles são hoje vitoriosos em toda a África como porque as suas medidas de ocupação, em contraste com as do inimigo, levaram em conta o valor do elemento espiritual no êxito da guerra e souberam estabelecer, com descortino, as regras de convivência com os povos das regiões libertadas.

A topografia norte-africana, tendo por base as montanhas do Atlas, que constituem a ossatura da região noroeste, é caracterizada

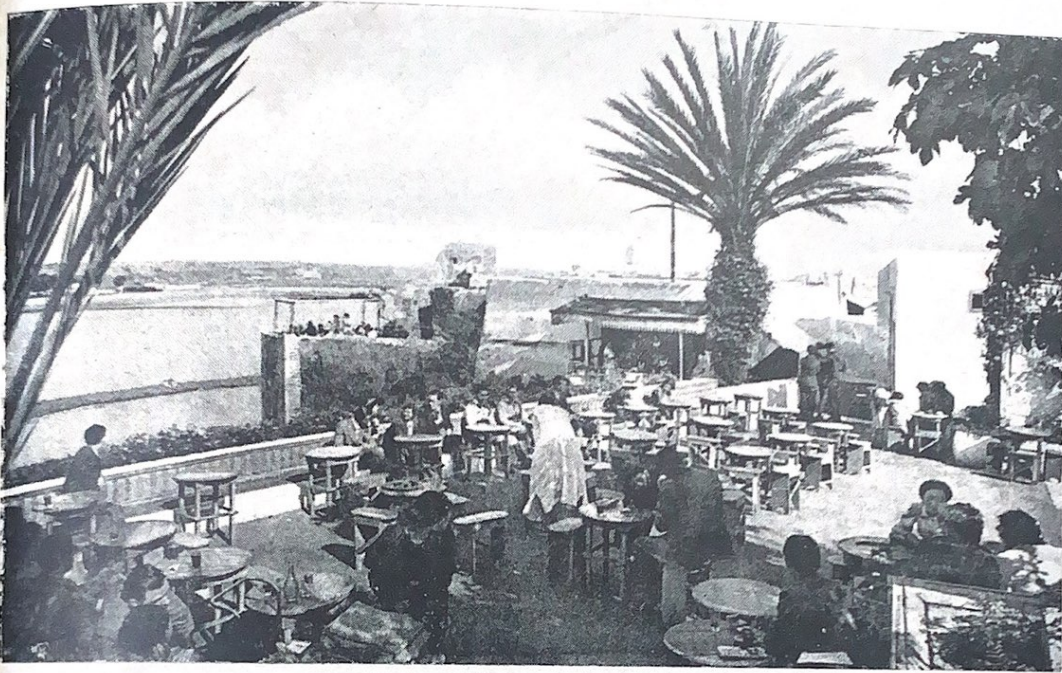
por uma sucessão de planícies e planaltos, definindo compartimentos de características próprios. Como consequência, a estrutura heterogênea da região cria os contrastes de costumes e de interesses, e a "coexistência da civilização e da barbarie". Daí, as dificuldades da formação de uma nação homogênea, senhora dos seus destinos, que se sobreponha à vida de clan, que congregue e assimile as pequenas tribus. Em toda a sua história, a África do Norte, muitas vezes invadida, nunca se unificou para reagir, mas, por outro lado, uma vez vencida, nunca nenhuma raça colonizadora logrou submetê-la verdadeiramente, impondo-lhe seus costumes próprios ou, ao menos, uniformizando os dos indígenas, com o fim de criar uma civilização organizada e coerente.

#### E) — *A GEO-POLÍTICA DA AFRICA DO NORTE*

Se quisermos traçar uma síntese da África do Norte, assinalando os pontos altos da sua estrutura geo-política, as montanhas do Atlas, o Sahara e a Religião muçulmana constituirão os motivos principais e os traços mais vivos a serem focalizados. A atual divisão política é uma consequência e uma imposição da sua topografia, em que o Atlas representa o papel de coluna mestra. É a geografia que indica a divisão natural em três países: o Marrocos, a Argélia e a Tunísia. Esse grande conjunto, que corresponde a uma vez e meia o território da França, terá de respeitar as fronteiras naturais das suas barreiras montanhosas, as diferenças características das regiões naturais e o deserto inexplorável. O Marrocos é a sua fachada atlântica. Envolvendo grandes planícies e planaltos, o Atlas forma aí, com as montanhas do Rif, um grande semi-círculo de alturas dominantes, aberto para o oceano. A Argélia, pelo contrário, é fechada, do lado do mar, pelo anteparo montanhoso do Atlas teliano. A Tunísia se abre para Este, pelo vale do Medjerda, que balisou, outrora, a linha de penetração dos romanos, demarcada, ainda hoje, pelas ruínas históricas de uma civilização que os árabes extinguiram completamente. Do cabo Bon até o fundo do golfo de Gabés, a Tunísia é formada por uma grande planície arenosa que se alarga progressivamente, do norte para o sul.

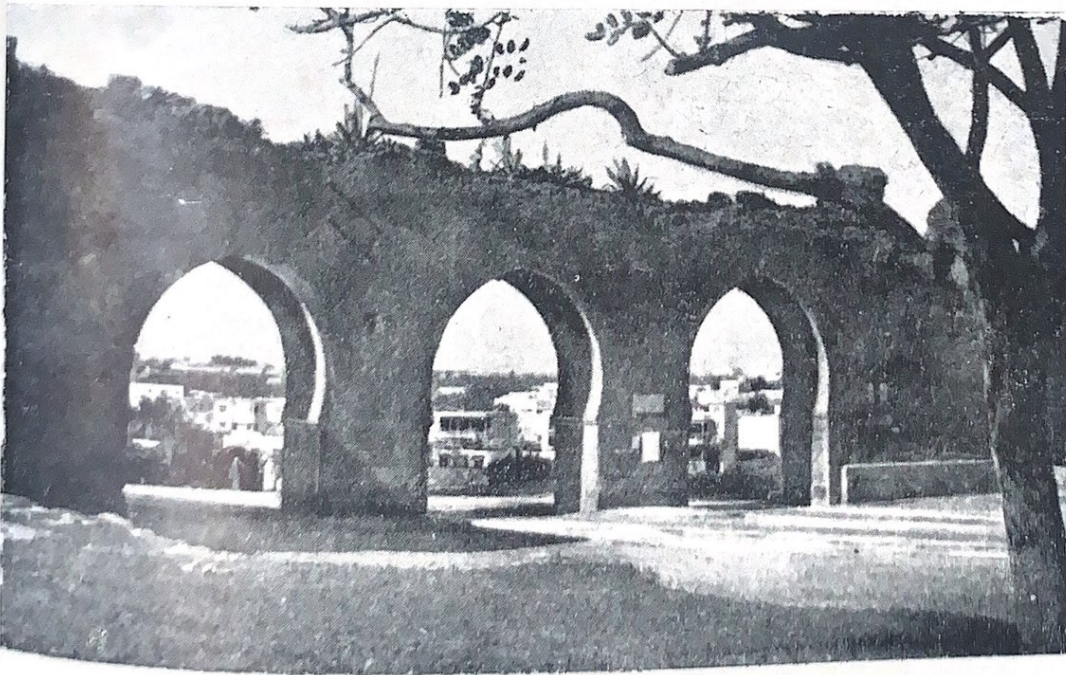


PERCURSO EM AVIÃO



136 RABAT

Café Maure des Oudaïas



113 RABAT

Les trois portes

Esse aspecto de conjunto explica as diferenças do elemento humano, dos recursos naturais e do sistema de vida.

### O MARROCOS

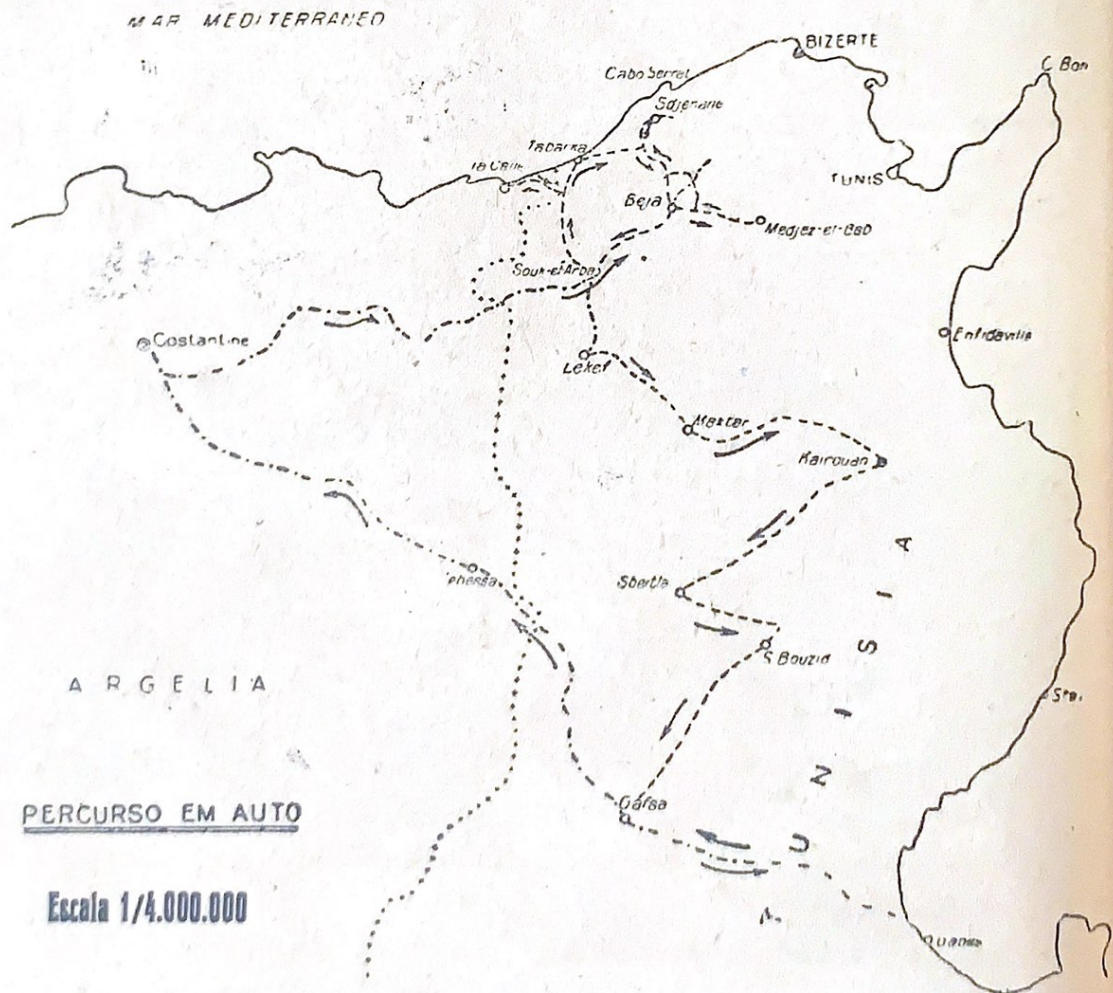
As grandes planícies do N. E. do Marrocos são habitadas pelos bérberes, que constituem o tipo originário da África do Norte. Eles lavram a terra, com arados rudimentares puxados por bois ou jumentos. Ao passo que as cidades européias do litoral marroquino, como Casa Blanca e Rabat, têm aspectos modernos, as do interior são raras e pequenas, conservando, integralmente, os traços característicos da civilização árabe. Fez, que é a capital religiosa e intelectual do Marrocos, tem 150 mil habitantes e constitui um grande mercado às portas de Tasa, — a única passagem permanente entre as montanhas do Rif e as do Atlas, que marca o caminho para a Argélia. Os vales atraem os agricultores bérberes. No Rif, eles cultivam principalmente as oliveiras, ao passo que no Atlas, que é rico em pastagens, eles se dedicam aos rebanhos de carneiros, morando em habitações ambulantes, cobertas com peles de cabra, tal como nos acampamentos nômades. Ao Sul do Marrocos se estende uma zona rica de oasis, em que a água é facilmente captada, dando lugar a campos de trigo, de milho e plantações de oliveiras, através dos quais a água é canalizada. Vivem aí as tribus mais ricas do Marrocos, negociando em grandes mercados, ao longo da estrada das montanhas. O maior de todos esses mercados é a cidade de Marrakech, antiga capital, com 200 mil habitantes.

### ARGÉLIA

Na Argélia, a vida e os recursos se concentram, particularmente no Tell, — região que se eleva bruscamente, a partir da costa, e sobre a qual a primeira cadeia do Atlas estende as suas ramificações. A região do Tell, logo atrás do litoral, constitui o Tell propriamente dito. Ela compreende vales e planícies muito elevadas. O clima é salubre e faz muito frio durante o inverno. Chove em toda a sua extensão, e os pluviômetros marcam uma altura mínima de 400 milímetros por ano. O Tell é a região agrícola da Argélia e a mais pró-

pria para a sua colonização. Seus habitantes têm vida sedentária e vivem agrupados em torno dos núcleos franceses. Ai estão três quartas partes da população da Argélia. Na região ocidental, os planaltos têm um aspecto monótono, em oposição à variedade de paisagens do Tell. A uma altitude média de 800 metros, se estendem vastos espaços pouco acidentados, sem árvores, sem águas correntes e quase sem cidades, para onde afluem na primavera, que é só quando existem pastagens, os rebanhos de carneiros e de cabras vindos do Sul, para retornarem quando se aproxima o inverno. Essa região de planaltos constitui a zona pastoril.

Politicamente, a Argélia é dividida em três departamentos:



Argel, Constantina e Oran. A capital, que é a cidade de Argel, tem aspectos urbanos que lembram S. Paulo, pelo traçado das ruas, pelo tipo dominante de construções, pela intensidade da vida e pelo grande tráfego de transportes de tôdas as naturezas. É uma cidade completamente moderna, nos limites da área abrangida pela colonização européia.

### TUNÍSIA

A Tunísia apresenta um interêsse histórico particular. Além de ter sido o teatro principal das guerras púnicas e a base da civilização romana na África do Norte, o seu litoral atraiu sempre, desde as idades mais remotas, o interêsse dos piratas e dos povos conquistadores, como consequência da sua situação relativa, no Mediterrâneo. Lá estão a atestá-lo a velha Cartago, hoje modernizada; a Tunis tradicional e, mais para o interior, a cidade santa de Kairouan, que é a sede da religião muçulmana. O vale do rio Medjerda, que constitui uma das portas mais acessíveis do seu litoral, ainda está pontilhado de recordações da história antiga. Na sua orla Este, o golfo de Gabes recorta o território tunisiano, protegendo portos importantes por onde se estabelecem as ligações comerciais com a zona sul. Foi ao longo desse litoral que se desenrolaram, na recente campanha da África, as notáveis façanhas do VIII Exército Britânico. Depois de recalcado até as portas do Egito, êle inicia em 23 de outubro a sua contra-ofensiva vitoriosa, em El Alamen, atravessa a Líbia, vence a linha Mareth, pela manobra, e conquista, um por um, os portos do litoral Este, para aniquilar, finalmente, o inimigo, no seu refúgio do cabo Bon.

O norte da Tunísia se assemelha ao Tell algeriano. No vale do Medjerda e nas altas planícies do sul, vivem disseminados, em pequenas vilas esparsas, os grupos de camponeses, que fazem a pequena lavoura e habitam cabanas rústicas e características, construídas em pedra seca. No leste, predominam o plantio das oliveiras e a indústria da pesca. Toda a orla do golfo de Gabes é povoada de pescadores, porque as águas do Mediterrâneo são aí muito piscosas. Tôdas as cidades, — Sousse, Sfax, Gabés, etc., têm um porto de pesca. Sfax

é considerada como a obra prima da civilização francesa. O seu porto tem instalações capazes de dar escoamento às grandes exportações de fosfatos, que constituem uma das maiores riquezas da África do Norte. Ela é chamada, também, sugestivamente, a cidade das oliveiras.

Sobre todos esses portos, as aviações adversárias convergiram nos vai-vens iniciais das operações da África, o peso máximo das suas bombas, sendo que Sousse ficou transformada num montão de escombros. Pelo próprio papel que representam na economia e na defesa da Tunísia do Sul, não há dúvida de que eles ressurgirão das ruínas da guerra, reconstruídos e melhorados, para representar o grande papel que lhes está reservado, na África do futuro. Ao sul de Sfax, o Sahara se estende até o litoral, e o oasis, com os seus palmeirais protetores, são os únicos núcleos de cultura e de vida, dispersos e raros. Fora deles, a terra é estéril e monótona e tem apenas, como sinal de vida, as palmeiras nuas e esguias que marcam, às vezes, o pouso de grupos nômades que vivem de criar camelos.

### O SAHARA

Sob o ponto de vista geo-político, o Sahara constitui um grande vazio no mapa da África, separando do resto do continente todo esse conjunto da bacia mediterrânea. É a região da sede, que só o camelo pode palmilhar impunemente. Para quem se desloca do sul ou do norte, da Algéria ou do Sudão, as dificuldades de vida vão se agravando, cada vez mais, até o coração do deserto. Tempos se passam sem que se veja cair, sobre toda a grande área que ele ocupa, uma simples gota d'água, e quando vem a chuva, como por milagre, é em torrentes bruscas, que passam "com a velocidade de um cavalo a todo galope", para secar, logo depois, sob um sol que queima e que caustica, infiltrando-se e escondendo-se nos lençóis subterrâneos. O vento agrava, ainda mais, a aridez do clima, e quando o simun assovia, cortando o deserto de sul para Este, as caravanas se detêm pra defender-se das tempestades de areia que penetram pelas roupas, infiltram-se pelos olhos e escurecem tudo, trazendo consigo o desespero. Foi através dessa região difícil, cuja natureza inclemente e cujos perigos insondáveis têm inspirado verdadeiras obras pri-





202 ALGER - Notre-Dame d'Afrique et le Collège Catholique



mas da literatura francesa, que passaram os soldados ingleses, com os seus óculos de proteção, com as suas viaturas disfarçadas de amarelo, rodando sobre lagartas como pés de camelo, a caminho do oásis de Gafsa, para o aperto de mão com os americanos. Foi através do deserto que a tenaz relâmpago de Montgomery comprimiu as massas humanas de Von Rommel, esmagando-as contra o Mediterrâneo norte, enquanto o 2.º Corpo Americano preparava o golpe que deveria destruir, de vez, a legenda do Africa-Korps, para obter, afinal, o domínio da África e uma das mais belas vitórias das democracias. Foi aí que os aliados começaram a ganhar a presente guerra.

## A RELIGIÃO

Dizem que a África é o país dos contrastes. Ela tem o deserto, com a sua aridês e os seus tormentos e tem o inverno da Argélia, os campos verdes do Tell e os cimos do Atlas, de onde a neve nunca desaparece. Há ali regiões da fome e regiões da fartura. Há bérberes primitivos, árabes e franceses. O terreno é cheio de compartimentos separados, em que as tribus mais diversas se isolam para viver. A África é, realmente, o país dos contrastes. Há, contudo, um traço único comum no espírito do seu povo heterogêneo e disperso: é a religião do Islã. Em toda ela as mesquitas se erguem para o culto de um mesmo evangelho e os homens se ajoelham e rezam em torno dos "maraboos" caiados de branco, que guardam as cinzas dos seus grandes apóstolos. É a força espiritual da religião muçulmana um dos traços característicos mais fortes — e talvez o único comum — nas populações da África do Norte. A influência de Mahomed se estende aos hábitos de vida, à condição social da mulher, às restrições alimentares, à indumentária e à higiene, constituindo, por isso mesmo, um obstáculo quase intransponível à conquista espiritual da África pelos europeus, que a todos êles os muçulmanos consideram inimigos da sua religião. A Igreja Católica já teve, particularmente no lado de Este, os seus dias de esplendor, mas não deixou no espírito do seu povo raises tão profundas que sobrevivessem à derrocada do Império Romano, quando êle ruiu completamente, diante das hordas dos vândalos. Santo Agostinho, que era africano, nascido em Constantina, na Argélia, foi um dos mais fervorosos adeptos

tos e uma das maiores figuras do seu apostolado, mas a sua obra, notável no mundo inteiro, não resistiu à avalanche massiça da invasão muçulmana. Ele faleceu aos 75 anos de idade, no momento mesmo em que os vândalos invadiam a África, depois de conquistar um renome universal, como um dos mais exímios oradores sacros e um dos mais notáveis escritores, de todos os tempos. O grande professor de eloquência de Cartago, mais tarde bispo de Bona, compreendera que, depois dos vândalos, a Igreja teria de enfrentar inimigos ainda maiores, e não se tinham passado dois séculos, quando os árabes muçulmanos conquistaram a África, banindo dela a Religião Católica. Apesar de tudo, a Igreja perseverou na sua obra catequética e os seus sacerdotes se sujeitaram às represálias do muçulmano conquistador e a toda a espécie de sacrifícios. Até 1830, que marca o início da colonização francesa, essa missão foi penosa e cruel. O Catolicismo teve, então, mártires sem conta, imolados à fé do seu Evangelho, conseguindo, mesmo assim, erigir templos monumentais na zona litorânea, que servem, hoje, de base à sua pregação perseverante. A conquista da Argélia levava a idéia de uma expedição religiosa, mas os princípios da Revolução impediram que o Estado lhe desse qualquer apoio oficial. Mesmo assim, o espírito francês criou, nos novos núcleos de colonização, um ambiente favorável ao ressurgimento da Igreja Católica. As belas catedrais à beira do Mediterrâneo são hoje as sedes de um movimento reivindicador que procura ressuscitar a antiga influência do Catolicismo, através de um trabalho persistente, silencioso e, sobretudo, tolerante. Nós visitámos duas das mais belas igrejas católicas da Argélia: a catedral de Oran e a igreja de Nossa Senhora da África, em Alger. Nesta última, que tem no altar-mor a célebre Nossa Senhora Negra, lê-se o dístico expressivo:

“O Notre-Dame d’Afrique, priez pour nous et pour les Musulmans”.

São palavras finais da prece a Nossa Senhora, pela conversão dos muçulmanos.

É assim que se processa, lentamente, perseverantemente, o trabalho do Catolicismo para a reconquista espiritual da África, pela ação silenciosa dos seus sacerdotes, sem o oficialismo e sem os pro-

cessos violentos das lutas religiosas do passado. O problema é, entretanto, muito complexo e delicado, quando se têm em conta a rebeldia e o conservantismo próprios do espírito muçulmano.

#### F) — CONCLUSÃO

A região norte-africana, cujos aspectos característicos eu vos pretendi apresentar, num esboço muito rápido, está hoje ligada, de lado a lado, por uma excelente rede de estradas asfaltadas e por ótimas ferrovias, particularmente a que corre ao longo de toda a região do Tell. Embora não possua grandes indústrias, ela é justamente considerada como o celeiro da Europa, pela sua riqueza agrícola e pelas suas matérias primas; produz a tâmara, o trigo, o chá, a azeitona, o vinho e um grande número de cereais que se exportam em conservas. Os seus rebanhos são importantes, como são importantes os seus bosques de cortiça, e a sua indústria vinícola já tende a nivelar-se com as mais adiantadas. Ela é, além disso, a região do mundo que mais produz os fosfatos. Não seria necessário insistir sobre o seu valor econômico nem sobre a sua importância estratégica. Os acontecimentos aí estão, para ressaltá-los mais uma vez. As guerras desvendam a importância relativa das regiões geográficas aos olhos do espectador desprevenido mas não surpreendem nunca aos estadistas, avisados; aos estrategistas seguros, que raciocinam com a Geografia aberta e sabem dar à Geografia o seu verdadeiro valor. A bacia do Rñur, as estepes da Ukrania, as regiões do Cáucaso e dos Balkans, para limitarmos as nossas vistas ao mapa da Europa, hão de ser, em todos os tempos, grandes objetivos de guerra. É a Geografia quem o diz e a História o confirma. Esse é, também, o destino do continente africano, quanto ao Mediterrâneo e quanto ao Atlântico. Quando a aviação atingir a plenitude do seu papel no comércio e na guerra, o poder das nações será calculado em função do número e da localização das suas bases aéreas, continentais ou extrac continentais. Já não bastará, então, ao estrategista que estudar planos de guerra, o valor de uma determinada região. Ele olhará o mapa do mundo, no seu conjunto, para medir a importância dos continentes, nas suas formas de equilíbrio ou de desequilíbrio, e tudo leva a crer que a África exercerá, então, uma influência decisiva.

va, no desfecho de uma guerra e no equilíbrio de uma paz. É uma conclusão a que poderemos chegar, pelo estudo da Geografia. A guerra veio demonstrar, mais uma vez, que ela deve ser consultada pelos que querem atacar e, principalmente, pelos que querem sobreviver aos ataques. O Exército Americano, diante da ameaça da guerra, não se limitou a mobilizar os seus soldados e as suas indústrias; mobilizou, também, os seus geógrafos. Os estudos geográficos precedem as operações e as acompanham. Nós vimos no "front", ao lado dos canhões e dos tanques, o trânsito e o nível do engenheiro, cumprindo missões tão perigosas e tão importantes quanto as operações ativas. Para que uma nação se ponha em estado de defesa, precisa tanto das Forças Armadas como do seu Corpo de Geógrafos. A tarefa de ambos se inicia no tempo de paz e exige um estudo paciente e esclarecido, que lhes permita anteceder de muito os acontecimentos, para preveni-los ou para enfrentá-los. A colaboração que os geógrafos americanos estão prestando ao seu país e aos Aliados, na atual emergência, só poderá ser bem apreciada no futuro e eles hão de despertar, então, o respeito e a admiração do mundo. Chegará o momento em que a opinião dos geógrafos será ainda mais necessária e mais decisiva, e estamos certos e confiantes de que ele não tardará muito. Eu me refiro à era de paz e de tranquilidade que se seguirá, por certo, à grande tragédia dos nossos dias. Ela só será duradoura e estável quando preparada com antecedência, levando em conta a influência dos fatores permanentes da geo-política, para a determinação de uma fórmula de equilíbrio do mundo, em que prevaleçam os direitos de todos os povos sobre o egoísmo exclusivista dos que se julgam superiores. Os aspectos do mundo de hoje, os problemas nacionais e continentais se interpenetram e se confundem em problemas comuns, por força do encurtamento das distâncias, do intercâmbio do mundo e da sua divisão nítida em dois campos opostos, em duas doutrinas que se contrapõem. Felizes os continentes, como a América, que, nesta hora suprema, comungam os mesmos sentimentos e defendem princípios iguais, constituindo um bloco homogêneo em face do futuro. Eles e só eles podem depositar confiança nos seus destinos históricos. A nossa geração, mais do que todas as outras, tem o dever de pensar nesses destinos e de velar por eles, com o coração e com o pensamento.

Meus senhores:

O tema é complexo e relevante, e eu não me julgaria com autoridade nem no direito de levá-lo mais longe. Estou certo de que êle requer a nossa meditação, porque interessa aos destinos do Brasil, e se eu prendi a vossa atenção, sem merecê-la, estou certo de que serei relevado porque êsses destinos a merecerão.

---

# Vital de Oliveira

Oração pronunciada pelo Capitão de Fragata LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELLO, ao assumir em 18 de agosto de 1943 a Cadeira n.º 33, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Sr. Presidente

Penhorado agradeço a V. Exa. e aos ilustres consócios dêste egrégio Instituto a honra que acabam de me conferir, incluindo-me no número dos cooperadores efetivos dêste eminente sodalício, onde a Geografia e a História Militar do Brasil são patrioticamente cultivadas através de idôneas tradições, autênticos documentos, preciosas obras e o real valor de homens de mérito.

E neste momento, com sinceridade e prazer, assumo o espontâneo compromisso de empenhar a minha inteligência e arte e os meus bons esforços a bem dessa cultura solidarizando-me com os destinos do Instituto.

Agradeço também, e expressivamente, ao ilustrado consócio, o Major Jonathas Correia, que tão gentilmente acaba de me receber nesta Casa, as generosas e louváveis palavras que proferiu acerca da minha pessoa e dos meus trabalhos. A sua escolha desvaneceu-me sobremodo porquanto o eloquente orador, a quem sempre ouço com prazer, há muito vem se revelando um esclarecido historiador, escrupuloso e independente em suas críticas.

Na brilhante oração, que acabamos de ouvir, evidenciou haver lido com atenção e lisura aqueles trabalhos e, dentro de um sadio critério ético, não se limitou a elogiá-los pragmaticamente. Ao contrário, com louvável intenção e sincera franqueza, controverteu sutilmente alguns pontos históricos e procurou esclarecê-los com suas luses, prestando assim, a êste Instituto, mais um grande serviço.

O momento e a escassez do tempo não me permitem agora debater esses pontos divergentes, o que deveria fazer, como uma deferência ao ilustre orador e uma justificação do meu senso histórico sobre eles. Todavia, isso poderá ser feito em ocasião mais oportuna.

Finalmente agradeço a todos os que, por nímia generosidade estão aqui ouvindo a minha descolorida palavra, desataviada de fantasias, escassa de imagens e cujo mérito talvez seja, tão somente, a sinceridade dos conceitos que vou emitir com probidade e ética.

Bem sei que é tarefa difícil, que demanda sabedoria e arte, traçar uma biografia porque, para ela ser completa ou perfeita, precisa que se tenha bem conhecido o homenageado, penetrado as principais circunstâncias que cercaram a sua vida no seu meio e no seu tempo e, ainda mais, compreendido o seu caráter, suas aspirações e suas obras.

Naturalmente, por assim pensar, foi que Carlyle escreveu: "uma vida bem escrita é tão rara como uma vida bem vivida". Se, a despeito de não haver conhecido o Comandante Vital de Oliveira, meu ilustre patrono, e podido auscultar-lhe o caráter, ousou aqui traçar ligeiramente sua biografia sem as farfalhantes imagens do requintado estilo de Stefan Zweig e Emil Ludwig, as lavradas filigranas de Paulo Setubal e Gastão Penalva e os labores dos estudos históricos de Dídio Costa, por me faltarem "o engenho e a arte", todavia terei o consolo de haver procurado ajustar-me à sobriedade da verdade real, alicerçado em bases documentais e "litteris testimonique sumere", no dizer de Cícero, de preferência a me escudar em verdades históricas, dignas de fé e floreadas de belas imagens, porém, nem sempre, resistentes ao crivo da realidade.

\* \* \*

Homenagear as pessoas de mérito, recordando o seu talento, o seu caráter, a sua vida profissional e as suas elevadas e destacadas ações, é sempre digno, justo, nobre e estimulante.

Nobre, porque, nos sobrepondo ao egoísmo, às paixões e aos interesses, apreciamos, com despreendimento e elevação de sentimentos, o mérito alheio, reconhecendo o seu valor. Digno, porque agindo assim com sinceridade e justa compreensão, temos a intenção de



destacar aquelas pessoas do comum dos homens, pondo em relêvo as suas qualidades e ações. Justo, porque, proclamando o seu verdadeiro valor moral e social, afirmamos um estado de nossa consciência, que a alivia e conforta o nosso espírito. Estimulante, porque, concitamos e encorajamos os homens capazes e bem intencionados a lhes seguirem os exemplos.

Eis aí algumas das razões por que neste momento, gentilmente ides ouvir a minha descolorida palavra acerca da vida e dos méritos do ilustre Capitão de Fragata Manoel Antonio Vital de Oliveira, patrono da cadeira que, por nímia generosidade de amigos e consócios deste egrégio Instituto, terei a honra de assumir, ingressando em tão elevado sodalício e respeitável casa de cultura, tradição e civismo.

A vida do Comandante Vital de Oliveira foi simples e relativamente breve pois êle faleceu apenas com trinta e sete anos de idade. Contudo, no reduzido lapso de vinte e quatro anos em que nobremente serviu à Pátria, venceu a sua personalidade com provas inequívocas de valor. Foi um bravo marinheiro e um notável hidrógrafo e cartógrafo.

A vida do homem do mar, em nenhuma época é amórfa ou displicente. Nela sempre há energia, atividade e alguma poesia. Nos seus primeiros anos, em contacto com o mar, êle se deixa arrastar pelo entusiasmo e o ardor de bem servir, cooperar em tudo, correr os mares e conhecer o mundo e, por isso, ela se torna agitada, empolgante e árdua. Abranda quando já se adquiriu experiência e prática e se sabe vencer Netuno encolerizado, tornando-se, com o peso dos anos e as cans, um relicário de inesquecíveis panoramas físicos, vicissitudes e saudosas recordações.

Mas, se em tempo de paz, ela pode correr plena de alegrias, prazeres e ilusões, já em tempo de guerra adquire novos aspectos, pois muitas são as decepções, surpresas, perigos, dores e até prantos que o mar semeia entre os que nos seus domínios procuram defender os interesses da Pátria e as cores da sua bandeira. O mar é também um vasto sarcófago em cujos abismos são sepultados miríades de heróis anônimos, que êle insaciavelmente devora, à semelhança dos animais que comem os próprios filhos.

A vida animal surgiu no mar muitos milênios antes que a vida

humana na terra. Quando nesta apareceu o "homo sapiens" já se haviam fossilizado as principais espécies dos animais anti-diluvianos e dentre as vivas, o elefante e a baleia constituem os seus maiores espécimens. Quer houvesse descido das montanhas ou procedido dos vales, certo é que o homem muito cedo se avisinhou das bordas dos lagos e das margens dos rios e entrou em contacto, com o elemento líquido, tanto assim que contraiu a necessidade fisiológica do uso da água doce ou o seu hábito, antes de conhecer o mar, que ficava distante.

Em tempos muito posteriores foi que êle, no seu nomadismo ou nas suas sucessivas emigrações, foi conhecendo o mar e com êle travando relações que nunca mais foram interrompidas. Teria sido isso por necessidades nutritivas, curiosidade pelo desconhecido, contingências da luta pela vida ou illusória procura da felicidade? Fosse porque fosse, tão difficil de precisar, fato é que desde os primórdios da sua existência o homem dedicou ao mar uma relevante importância que, com o decorrer dos séculos, foi se tornando sempre crescente.

Foi no mar que se gerou a vida orgânica animal e dêle vieram os elementos celulares que, por sucessivas diferenciações somáticas e físicas, produziram os primeiros núcleos humanos ou o único do qual êsses provieram. Ainda hoje no seu infinito domínio, vive, nasce, procrea e desaparece uma incomputavel multidão de seres de várias espécies, desde os microscópicos protozoários, zoofitos e infusórios até aos enormes tubarões, arraia, focas e as gigantescas baleias. Vivem nele seres que pesam miligramas e animais que pesam toneladas.

O mar é uma contínua fonte de vida, energia, força e calor. Nos seus abismos se elabora a vida nos três reinos da natureza e, por isso, êle é também uma imensa retorta química onde se entremeiam as combinações, composições e dissociações. É o rei das metamorfoses ocultas e um arguto e avaro alquimista que guarda em seu seio preciosos metais.

Dentre os três elementos cósmicos do Universo, o ar, a água e a terra, é no mar que as leis da natureza são mais silenciosa e harmonicamente respeitadas, dentro de um mesmo ritmo sincrónico. Todavia, entre os incomputáveis seres que habitam as suas três ca-

madras, a litoral, a pelágica e a abissal, não reina harmonia e êles vivem em perenes lutas para a sua nutrição e conservação. Predomina o poder da fôrça contra o livre direito de viver. Os monstros e os grandes peixes alimentam-se dos menores e de milhares de microorganismos, que ingerem aos milhões. Alguns mais gulosos, saboreiam os ovos das fecundações, quando êles flutuam nas águas correntes. O infindavel plankton não parece ser suficiente para alimentar e conservar a infinita multidão dos sêres marítimos, quer no mar, quer nos rios.

Também se a natureza não houvesse instituido essa perene eliminação entre tais sêres, como poderiam êles se alimentar no seu próprio habitat e com a sua incomensuravel prolixidade continuar a viver e sempre procrear astronômicamente? Se não fosse o mar um vasto cemitério, então se tornaria um antro mefítico de podridões orgânicas e empestaria a terra e o ar. É êsse silencioso e contínuo aniquilamento que mantem o seu equilíbrio biológico.

O mar tambem é um florido jardim em suas águas e no seu fundo vive uma variada flora vegetal exótica e bela, onde medram esquesitas plantas, uma flutuantes e outras presas a rochas, a terras litorais e ao próprio fundo. Nela vicejam esdrúxulas flôres e algumas com minguidos frutos. O mar de sargaços, que se estende entre as ilhas Bermudas e Açores, nos mostra flutuando vários espécimens de ervas, com flores e até frutos que se parecem com bagos de uvas. Também nas suas águas vivem verdes algas clorofiladas ou pigmentadas de azul, amarelo, vermelho, lilaz e castanho, anemonas, actinias com flores de várias cores, os extravagantes anelidos, os polipeiros de corais vermelhos, negros e brancos, as madreporas, as coloridas asterias, as gelatinosas esponjas, as luminosas e queimantes medusas e outros antozoários, zoofitos e radiários, hoje sobejamente reconhecidos como animáculos e não plantas como consideravam os antigos.

A luz solar que penetra e atravessa as suas águas e vai enfraquecendo à proporção que se afasta do seu nível superficial, já muito rarefeita, atinge apenas às primeiras camadas da região pelágica. No entretanto, daí até o extremo da região abissal e no próprio fundo do mar, onde existem milhares de animais, peixes, corpúsculos e animáculos de várias naturezas e dotados de olhos especiais, tam-

bém há luz. É o próprio mar que a fábrica no seu infinito seio. São os intermináveis detritos dos seus milhares de seres e micro-organismos decompostos que, em combinação com o oxigênio, o gás carbônico e outros elementos químicos dissociados, nele existentes, produzem a fosforescência das águas e a pigmentação luminosa de certos peixes.

Ele também é uma poderosa fonte de eletricidade que se torna o principal agente dessas dissociações e das várias combinações químicas que se realizam no seu ambiente, e concede a certos peixes, corpúsculos e micro-organismos especial propriedade elétrica.

Como a mais acessível via de comunicação, ainda nos modernos tempos da aviação, o homem o tem explorado em tôdas as direções e tanto quanto possível. Isso é natural e lógico, pois com sua infinita amplidão e seus numerosos recursos, o mar lhe oferece vantagens e garantias que a terra, com seu âmbito limitado e a eterna luta entre os homens, não lhe concede. Razões físicas, sociais, biológicas, econômicas e políticas, de grande relevância, os têm conduzido imperativamente, em todos os tempos, a procurar o mar e a servir-se dêle como fator de economia e de expansão. Até razões estéticas os impeliram para a sua afeição, porque muito cedo os homens, cansados de apreciar os variados panoramas terrestres começaram a se encantar com os multicoloridos cenários que o mar lhes desvendava.

Assim, então, o mar apresenta frequentemente aspectos variados e característicos que distinguem a vida no seu interior da vida na terra. Os fatores que mais concorrem para tal são as águas, o ar, o céu, os ventos e os astros, agindo com suas específicas influências, isoladamente ou em conjunção parcial. E é por isso que êle revela semblantes diversos, desvendando cenários que ora sensibilizam o homem se é dotado de bons sentimentos e possui uma alma de artista, ora estimulam a sua energia e enrijecem a sua força se é dinâmico e lutador.

A sua inquietante volubilidade, torna o homem do mar, mesmo forte, bravo e austero, um ser inconstante que à plácida ou agitada vida da terra prefere o descontínuo ambiente do mar, ora lido, ciciante, modorrento e monótono, no qual os dias e as noites parecem semelhantes e intermináveis e as águas se desdobram em

largas e compassadas vagas, que se quebram de encontro aos navios, rochas e praias; ora encolerizado e, por vezes mesmo, imponente na sua injusta fúria. Não lhe agrada mais o sintônico ritmo daquela vida e logo que pode, regressa para os seus penates no mar, onde as águas e o céu estão sempre dilatando os seus limites.

A mobilidade e o instinto de curiosidade são as principais características da vida no mar. Bem disse MICHELET em *La Mer*: "vivre à la terre c'est un repos; vivre à la mer c'est un combat vivifiant pour qui peut le supporter".

No mar também há poesia e arte: o murmurar das ondas, o ciar das brisas, o retumbar das vagas, o sibilar dos ventos, o roncar dos trovões e o troar das tempestades são expansões musicais diversas. Os policrômicos arrebois, os angrentos crepúsculos, as apoteóticas auroras boriais, os santelmos, o multicoloridos arco-iris, os prateados luares e as fantásticas miragens de montanhas, cidades e figuras, são verdadeiros painéis de beleza e pintura. As próprias águas, com as suas nuances e a sua fosforecência, são motivo de enlêvo ao gosto estético do homem. E tudo isso assim fornece aos pintores e poetas, inspiração e motivos para elaborarem respectivamente as suas telas e os seus poemas.

Economicamente êle é um inesgotavel celeiro da variada alimentação humana, um conservador e revigorante da saude e um incessante veículo de transporte de mercadorias, naturais ou manufaturadas, que mantem o comércio entre os povos. Socialmente é o perpétuo transmissor do progresso, da civilização, do conforto, dos hábitos, dos costumes, das vaidades e dos prazeres, através do mundo habitado. É a infinita ponte, por cujos caminhos, os povos do Oriente, mesmo à distância, em tempo de paz apertam as mãos aos povos do Ocidente e, em tempo de guerra, tentam estrangulá-los.

É portanto, o mar, conforme de uma feita já escreví, "a mais vasta e melhor prática da Vida. É o maior palco do mundo, onde se desenrolam os mais sensacionais dramas e as mais alucinantes tragédias". E quando o homem consegue fugir dos seus tremendos golpes ou salvar-se das lutas com êle, orgulhoso proclama-se um vencedor das forças malignas da Natureza e radiante canta a sua vitória. Pura ilusão, pois foi Deus que, apiedado dos seus ingentes esforços, na Sua Onipotente Sabedoria, resolveu suspender o seu anatema con-

tra êle e, cessado o conflito entre os elementos cósmicos, à feroz tempestade faz suceder sempre plácida bonança. Entretanto o homem pretenciosamente acredita que teve fôrça ou talento para vencer o Mar. Mas nem sempre o mar anda encolerizado, revoltado, mau ou carrancudo. Senhor soberano dos seus infinitos domínios, o homem, habitante da terra, é que representa um ser estranho no seu ambiente.

Na maior parte do ano, a vida no mar é boa, sadia, alegre, atraente e agradável pois os ventos, as calmarias, os grandes calores, as tempestades e as correntes, fatores perturbadores da harmonia dessa vida, têm as suas monções periódicas e conhecidas, conforme as várias regiões do Globo. Daí sucede que num Oceano, em zonas diferentes e distantes, no mesmo momento podem se desenvolver situações inteiramente diversas. Numa, uma desvairada tempestade tragando navios e corpos, e, noutra, um mar sereno, um céu limpo e um luar prateado nas suas águas fosforescentes, e tal antagonismo representa apenas sincrônicos contrastes da Natureza.

É nesse incerto e enganador ambiente que vive o homem do mar, seja êle simples pescador, operoso mercante ou bravo guerreiro. É somente conhecendo bem o mar que se pode compreender a alma do marinheiro e o valor da sua profissão. O seu forte caráter, estruturado em tal ambiente e enrijecido nas lutas contra os incertos golpes que o mar desfere, exige que êle seja um homem robusto, sadio de corpo e de espírito, audacioso, tenaz, abnegado, generoso, observador, providente e auto-dominante. E, se fôr guerreiro, deve aliar a estes predicados o ser obediente às leis e às ordens, respeitador dos seus chefes e das boas tradições, leal e patriota, amar o seu navio, estimar a sua profissão e os seus camaradas e, finalmente, compreender bem a sua finalidade como marinheiro e como militar.

Tôdas as profissões são necessárias ao complexo ritmo da vida da Humanidade mas, sem dúvidas, a mais antiga de tôdas é a do homem do mar, que por isso mesmo, sempre gozou de particular importância e poucas variações tem sofrido na sua evolução.

Foram os marinheiros de vários povos, em diversas épocas e em tôdas as direções, em seus diversos navios e com velas soltas a todos os ventos, que desencantaram os oceanos, cruzaram todos os mares,

desfizeram as malignas superstições, lendas e abuzões que os infamavam e descobriram novos caminhos, novas terras, outros povos e outras riquezas. Foras êles também que, conduzidos por douradas ambições e seduzidos por fé religiosa, fixaram os limites do Globo, e deles transportaram fabulosas riquezas, naturais e manufaturadas, para gozo e conforto do homem insatisfeito e expandiram pelo Mundo religiões, hábitos, costumes, idéias, progresso e civilização.

Sem a contínua e vigilante ação do homem do mar e o extraordinário desenvolvimento que a sua profissão adquiriu, através dos séculos, em duras experiências e árdua prática, jamais a Humanidade teria tão vertiginosamente atingido o soberbo grau de adiantamento que vem desfrutando. Não se lhe pode imputar nenhuma culpa ou responsabilidade nas grandes crises morais, sociais ou políticas que os povos, em várias épocas, têm atravessado, porque estas têm decorrido tão somente de suas obstinadas incompreensões.

A profissão do mar, pelo seu singular alheamento às vaidades humanas e às mesquinhezas da política pessoal, tornou-se forte, parcialmente coesa e militarmente poderosa, podendo controlar o poder econômico dos povos e contê-los nas suas desvairadas ambições. E o mar, na sua intérmina vastidão, passou então a representar o maior poder político do Mundo. Êle tem sido sólido esteio de Nações e govêrnos, garantia de impérios, respeitador de soberanias, conservador de unidades geográficas e inesgotavel alimentador de povos. As nações e povos que assim o têm compreendido e, por isso, construíram e mantiveram eficientes as suas esquadras e as souberam empregar, têm subsistido a despeito de ambiciosos e audazes golpes inimigos. E as que, por pecúnia, ideologias ou displicência, têm desdenhado o poder do Mar, através de todos os séculos, difficilmente conseguiram manter-se sempre ilesas ou íntegras na sua soberania.

Nos tempos antigos, a Fenícia, a Grécia, a Pérsia, o Egito, Cartago e Roma, que possuíram poderosas frotas, perderam aquele poder quando estas foram aniquiladas, e os seus domínios ruíram. A China, em todos os tempos, por não acreditar no valor dele e viver preocupada com o poder celestial, tem sido sempre vencida. A Espanha e a Holanda no século XVII, e a Rússia, por duas vezes no atual, por não lhe haverem dado a devida importância perderam a

sua proeminência. A França, no começo do século XIX e ultimamente, por idêntica razão, foi catastróficamente vencida e desapareceu dos mares. A hipertrofiada e arrogante Alemanha, por acreditar mais no poder terrestre que no naval, tem tido sucessivos fracassos. O Japão, que bem compreendeu esse poder, mas que quando luta torna-se facinoroso e sedento de ambição, já está sentindo bruxolear a luz do seu "sol nascente". Somente a Grã-Bretanha à frente do seu Império e os democráticos Estados Unidos que, com sabedoria, arte e generosidade, têm melhor compreendido o mar e o seu valioso poder, subsistirão do atual cataclisma político, social e econômico, que como um belicoso tufão vem assolando o Mundo há quatro anos. A Rússia, somente quando souber compreendê-lo poderá permanecer como potência, segura da sua soberania e integridade. E finalmente, as demais nações carecem de importância própria para pezarem no equilíbrio político do Mundo.

Foi poeticamente enlevado por esse complexo do mar, vagamente pressentido, que o jovem Vital de Oliveira (Manoel Antonio), aos treze anos de idade e já aprovado em seus exames de humanidades, resolveu exercer a sua precoce atividade de homem. Pouco haveria que extranhar nessa resolução, se ela não houvesse partido somente dele e sem nenhuma influência dos seus pais. Era vocação espontânea, justificável na sua idade. Poucos anos mais tarde ela também seduziria seu irmão mais jovem, Octaviano, que lhe seguiu os passos. Mas quando e como teria despertado nele tal vocação? Não é difícil explicar.

No Norte do Brasil, o homem do litoral, morador nos portos ou frequentador das praias, é sempre um enamorado do mar, a quem os panoramas da terra pouco fascinam. E assim, o jovem Vital, nascido em Recife a 28 de setembro de 1829, filho do funcionário de Fazenda da Província de Pernambuco, Antonio Vital de Oliveira e de sua mulher dona Joanna Florinda de Gusmão Lobo, sempre que podia, nos dias de folga, gostava de estacionar no lagamar da Lingueta ou passear pela praia, defronte do quebramar do Picão, com os olhos fixos no verde mar, vendo as travessas jangadas, de velas pandas ao vento, ora desaparecerem no cavado das vagas, como se fossem tragadas por elas, ora surgirem empinadas na sua crista para novamente se ocultarem, num encantador jogo de esconder.



E quanto lhe agradava tal espetáculo! Até lhe parecia que seus tripulantes lhe convidavam a participar na porfiada luta contra o mar. E que alegria lhe causava a sua chegada à beira da praia, trazendo farta colheita de peixe, grandes camarões e rubicundos lagostins! E que inveja sentia ao ver, já crestados do sol e do ar do mar, os filhos dos pescadores, garotos como êle, e que os acompanhavam nas suas viagens! Tudo isso o encantava, e no seu espírito de adolescente, tão vivas impressões pintavam a vida do mar, tão bela e tão simples, que até o faziam sonhar com ela. E, se a apreciava assim, por que não segui-la? Falaria com seus pais que naturalmente o consentiriam e procuraria um bom pescador para levá-lo na sua embarcação ensinando-lhe a ser um jangadeiro... Sensatamente os pais se opuzeram a tamanho dispautério, que só podia ser uma idéia infantil. Se o mar tanto lhe encantava, por que não ingressar na honrosa carreira de marinheiro, para defender a honra da Pátria e o trono de Sua Majestade? Isto seria mais nobre, tanto mais quanto na família de sua mãe tinha havido marinheiros honrados e patrióticos que souberam bem servir ao Rei e ao Reino.

Espírito obediente, Vital conformou-se com tão ponderado parecer e, seis meses depois, a 1 de março de 1843, matriculava-se na Academia de Marinha da Corte. Trazia dos bancos escolares do Recife a reputação de um talentoso e aplicado aos estudos, confirmando-a durante os três anos do seu curso, em que se revelou um aluno distinto. A sua turma compunha-se de quatorze Aspirantes, dos quais foi êle o que mais se destacou, quer na vida escolar, quer posteriormente como oficial.

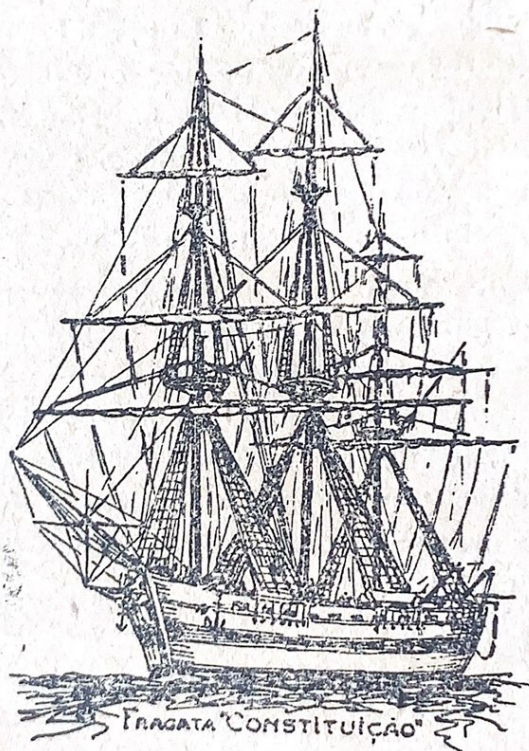
### O MARINHEIRO

Findo o Curso naquela Academia, a 12 de novembro de 1845 era promovido a Guarda-Marinha e no dia 27 embarcava na corveta "Bertioga", da qual passava, a 3 de fevereiro seguinte, para o brigue "Caliope", pertencendo à Divisão Naval estacionada na Província de Pernambuco. Assim, bem cedo, pôde rever o seu amado Recife e os seus pais.

Durante o ano de 1847, embarcando na fragata "Constituição", do comando do valoroso Capitão de Fragata Joaquim José Ignácio,

fez longos cruzeiros e visitou vários portos europeus, tendo nessa prolongada viagem, revelado singular aptidão para a vida do mar e se mostrado sempre atento à marinharia, bom observador, respeitador da ordem e da disciplina e, mais que isso, desvendado a sua inclinação para a arte de navegar e a observação dos astros. Essa conduta feriu a atenção do seu comandante que, por ocasião do seu desembarque, louvou-o efusivamente e, desde essa ocasião, passou a distinguí-lo e dar-lhe provas de apreço.

O Comandante Joaquim José Igácio, português sinceramente devotado ao Brasil, foi uma das lídimas glórias da Imperial Marinha à vela e, quando realizou aquela viagem, já era um consumado ma-



rinheiro "de talha aos lais" porque se fizera sempre em contacto com o mar, e um bravo desde a disputada campanha de 1825-28 nas águas platinas, onde foi náufrago, prisioneiro, evadido e vencedor. Portanto, o seu louvor ao Guarda-Marinha Vital de Oliveira, bem valia um diploma de alta competência.

Desembarcado da "Constituição", assim laureado e logo em seguida promovido a Segundo Tenente, iniciou o ano de 1848 desen-

volvendo a sua atividade como oficial, sob sua própria responsabilidade, e fez curtas viagens; porém no ano seguinte, retornou ao porto de Recife na fragata "Constituição", embarcando na corveta "Euterpe" e aí, a 2 de fevereiro, à frente de uma força de marinheiros combateu em terra os amotinados "praieiros" armados que se dirigiam ao palácio do Presidente para depô-lo, sendo nessa ocasião ligeiramente ferido.

Louvido pelo grande serviço que acabava de prestar, porquanto, com a sua atitude, dera tempo a que fôrças do Exército corressem em auxílio daquela autoridade, no dia 4 de março foi condecorado pelo Imperador com a comenda da Ordem de Cristo.

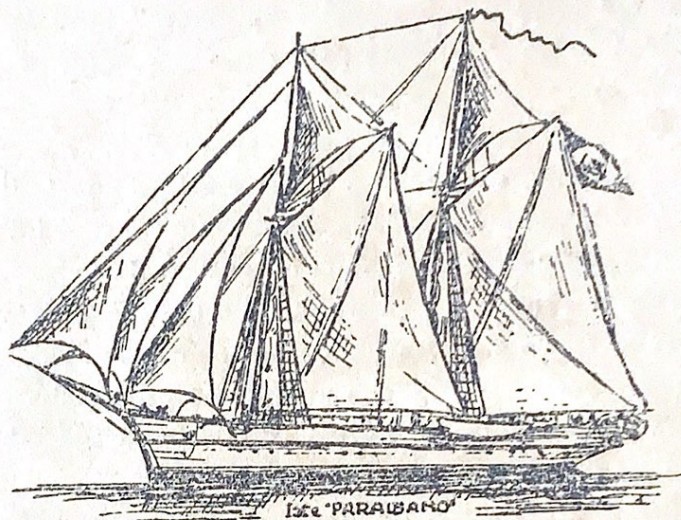
Promovido a Primeiro Tenente a 2 de dezembro de 1849, passou a exercer as funções de Imediato em pequenos navios, dentre os quais deu preferência ao brigue "Caliope" no qual embarcou várias vezes porque êle pertencia às Forças Navais destacada em Pernambuco e geralmente permanecia em Recife.

Cedo propagou-se a sua reputação de hábil observador e escrupuloso encarregado de navegação nos navios em que viajara e, por isso, em 1850 os seus serviços passaram a ser aproveitados na Comissão de Melhoramentos dêsse porto, onde dirigiu um contínuo serviço de sondagens, quer nos canais, quer no Lameirão e especialmente junto aos bancos aí existentes. E tão habilmente trabalhava em tal serviço e a qualquer hora, que os Capitães do Porto se interessavam junto ao chefe daquela fôrça para deixá-lo destacado no Arsenal de Marinha, afim de que êle não interrompesse as sondagens e levantamento que vinha cautelosamente procedendo.

Alternando embarques, fazendo pequenos cruzeiros entre as costas baianas e norte-riograndenses e destacando, ora para a Capitania do Porto, ora para o Arsenal do Recife, o Tenente Vital, já comandando desde 1854, consumiu a sua atividade em levantamentos e sondagens na Província de Pernambuco até o fim do ano de 1855, quando aí publicou o seu Roteiro sôbre a entrada nas barras dos trinta e dois rios que desaguam na costa pernambucana.

Em 1856, comandando o iate "Parahibano", foi encarregado de sondar as lagoas do Norte e da Manguaba e os canais que lhe dão acesso, na Província das Alagôas, a pedido do seu Presidente, e levantar a região lindeira que as compreende, com o fim de permitir

estudar a possibilidade da criação de uma frotilha de iates para navegar nelas e explorar o pescado, especialmente o marisco "sururú" aí abundante.



Como as cartas náuticas que auxiliavam as navegações costeiras para o norte do Império eram omissas quanto às sondagens e muito particularmente quanto aos vários acidentes hidrográficos que lhe ficavam adjacentes, havendo muitos enganos prejudiciais, resolveu o Ministério da Marinha mandar Vital de Oliveira, auxiliado por alguns aplicados Tenentes, entre os quais Eduardo Wandenkolk e José Luiz Teixeira, que mais tarde se destacaram e atingiram o elevado posto de Almirante, proceder a um rigoroso levantamento geral de tôda a costa e da zona fronteira do mar até duas léguas, desde a barra do rio Mossoró, na divisa entre as Províncias do Ceará e Rio Grande do Norte, até a barra do rio São Francisco, na divisa das Províncias das Alagôas e Sergipe, inclusive todos os acidentes nela existentes.

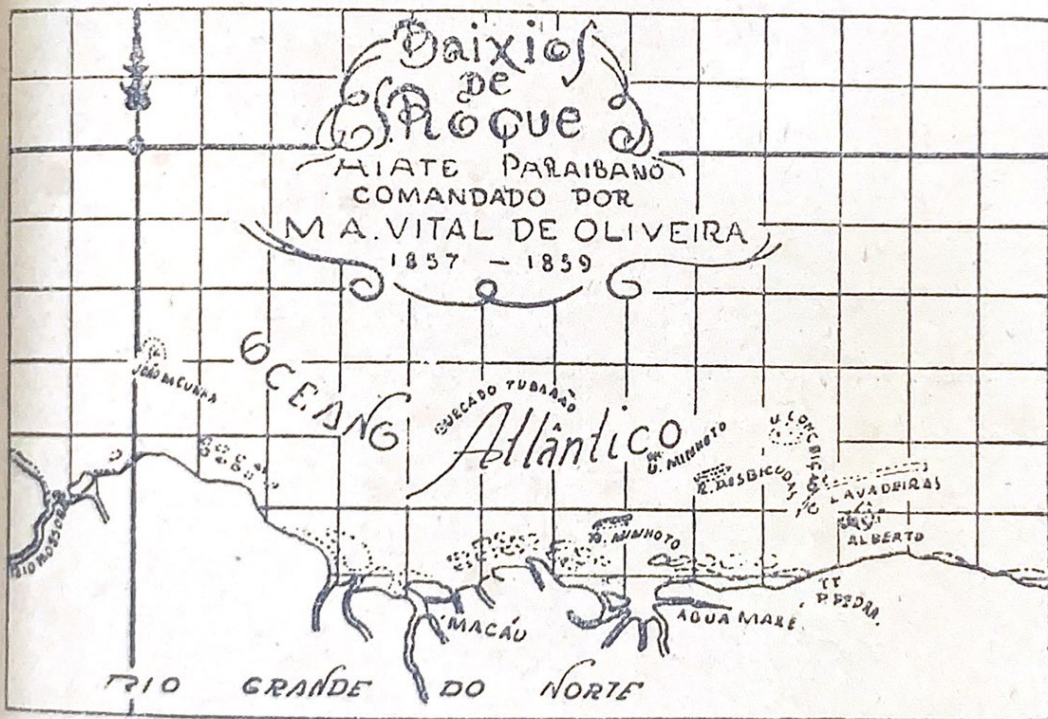
Essa laboriosa tarefa durou três anos, entre 1857 e 59, tendo variado os auxiliares do Comandante Vital de Oliveira, porém permanecendo êle e os práticos dessa longa região. Foram mais tarde publicadas cinco cartas reduzidas que abrangem as costas das quatro Províncias contempladas e, somente dez anos depois, o magnífico Roteiro que as acompanhou.

Firmada, sem contestação, por estas provas, a sua reputação de



Cmt. Vital de Oliveira

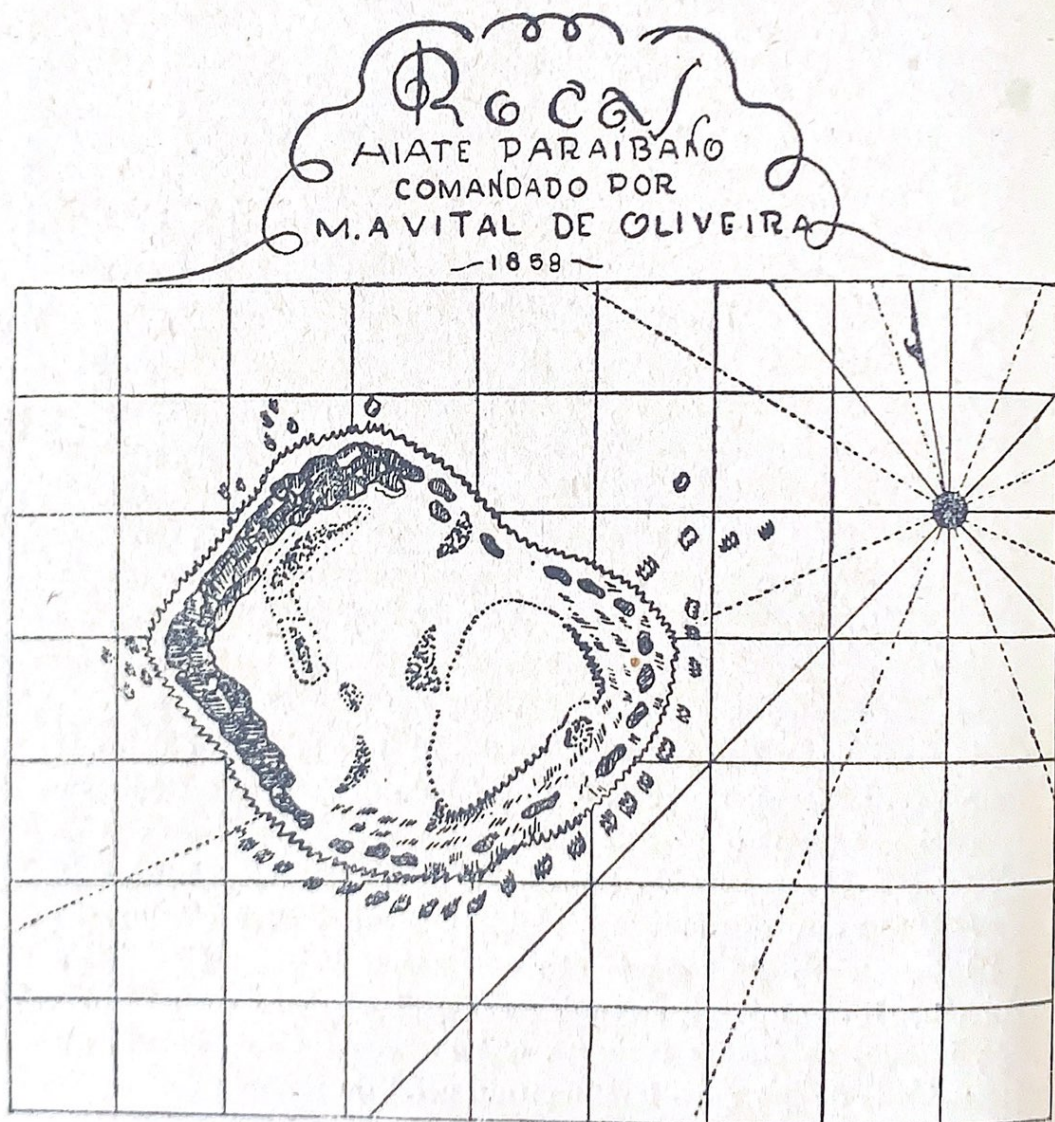
bom hidrógrafo, continuou a sua atividade a ser utilizada em semelhantes tarefas, a saber: em 1858, o levantamento e planta do Parcel das Rocas, que fica situado ao noroeste e próximo das ilhas de Fernando de Noronha, o que foi feito em três meses, acompanhado de minucioso relatório; em 1861, comandando o vapor "Jaguarão" e sob a direção do Vice-Almirante Tamandaré, procedeu a estudos e levantamento da zona da costa que abrange o cabo Santa Marta e o banco que lhe fica fronteiro; em 1862, procedeu à locali-



zação e determinação da pedra em que batera o vapor "Hermes", da Companhia de Campos, próximo das ilhas de S. Anna e defronte do porto de Macaé; em 1863, foi incumbido de "coligir, metodizar e retificar as plantas e mapas e outros trabalhos hidrográficos concernentes à costa e portos do Império do Brasil que porventura existissem nos arquivos públicos e pudessem servir para a continuação do levantamento da carta geral da mesma costa", que êle iniciára em 1857. E isso o levou a reunir 336 cartas, plantas e planos diversos, inçados de êrros e omissões, que lhe convenceram da urgente necessidade de um novo levantamento geral do resto da costa.

Ancioso por voltar ao serviço do mar, porquanto havia sido promovido, por escolha do Imperador, em dezembro de 1862, a Capitão Tenente, foi surpreendido com a sua designação para proceder a novos levantamentos, não mais na costa norte, agora para o sul, entre a ponta da Guaratiba na divisa da Província do Rio de Janeiro e a ponta da Joatinga na Ilha Grande, inclusive as suas baías, canais, bancos e outros acidentes e ilhotas adjacentes e, também, a restinga e saco da Marambaia, que lhe ficam próximos.

Mal terminada esta tarefa, quando entregava o seu relatório e as plantas respectivas, o Ministro da Marinha novamente invocou



seus especializados conhecimentos náuticos para examinar e dar parecer sôbre uma carta geral do rio Amazonas, na parte do seu curso dentro do território nacional, a qual fôra levantada pela Comissão Mixta de Limites entre o Império do Brasil e a República do Perú.

Todos êsses preciosos serviços foram devidamente apreciados e louvados pelas autoridades que os determinaram e que pelo seu valor pessoal e profissional, merecem aquí ser nomeadas, como comprovantes verdadeiros dos seus méritos. Foram elas: em 1855, o Capitão de Fragata Eliziário Antonio dos Santos, então Capitão dos Portos de Pernambuco e que mais tarde foi Almirante, Barão de Angra e Ministro da Marinha; em 1857, o Capitão de Mar e Guerra Francisco Manoel Barroso, o herói vencedor de Riachuelo, que também foi Almirante e Barão do Amazonas; em 1861, o Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, Visconde de Tamandaré e, em 1863, o Ministro da Marinha, Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, posteriormente Almirante. Todos êsses quatro bravos da guerra contra o Paraguay, de uma forma notável serviram à Pátria e à sua profissão, e isso ainda mais engrandeceu aqueles merecidos louvores a que Vital de Oliveira fez jús, tão modestamente.

A despeito da sua atividade haver sido empregada, durante cerca de quatorze anos, com pequenas intermitências, em árduos serviços de sondagens e meticolosos levantamentos de cartas, relatórios pareceres e roteiros, todos de real valor técnico, em seus pequenos intervalos realizou curtas viagens em navios à vela e a vapor, nas quais deixou traços marcantes de sua competência, disciplina e operosidade. Desempenhou com a mesma eficiência as diversas comissões que lhe foram ordenadas e se revelou bom marinheiro, respeitado por Chefes e Oficiais e estimado pelas guarnições.

E naturalmente foi por haver assim se credenciado que o seu ex-Comandante na "Constituição" e dedicado amigo, o Chefe de Divisão Joaquim José Ignácio, comandante da Fôrça Naval do Primeiro Distrito sediado na Corte e, em 1866, Presidente da Comissão de Engajamento, Recebimento e Encaminhamento dos Voluntários que se apresentavam para defender a Pátria contra o tirano do Paraguay, conhecendo os esforços que Vital de Oliveira desenvolvera para reuní-los nas Províncias do Norte e trazê-los no vapor "S. Francisco" até o Rio de Janeiro, resolveu propô-lo ao Ministro da Mari-



nha para incumbi-lo de ir buscar na França a corveta encouraçada "NEMESIS", que lá se achava em construção com outros navios para o govêrno paraguaio.

Essa tarefa, que aparentemente parecia ser uma comissão de passeio, dessas com que, em tôdas as épocas, as autoridades beneficiam os seus amigos, era, no entretanto, um verdadeiro presente de grego... uma prova de alta temeridade, pois o navio de fundo chagto, pouco calado, baixo de borda e com duas casamatas encouraçadas no centro, destinado a ser empregado em rios, não era apropriado para atravessar as incertas águas oceânicas.

Mas Joaquim Ignácio bem conhecia o valor de marinheiro de Vital de Oliveira. Êle ainda se recordava daquele jovem Guarda-Marinha que, na viagem internacional da fragata "Constituição", tanto o impressionara pela sua atividade e aptidão para a vida do mar e dois anos depois, à frente de um punhado de bravos havia lutado nas ruas do Recife com um troço de homens armados e amotinados, em número superior aos seus comandados, e os vencido. Lembra-se ainda que o vira trazer ferido, nessa ocasião, para bordo do seu navio, a corveta "Euterpe" e a ância que manifestava para regressar e continuar a luta. E era incentivado por essas recordações e pela consciência que tinha da sua competência náutica, já tão comprovada, e do modo escrupuloso com que sabia cumprir com os seus deveres profissionais, que êle julgava o Comandante Vital de Oliveira capaz de bem desempenhar a árdua comissão para a qual acabava de o indicar. E não se enganou.

Em fevereiro de 1866 partia Vital de Oliveira para Bordeaux no vapor inglês "Ishione", acompanhado da guarnição da corveta que deveria trazer. Nos primeiros dias de Junho a recebia e a 11, data do primeiro aniversário da brilhante vitória de Riachuelo, passava-lhe revista de mostra e, patrioticamente encarecia-lhe o elevado valor. Três dias depois partia para o Brasil. O que foi a viagem, somente os que a fizeram podem narrar com a possível exatidão. A princípio, boa e calma até às proximidades do Equador. Como vinha sendo feita, um pouco aproximada das costas africanas para aproveitar os ventos, quando dela procurou se afastar para evitar as calmarias e iniciar a travessia do oceano, uma tempestade colheu a corveta e durante três intermináveis dias a trouxe desnor-

teada e frequentemente invadida pelas águas, até na iminência de sossobrar. Houve momentos de verdadeira angústia e mesmo desânimo, mas a guarnição parecia que confiava mais na bravura, competência, serenidade e patriotismo do seu comandante do que na mercê da Virgem Santa, a quem muitos oravam. Entretanto, era êle quem mais sofria porque o navio difficilmente se aguentava na capa e, recebendo águas pelos dois bordos, ameaçava virar, se dela tentasse sair para correr com o tempo. Navio impróprio para atravessar mares agitados ou resistir a tempestades, pagava o tributo da sua audácia.

Vital de Oliveira, auxiliado pela sua brava guarnição, tudo fez para escapar da fúria do mar e nunca perdeu a esperança de salvar o navio e chegar com êle ileso ao Rio de Janeiro. Felizmente depois de três dias e duas noites de tremenda luta entre a fôrça, que era o mar e a temeridade, que era o homem, o tempo foi amainando e, em fins de Julho, a fatigada "Nemesis" fundeava nas verdes águas do Lameirão no porto do Recife. E sua viagem tinha assim constituido uma brilhante confirmação do valor dos marinheiros do Império e uma excelente prova da boa construção do navio. Reparadas aí no Arsenal de Marinha as avarias que sofreu, ao fim de uma semana de nova viagem com bom tempo, garbosa e altaneira, a corveta entrava a 25 de agosto nas carinhosas águas da Guanabara, onde lançava ferros. Dias depois era visitada pelo Chefe de Divisão Joaquim Ignacio, comandante da Fôrça Naval da Côrte que, em revista de mostra, com eloquentes expressões de elevado civismo, louvou o seu comandante e a respectiva guarnição, enaltecendo a valerosa attitude que todos revelaram na difficil conjuntura em que se viram no pélagos do Oceano.

O Imperador, tomando conhecimento disso, mandou louvar o Comandante Vital de Oliveira e os seus destemidos marinheiros e o condecorou com o hábito da Ordem de Aviz, enquanto que o Ajudante General da Armada concedia uma licença especial a cada homem da guarnição. Além destas justas provas de apreço, o Comandante Vital de Oliveira recebeu outra que muito o sensibilizou, foi a visita feita ao seu navio pelo Chefe de uma Fôrça Naval norteamericana que se achava fundeada próximo da corveta e que lhe pediu que narrasse toda a viagem que acabava de realizar. Satisfa-

zendo-o, narrou-lhe tudo e, depois de ter sido ouvido com toda a atenção, convidou o chefe americano a visitar o navio, o que êle fez. Ao retirar-se, o illustre official agradeceu-lhe a gentileza e louvou-o pelo vitorioso êxito da viagem que considerou uma verdadeira epopéia, pois o navio era inteiramente inadequado para navegar no alto-mar. A opinião dêsse chefe, bastante abalizado, porquanto estava acostumado a navegar nos mares do Atlântico-norte, onde caem furiosas tempestades e tremendos ciclones, conferia ao seu louvor um cunho de muito valor.

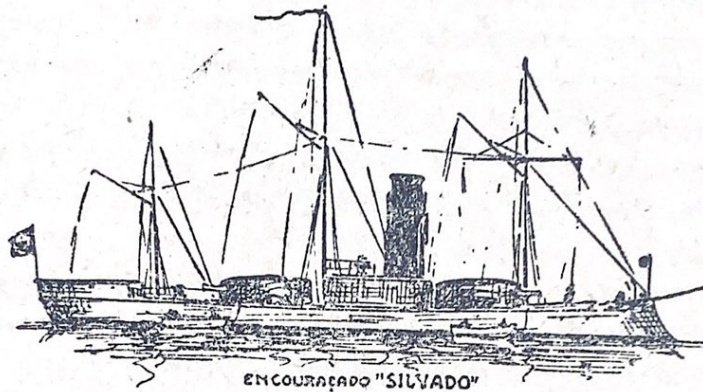
Mais uma vez, assim, Vital de Oliveira, já acreditado por tantos úteis serviços, confirmava o elevado conceito que as altas autoridades navais faziam das suas qualidades marinheiras e da sua exatidão no cumprimento dos deveres. E, como reconhecimento a tudo isso, entrava para a lista das próximas promoções por merecimento, que deviam ser assinadas em dezembro futuro.

A corveta recebera o nome do Comandante Silvado que, a 2 de setembro fôra vitimado na explosão que puzera a pique, nas águas paraguaias, o seu navio que chocara num torpedo. Assim, a "Silvado" fôra a 13 de setembro incorporada à Fôrça Naval da Côrte.

Mas um official da fibra patriótica e do elevado carater de Vital de Oliveira não se sentia satisfeito em ficar inerte enquanto os interesses e a dignidade da Pátria estavam empenhados em luta com um ambicioso e hipertrofiado Ditador que explorava um povo aguerrido, e os seus irmãos de classe de armas estavam tombando no cumprimento do dever. E assim pensando, solicitou ao seu Chefe que enviasse o seu navio para as águas inimigas, onde êle e os seus comandados também queriam pagar o seu tributo de sangue.

Acedendo a tão sublime apêlo patriótico, digno de louvores e de exemplos, o Chefe de Divisão Joaquim Ignácio, que tão bem conhecia o seu valor e a sua sinceridade, transmitiu ao Ajudante General da Armada êste desejo. Em seguida, Vital de Oliveira recebia ordem de partir com o seu navio, que acabava de ser anexado às Fôrças Navais em operações nas águas dos rios da Prata e Paraguai. A 3 de dezembro êle chegava ao porto de Buenos Aires, onde se apresentava ao Vice-Almirante Barão de Tamandaré, Comandante Geral daquelas Fôrças e dois dias depois a "Silvado" era incorporada a elas.

Foi de júbilo para essas fôrças o dia da incorporação da "Silvado", pois elas recebiam um navio novo, encouraçado, bem armado, homenageando o nome de um bravo marinheiro, guarnecido por uma destemida maruja e comandado por um notavel oficial. Por isso foi bem justa a festiva recepção que lhe fizeram.



A 22 de dezembro, adoentado, o Almirante Tamandaré retirava-se para a Côte e passava as suas elevadas funções de Chefe Geral ao Chefe de Divisão José Joaquim Ignácio, que com sua competência, atividade, energia, bravura, iria continuar com amplo discórdio e em melhores condições, por haver recebido numerosos recursos, a ação bélica iniciada por seu ilustre antecessor que, através de insuperáveis dificuldades, logrou conduzir durante dois anos aquelas fôrças à brilhante vitória de Riachuelo e às proveitosas de Cuevas, Mercedes, Itapirú e Curuzú.

O precípua objetivo das Fôrças Navais Brasileiras era abrir caminho pelo rio Paraguai acima até ao porto de Assuncion, para que aí fossem impostas ao Ditador inimigo, ou a quem o houvesse substituído no govêrno ou na direção da guerra, as condições de paz que deviam dar fim às hostilidades.

E para isso, já divididas aquelas fôrças em quatro Divisões, determinou o Chefe Joaquim Ignácio que duas delas procedessem imediatamente ao reconhecimento das fortificações das barrancas e das baterias de Curupaity, enquanto as outras duas procediam ao reconhecimento do acampamento das fôrças inimigas que existia por trás dessas baterias e próximo das margens da lagôa Pires. E isso foi feito, com bom êxito e sem sensíveis perdas, a 8 de janeiro de 1867. Em

consequência do resultado obtido, ordenou êle que a 2 de fevereiro se procedesse a um novo reconhecimento das mesmas fortificações e baterias, porém com caráter mais ofensivo e simultaneamente um violento bombardeio do acampamento. Então os navios das duas Divisões aproximaram-se das fortificações e baterias, passaram defronte delas nos dois sentidos e somente na volta o encouraçado "Colombo", que vinha na vanguarda, iniciou o fogo que foi imediatamente acompanhado pelos outros navios, que atiravam quando defrontavam as baterias, pois o seu objetivo era desmontá-las e arrazar as fortificações. Enquanto isso assim se passava, o Chefe Joaquim Ignácio, de bordo da corveta "Biberibe", assistia àquele bombardeio feito pelos navios das outras Divisões.

Os paraguais, simultaneamente fustigados, reagiram ferozmente, porém dentro de duas horas os seus fogos haviam esmorecido e o combate chegava ao fim, com grandes perdas para êles, tendo ficado as fortificações bem danificadas e as baterias desmontadas.

No reconhecimento, que logo se transformou em renhido combate, os brasileiros tiveram apenas alguns navios metralhados e treze homens feridos, dentre os quais dois vieram a falecer. Um destes foi infelizmente o Capitão-Tenente Manoel Antonio Vital de Oliveira, comandante da Corveta "Silvado", que foi ferido por um estilhaço de uma bala inimiga que cortara o estai da chaminé do navio quando êle, já no fim do combate, impávido e ativo na tolda, dirigia a ação do seu navio.

Imediatamente transportado para a câmara do Chefe Alvim, foi oportunamente pensado, porém o estilhaço, tendo se alojado em um dos pulmões, tornou inevitável a sua morte. O cruel desfecho realizou-se à tarde e no dia seguinte o seu corpo, com tôda a pompa militar, foi inhumado no cemitério de Corrientes, entre os túmulos dos bravos Tenentes Mariz e Barros e Jansen Muller, que também haviam dado a sua vida em holocausto à Pátria.

O dia três de fevereiro foi um dia de sentido luto para as duas Divisões que galhardamente haviam combatido defronte das fortificações de Curupaití. O alarde dos seus denodados oficiais havia sido desfalcado de um dos seus melhores elementos pois o Comandante Vital de Oliveira era geralmente considerado por chefes e oficiais e subordinados, um grande marinheiro, um bom comandante, um ho-

mem bravo, um notável hidrógrafo e um caráter elevado, que, dentro da classe, já vinha projetando o prestígio de um futuro Almirante.

Era portanto, justamente lastimável o seu desaparecimento. Perdia a Marinha um dedicado profissional e a Nação um leal servidor e bom patriota. Posteriormente os seus restos foram transportados para Recife, onde se acham conservados no cemitério público em túmulo próprio e condigno, feito de mármore de Lisboa.

O destino revelou-se cruel com êle que fora para a guerra por sua vontade e pedido, com a louvável intenção de cumprir um dever que julgava imperativo. Anciava por combater o inimigo e logo na sua primeira ação foi tão insidiosamente vitimado. Faleceu sem saber que havia sido promovido a 21 de janeiro ao posto de Capitão de Fragata, por merecimento, pelos muitos e valiosos serviços que já havia prestado. Esta notícia tão auspiciosa, só chegou ao conhecimento do Chefe das Fôrças Navais a 7 de fevereiro e foi publicada em Ordem no dia seguinte.

### *O HIDRÓGRAFO E CARTÓGRAFO*

As cartas portuguesas das águas e costas do Brasil, dos séculos XVI e XVII, levantadas por instrumentos imprecisos e métodos imperfeitos, eram omissas e cheias de erros e o seu emprego tornava-se temerário e por vezes desastroso. As cartas levantadas pelos holandeses no tempo do domínio bátavo no norte do Brasil, também eram defeituosas e se limitavam à beira do litoral sem contemplar os bancos, baixos e pedras que jaziam adjacentes no mar, e que constituíam a preocupação principal dos navegantes que demandavam a costa.

Somente entre os anos de 1778 e 1779 foi que o Capitão inglês Dalrymple, com a ajuda de vários diários dos marinheiros do seu país e de instruções prestadas por alguns pilotos e hidrógrafos portugueses, introduziu naquelas cartas algumas retificações, que ainda claudicavam porque se baseavam em observações astronômicas pouco precisas.

Outras cartas da costa do sul foram levantadas em 1780 pela comissão luso-espanhola que procurava firmar os limites do Brasil pelo Tratado de S. Ildefonso de 1777, mas elas não lograram gran-

de precisão e tiveram pouca divulgação e uso, tendo servido mais para as cartas do cosmógrafo Portugal. Somente em 1818 foi que o Tenente inglês M. Hewett, com o cronômetro e observações astronômicas, determinou a posição geográfica de Fernando de Noronha, dos portos do Ceará e Recife, do Cabo S. Agostinho, dos Abrolhos e outros pontos menos notáveis e, tomando-os como bases, levantou uma carta que publicou ainda com bastantes erros porque nos detalhes da costa se louvou em cartas pouco exatas, principalmente na de Dalrymple. A sua "Instrução náutica", que a acompanha, também está incada de lamentáveis omissões e erros.

Em maio do ano seguinte, surgiram nas águas da ilha Santa Catarina, dois veleiros, uma corveta e um brigue, sob o comando do Oficial de Marinha francês, Albin Roussin, com instruções do seu governo para levantar detalhada carta geral da costa brasileira, desde essa ilha até o porto de São Luiz do Maranhão. Em pouco menos de um ano foi executada tal tarefa, e crente de que seus trabalhos estavam bastante certos, Roussin, já Barão, em 1821, publicou em Paris uma "Memória" relatando-a, e acompanhou-a de doze cartas, reduzidas, da extensa região costeira, levantada por êle e seus dedicados auxiliares. Mais tarde, publicava um amplo roteiro da mesma, que foi na sua época considerado muito bom e útil. Suas cartas, ainda imperfeitas, eram realmente bem melhores que tôdas as anteriores e prestaram bons serviços aos navegadores.

Oficiais portugueses, a partir de 1822, e brasileiros, muito posteriormente e até 1857, em pequenos veleiros e por imperfeitos processos, procederam a vários trabalhos hidrográficos locais e reduzidos, alguns mesmo de valor, e tiveram de interrompê-los frequentemente porque os seus serviços e os de seus navios tiveram de ser aproveitados nas lutas internas e externas em que o Brasil se viu envolvido depois do grito do Ipiranga. O Barão Roussin, conceituado hidrográfico de que falamos acima, empregou na sua tarefa dois navios de calado e marcha diversos e que agiam separadamente, o brigue bem junto à costa e a corveta dela afastada até duas léguas para o largo. Empregou também os seguintes instrumentos: círculos da reflexão e horizontes artificiais, círculo repetidor de Lenoir, luneta astronômica provida de micrometro de fio, círculo azimutal para medir ângulos em terra e dois relógios de

bordo para as longitudes. Em dez meses seus auxiliares reconheceram as diversas baías, portos e as principais barras dos rios; assinalaram a posição geográfica de vários pontos notáveis do litoral e dos escolhos e perigos de toda a espécie, jazentes na extensa região da costa, que se propuzeram a levantar, a qual atingia 850 léguas e, além disso, toda a boca do Amazonas.

No mar, principalmente próximo das costas, raramente as observações astronômicas podem ser feitas em circunstâncias favoráveis de modo a se revelarem perfeitamente exatas e, portanto, a determinação geográfica dos pontos notáveis, afastados entre si, carece de ligação e o conjunto de tais posições, com tantas soluções de continuidade, não pode representar um contôrno exata das costas. Para evitar isso, Roussin preferiu levantar continuamente tôda a costa, isto é, ligar todos os pontos notáveis, fechando-os num triângulo e confirmando depois as suas posições por observações procedidas em circunstâncias favoráveis, que pudessem oferecer a necessária exatidão.

Com tudo isso, já em 1840 se conhecia que suas cartas não haviam alcançado esta exatidão pois o notável engenheiro Saturnino Pereira, em seus "Apontamentos" e logo em seguida, o capitão inglês W. Norie em "Sailing Directions for the coast of Brazil and rio da Prata", descrevendo as costas americanas, desde o Maranhão até Buenos Aires, despertaram a atenção para várias omissões e enganos. Evidenciava-se assim a imprescindível necessidade que havia de se fazer um levantamento geral de tôda a costa brasileira, quer no seu litoral, como dos seus approches, até duas ou três léguas para fora e compreendendo todos os detalhes possíveis, fixados por coordenadas perfeitamente exatas.

Já em 1857 o Ministro da Marinha sabia de tal necessidade e como não houvesse conseguido do Congresso os recursos precisos para criar a Repartição da Carta Marítima do Brasil, resolveu incumbir o Primeiro Tenente Vital de Oliveira do levantamento geral da costa, o mais detalhado possível, desde a barra do rio Mossoró, ao norte, até à barra do rio São Francisco, para o sul, abrangendo esta longa região de 155 léguas da costa contínua das Províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagôas, com todos os seus vários acidentes hidrográficos.



E tal região fora a escolhida por ser nela intenso o tráfego de embarcações e revelar-se perigosa por causa dos numerosos recifes, bancos e pedras que compreende, uns próximos dos seus vários portos e outros mais afastados, porém ainda no caminho daqueles ou das barras dos principais rios.

O Primeiro Tenente Vital de Oliveira fôra designado para realizar tão importante tarefa porque desde 1848 vinha se revelando bom hidrógrafo, pois além de sucessivos levantamentos e linhas de sondagens no porto interior e exteior do Recife, havia levantado tôdas as barras, portos e rios (em número de trinta e dois) do litoral da Província de Pernambuco e em 1855, tinha publicado uma "Descrição da costa do Brasil desde Pitimbú a S. Bento", acompanhada de um claro e minucioso roteiro que permitia demandar todos êles. Foi êsse escrupuloso e util trabalho, que consumiu alguns anos de contínuo labor e muito cedo o destacou na sua especialidade hidrográfica, que naturalmente o indicou como uma esperança de bom êxito na árdua tarefa. E realmente essa expectativa confirmou-se porque entre os anos de 1857 e 1859, auxiliado pelos Tenentes Stepple da Silva, F. F. de Lacerda, Rodrigues Pinto e o piloto J. G. dos Reis e mais tarde pelos Tenentes Silva Peixoto, J. L. Teixeira e Eduardo Wandenkolk, que os substituíram, êle desempenhou a sua missão levantando completamente a região que lhe fora determinada.

Em 1860 apresentava o seu trabalho dividido em cinco cartas reduzidas, assim limitadas: I — Da barra de Mossoró a Reduto na costa do Rio Grande do Norte; II — De Reduto à baía Formosa na mesma costa; III — Da baía Formosa a Ponta do Leitão, na costa de Pernambuco; IV — Da Ponta do Leitão a vila de Estância, na mesma costa; V — Da vila de Estância à barra do rio São Francisco do Norte até 20 milhas acima dela. Quatro anos depois entregava ao Ministro da Marinha o relatório completo de tôda a tarefa realizada e o borrão de um roteiro geral da mesma região, dividido em cinco partes, correspondentes a cada uma das cartas já citadas. Acrescido de tabelas de latitudes e longitudes dos portos, barras dos rios e principalmente dos acidentes hidrográficos da mesma região, das horas das marés em diversos portos e, no fim, de seis estampas bem nítidas das entradas dos portos de Natal, Cabede-

lo, Itamaracá, Recife, Cabo S. Agotinho e Maceió e seus aproches, em duas posições tomadas do largo êle constitue precioso auxílio aos navegantes que os queiram demandar com segurança.

O processo empregado pelo Comandante Vital de Oliveira foi o de triangulação e condicionado aos instrumentos que lhe foram fornecidos, isto é, tacheometro, bússolas e sextantes para a medição de distâncias angulares nos planos horizontal e vertical. As latitudes foram obtidas por séries de alturas tomadas antes e depois da passagem do sol pelo meridiano, tôdas as vezes, que isso era possível e quando o sol estava próximo do seu zenite, trabalhava-se com as distâncias zenitais. E depois se cruzavam as alturas, utilizando-se para elas o sextante e o horizonte artificial, mais firme e nítido que o do mar e os resultados assim eram sempre satisfatórios. As sondagens foram feitas com prumos de chumbada.

Ora, à primeira vista parece que com tão poucos elementos e de bordo de um simples iate, os trabalhos realizados deviam carecer de tôda a precisão. Mas temos que pensar que Vital de Oliveira repetia sempre tôdas as observações que procurava fazer nas circunstâncias mais favoráveis possíveis, o mesmo fazendo com as linhas de sondas.

Enquanto que o Barão Roussin consumiu dez meses no seu levantamento da costa desde a ilha de Santa Catarina até a bôca do Amazonas, numa extensão de 900 léguas e o Almirante Mouchez gastou oito meses desde os baixos de S. Roque até à barra do São Francisco numa extensão de cêrca de 120 léguas, Vital de Oliveira consumia cêrca de três anos para levantar, com tôda a minúcia e precisão, mesmo com instrumentos elementares, uma região extensa apenas de 155 léguas e cheia de detalhes.

E quando se comparam as suas cinco cartas com as cartas do Barão Roussin, vê-se como as dêle são mais profusas de detalhes e de sondas, mais claras e apropriadas a uma navegação mais próxima da costa. E tão precisas eram que o Almirante Mouchez, nos seus levantamentos da mesma região, baseou-se nelas e disso fez menção nas suas cartas, mesmo porque Vital de Oliveira pessoalmente o acompanhou para poder-lhe prestar informes diretos. Essa sua desprendida atitude foi bem apreciada pelo Govêrno Francês que em 1863 o condecorou com a comenda de Oficial da Legião de Honra.

O seu Roteiro, que êle não pôde acabar de corrigir porque passou em 1865 a comandar o Vapor S. Francisco e a navegar pelas Províncias do Norte recebendo voluntários da Pátria e os transportando para o Rio de Janeiro e depois para Montevidéu e mais tarde desempenhou outras comissões fora daquele porto, somente em 1869, no estado em que se achava, foi entregue ao Govêrno pela sua viuva, D.<sup>a</sup> Adelaide Calheiros da Graça, com uma expressiva carta.

Dado à publicidade anos depois, até hoje êle é o melhor dentre os roteiros referentes à região de que trata. O trabalho de levantamento, minucioso, claro, escrupuloso, pesquisado nas suas principais fontes é completo e perfeito. O autor não se precipitou nem se enfadou na tarefa, venceu todos os obstáculos, tudo viu, analisou, reiterou e aprofundou. Não houve banco, pedra, Recife, baixo, ilha, ilhéu, baía, enseada, porto, barra de rio, ou barreta de ribeiro, fundeadouro, cabo, ponte, parcel, canal, risca, alfaque, lameirão, corôa, urca, sangradouro, outeiro, forte, igreja, ou fortaleza, situados no litoral e nos seus aproches, na costa contínua de quatro Províncias citadas, que Vital de Oliveira não visse, observasse, determinasse a sua posição, inquirisse o seu nóme atual e primitivo até o modo de escrevê-los.

Não se limitou a levantar as barras ou barretas dos rios somente junto às praias e barrancas, internou-se por seus cursos várias milhas acima, sendo que no São Francisco do Norte subiu vinte milhas e levantou suas margens e todos os bancos e pedras aí existentes. Os seus trabalhos de pesquisas e de precisão foram de tal natureza e escrúpulo que logrou constatar que a costa na região do Cabo S. Agostinho corria mais para o oeste e na região do Cabo S. Roque mais para leste.

Divergindo do Capitão Bartlet, de Joaquim Duarte, de Manoel Pimentel em sua Arte de Navegar, de J. Purdy em "New sailing directions for the Ethiopic or southern Atlantic Ocean London 1829", do Barão de Roussin em "Supplement du pilot du Brésil", do cosmógrafo Portugal, de Gabriel Soares em seu Roteiro do Brasil de 1587, do Capitão Eugenio Rodriguez, da Marinha Napolitana, em "Guida Generale de la costa del Bresile" publicada em 1854 e de John Bouch, mestre do brigue Angerstein em sua carta transcrita no "National Magazine de Abril de 1832" não só acerca

dos baixos de S. Roque, que constatou serem agrupados só em duas urcas e não em três como todos êles haviam escrito porque nos seus apressados levantamentos não tinham verificado que muitos dêsses baixos eram prolongamentos uns dos outros, como também sôbre as posições das baías Formosa e da Traição na Província da Paraíba, que se achavam erradas nos respectivos trabalhos.

O seu maior empenho foi desfazer tôdas as dúvidas que existiam acerca das posições de certos cabos, pontas, barras de rios, e baixos, suprir algumas omissões e corrigir vários erros assinalados nas cartas em uso corrente, o que logrou fazer o quanto possível. O seu roteiro consigna também importantes observações sôbre os ventos reinantes em tôda a região levantada, o que muito auxília aos navegantes costeiros.

Comparando-se ainda o seu Roteiro com o do Barão Roussin e outros atualmente usados, constata-se que enquanto o seu compreende 255 páginas escritas e seis estampas e trata da costa de quatro Províncias contíguas, o de Roussin de 1827 compreende 231 referentes à costa de quatorze Províncias; o do Almirante Mouchez de 1862 tem 41 páginas que tratam da costa contínua entre o cabo S. Roque e a barra do Rio São Francisco do Norte; o de Felipe Pereira, de 1877, que se refere à região desde a barra do Mossoró até o porto de Maceió, tem 65 com um plano e três estampas; o do Lloyd Brasileiro, da barra do Mossoró até o cabo S. Agostinho, tem 76 e, finalmente, o da Diretoria de Navegação, de 1924, do Cabo Orange, no Pará, ao Cabo S. Agostinho em Pernambuco, tem 197 páginas escritas.

Dai se conclue que todos êsses roteiros, proporcionalmente à extensão de que cada um trata, são menores que o de Vital que é o que contém mais detalhes e apresenta mais estampas. É êle portanto, realmente, um precioso e util auxiliar e guia para os navegantes que, ainda hoje, após setenta anos exatos de sua publicação, o seguem com confiança porque nenhum dos outros, e mesmo os que surgiram depois dêle o superam em detalhes, precisão e clareza.

Suas cartas náuticas, para a época em que foram confeccionadas, são excelentes e nada perdem cotejo com as do Barão Roussin, Almirante Mouchez e Almirantado Inglês, sendo que êsses últi-

mos basearam-se nelas para confeccionar as suas e isso lealmente declararam, o que serve para comprovar o valor das suas pesquisas e exatas informações.

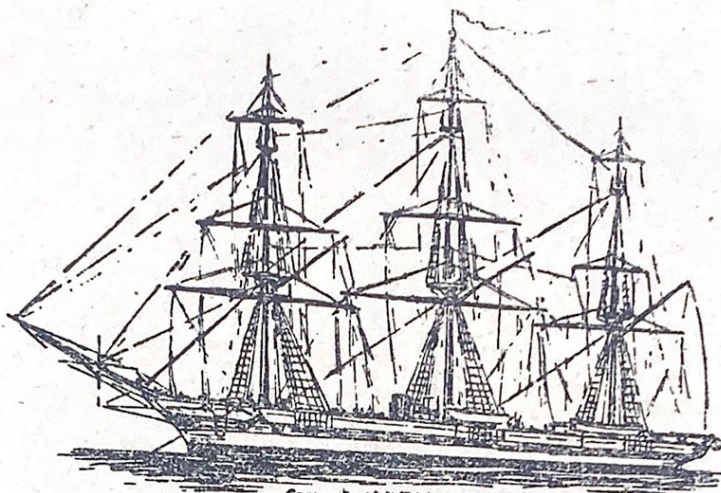
Não há portanto, nenhum exagêro nem excessivo entusiasmo de minha parte pela valiosa obra hidro-cartográfica do Comandante Vital de Oliveira. Além do Govêrno Imperial que reiterou louvores à sua competência e operosidade em tais serviços, três Govêrnos estrangeiros o condecoraram peló desprendido e leal auxílio que prestou aos respectivos hidrógrafos que procederam a levantamentos das costas brasileiras e se louvaram em informações diretas que êle lhe forneceu. Foram êles em 1866 o Govêrno Português, com a comenda da Ordem de Cristo e em 1863 o Francês com a Cruz da Legião de Honra e o italiano com a Ordem de S. Maurício e S. Lazaro. Essas homenagens, ao meu ver, não foram mais do que novas provas de reconhecimento do valor técnico das obras hidro-cartográficas de Vital de Oliveira.

O Govêrno Imperial, que o promoveu duas vezes por merecimento e o condecorou três vezes, respeitou e homenageou com justiça a sua memória, dando a um dos seus bons navios o seu inescucível nome. Foi a corveta a vapor "Vital de Oliveira", primitivamente chamada "Guanabara", construída pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, sob planos brasileiros, e lançada ao mar em 21 de Março de 1867; era bem artilhada, de construção sólida e, além dos muitos cruzeiros que fez pelas águas nacionais, realizou, em treze meses nos anos de 1879-81, a primeira viagem de circunavegação, sob o comando do ilustre capitão de Fragata Julio Cezar de Noronha, que mais tarde foi Almirante, Ministro da Marinha e autor de um avançado projeto de aumento e reorganização da Marinha Nacional.

O Govêrno Republicano também o homenageou dando o seu nome ao vapor "Itaúba", incorporado em 1933 e transformado em navio-hidrográfico, o qual vem prestando bons serviços em levantamentos, retificações de cartas e construções de faróis.

Devo referir-me aquí, à guisa de informação curiosa e interessante, que D.<sup>a</sup> Adelaide Calheiros da Graça, esposa do Comandante Vital de Oliveira, o acompanhou na trágica viagem da corveta "Nemesis", permanecendo ao seu lado durante toda a tempestade,

animando-o e estimulando-o com o seu forte espírito e a sua coragem, o que também serviu de exemplo aos marujos que ficaram admirando a sua digna e brava atitude. Outra coisa singular é a



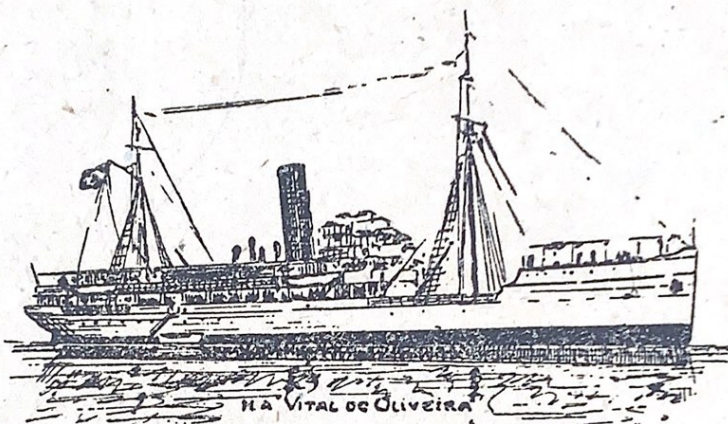
Corveta "VITAL DE OLIVEIRA"

influência, que o mês de Fevereiro teve na sua vida profissional. Em Fevereiro de 1843, deixou Recife para vir matricular-se na Academia de Marinha; em 3 dêsse mês em 1846 passou da corveta "Bertioga para o brigue "Caliope" que o levou ao Recife; no dia 21 de Fevereiro de 1849 combateu nessa cidade os "praieiros" amotinados e foi ferido; a 5 de Fevereiro de 1863 recebeu a insígnia da Ordem da Legião de Honra que lhe fôra concedida pelo Imperador dos franceses; a 8 de Fevereiro de 1866 partiu para a França afim de receber a "Nemesis"; e, finalmente, em 2 de Fevereiro de 1867, tomava parte no reconhecimento das fortificações de Curupaití, quando foi ferido e faleceu.

Mas o que vale a vida física para o marinheiro ou soldado que, cõncio do cumprimento de um sagrado dever, se comprometeu a empenhá-la na defesa da Pátria ultrajada, ou invadida por um ambicioso e feroz inimigo? Eles bem sabem que a sua vida profissional é árdua, porém de quando em vez vincada com atos de beleza e satisfação íntima. O reconhecimento do mérito pessoal e profissional, assinalado em um louvor ou confirmado por uma promoção, e o êxito de uma vitória para a qual se contribuiu com ação,

eficiência, coragem ou o próprio sangue, são as recompensas que satisfazem ao militar bom e patriota.

A morte em combate é honra e glória com a qual êle sonha nos seus anseios de patriotismo. Feliz o que a alcança, defendendo o pavilhão nacional contra sedento inimigo, atirando o último tiro do seu canhão ou lançando o torpedo destruidor. Com tais gestos êles provam a ampla compreensão que tiveram do seu sagrado dever e, por isso, merecem dos seus coevos e dos pósteros o desinteressado reconhecimento de sua glória de herói, ou mártires da Pátria.



Referindo-se, a 5 de Março de 1858, à destemida ação do bravo Primeiro Tenente Joaquim Cordovil Maurity, comandante do monitor "Alagoas", por ocasião da memorável passagem de Humaitá, escreveu Affonso Celso, Ministro da Marinha e posteriormente Visconde de Ouro Preto, as seguintes justas expressões: "A idéia do cumprimento do dever, a consciência íntima de haver bem merecido da Pátria, a gratidão de um povo inteiro, um nome glorioso ligado à posteridade, são a sua verdadeira recompensa" — Eis aí nessas dignas palavras sintetizado o único prêmio a que aspiram os verdadeiros marinheiros e soldados que, serenos seguem para a guerra, em defesa de um ideal.

E assim foi o destemido Comandante e hábil hidro-cartógrafo VITAL DE OLIVEIRA, cuja personalidade procurei, em suscintos traços, aquí focalizar. Reconhecei como é justa e digna a homenagem que êste egrégio sodalício lhe rendeu, instituindo no seu seleto alardo de sócios uma cadeira para honrar a sua inolvidável memória.

# Deve-se a Floriano a implantação do regime republicano ?

Oração proferida na Escola Militar, a convite do seu Comandante, General Mario José Pinto Guedes — em comemoração do centenário do nascimento do Marechal Floriano Peixoto.

Tenente-Coronel JONAS CORREIA

No ano de 1839, em terras alagoanas, um grito de criança ecoava, sem alvícaras, numa pobre mansão rusticana. E nascia, para um destino singularíssimo, aquele a quem os homens batizaram de Floriano Peixoto e para quem a História reservara o agnome inconspicível de Marechal de Ferro.

A sucessão dos seus dias pode enquadrar-se num retângulo simbólico, limitando a superfície ideal de sua existência: até aos dezoito anos viveu como um menino cuja sorte se prestasse a uma experiência; assentou praça nessa idade, por vocação incoercível, a que se atende com íntima alegria, mesmo quando conduz ao aniquilamento: Floriano aos vinte e dois anos era Primeiro Tenente e aos vinte e cinco marchava para a campanha do Paraguai.

Fez a guerra. Foi um bravo. Não copiou nenhum modelo, exótico ou patricio: reviu-se sempre nas próprias atitudes. Poderemos até dizer que a História já lhe seguia as trilhadoras perigosas. E, ao fim, não apareceu em citações emblocadas: permaneceu sozinho, com os seus galões de Tenente-Coronel, as suas condecorações e a sua bravura.

Só os homens a quem o destino escolhe para feitos invulgares podem afirmar-se em meio às convulsões: Floriano emergiu, da longa provação dessa guerra cruenta, já vincado para a glória de realizar, na sua Pátria, o exercício de uma autoridade, até hoje impar,



tal a tessitura de circunstâncias excepcionais, que, longe de a circunscreverem à época, lhe determinaram uma amplitude esplêndida. Graças a êsse processo sociológico de projeção dos fatos no tempo e no espaço é que, hoje, a nossa admiração se detem diante da figura do Marechal, para lhe agradecer o bem que fez ao Brasil.

Não foi de repente, entretanto, que êle surgiu, despertando o delírio das multidões, nem por obra de golpes audaciosos, violentando a natureza espiritual de um povo. Pelo contrário. Ser-lhe-ia dado um período de experimentação dos homens e das coisas: e decorreram, em atividades comuns, os anos de 1871 a 1889.

É interessante observar-se como os fatos podem compor-se, realizando aspectos delimitadores de acontecimentos imprevisíveis, apesar de muito desejados! A República foi no Brasil um acontecimento coincidente: a sua pregação foi teórica e, por isso mesmo, lírica. Era apenas uma aspiração, fruto da cultura e da educação evoluida de alguns brasileiros. Mas força é confessar que ela só foi possível, quando a trajetória da sua propaganda cruzou com aquela outra, surpreendentemente ascensional, da vida de Floriano Peixoto, já Marechal de Campo.

Perdoai-nos, se ousamos demonstrar o nosso juízo. Êle nos parece lógico; não será mais, portanto, que uma aplicação das leis do pensamento ao conhecimento da verdade. Ora, não há verdades preexistentes, senão provadas: portanto, não há verdade sem lógica.

Nosso argumento, expressão verbal do nosso raciocínio, vai concluir indubitavelmente, acasalando os elementos que a História nos fornece, para deles concluir, como verdade imediata, que a República no Brasil é devida a Floriano.

O conceito de predestinação é subjetivo, mas só a realidade o verifica. Ora, em fins de 1888, Floriano se entregava às repousadas fainas da lavoura, num engenho da sua propriedade, em Alagoas, quando recebeu cartas da Côrte. Leu-as, ponderadamente. E depois exclamou para os circunstantes, amigos e aparentados: "Não posso mais demorar-me aqui. Minha presença torna-se necessária no Rio".

Eis aí. O homem sente — e Floriano o sentia, por sem dúvida — essa imposição interior de seguir o seu fadário. Era a convocação do destino, a que ninguém se esquiva, porque são impenetráveis os seus arcanos.

Chegado à Côrte, sua ação é por demais conhecida. Todos se permitiram apreciá-la de formas diferenciadas, consoante as tendências de cada um. Êle, entretanto, — só êle! — agia com o instinto superior dos predestinados... Temos a impressão, hoje, de que não se poderia ter conduzido de outra maneira. E a República foi implantada no território nacional, a 15 de Novembro de 1889, porque houve um homem que possibilitou o seu advento: êste homem — foi Floriano.

Não o afirmamos imprudentemente, de vez que se irroga ao Marechal a censura — mais suspeição que censura! — de não ter sido um dos propagandistas. Porém, não precisava sê-lo: nenhum deles era objetivo: todos sonhavam. O próprio Deodoro, êste foi o impulso. Só Floriano foi a ação realizadora: oportuno, sereno, decisivo. Negando-se a obedecer às ordens de Ouro Preto, fez mais, muito mais, num minuto, e em prol da República, do que os seus quatro lustros de propaganda: êle a instituiu inapelavelmente!

Não se conhecem de Floriano torneios discursivos em torno da tese republicana: sabe-se dêle apenas isto: no momento de agir, agiu. E isto é tudo!

E a prova de que êsse mestiço sublimado sabia ser convicto republicano reside justamente em que êle pôde sustentar, de 23 de Novembro de 1891 até 15 de Novembro de 1891, uma luta espartosa, contra adversários excessivos e ímprobos, animados de propósitos suspeitíssimos. Venceu-os a todos, sem teatralidade mas com a justa ufania do dever cumprido até a morte.

Não haverá, contudo, um varão brasileiro, cujo depoimento sobre Floriano possa valer como um patrocínio a tudo quanto afirmamos? Existe, sim: e ouvi-lhe o nome com respeito e admiração, ó mocidade militar do meu País: é Quintino Bocaiuva, o mais sutil, o mais estrênuo, o mais completo tipo de repúblico civil de então. E que disse?

Em discurso proferido no Senado Federal, a 2 de Julho de 1895, três dias após a morte de Floriano, declarou: "... o que constituiu a sua força e o que há de constituir a sua glória, é justamente o ter sabido, na hora em que o destino lhe impôs a sua sublime missão, reunir e congregar em si tudo quanto a Nação inteira lhe podia inspirar de abnegação, de força de vontade, de energia, de

coragem e de tenacidade para bem servir à causa da Pátria e defender a República". E, a seguir, em comovida ênfase: "Que o seu nome seja efetivamente o símbolo da República e o elo da união entre todos quantos amam sinceramente a República e querem vê-la forte, engrandecida e gloriosa".

Diante disso a conclusão é simples e nobilitante: Floriano era um republicano convencido, mas prudente. Por isso, desatendeu ao Visconde de Ouro Preto, facilitando a vitória de Deodoro; por isso, defendeu os ideais triunfantes a 15 de Novembro de 1889, contra a anarquia e a desordem, e venceu com dignidade; por isso, por tudo isso, pôde merecer a alcunha enaltecida de "símbolo da República", que lhe era atribuída pelo altíssimo espírito de Quintino!

Depois que deixou o supremo posto político, que se tornara para ele um motivo de transe inauditos, ainda viveu alguns meses. Honradamente. Melancolicamente. Até que um dia, sobre os olhos parados, alguém lhe desceu as mansas pálpebras. Deixaria de ver por todo o sempre. Não mais ouviria. Ele, que tão raro falava, não teria mais voz. Levaram-lhe o corpo e o deram à terra. Foi uma apoteose. Oradores. Salvas. O povo com as suas lágrimas. E observando a trajetória de cinquenta e seis anos, percorrida por um homem taciturno, reservado e enérgico — a História se preparava para honrá-lo, inscrevendo seu nome entre os maiores que teve a nossa Pátria.

Em seu louvor, no transcurso das comemorações do centenário do seu nascimento, é justo que nesta Escola, — que foi evangelizada pela palavra e pelo exemplo imortais de Benjamin Constant, e que tem as responsabilidades iniciais da implantação do regime, — seu nome seja evocado como o de um arquetipo. Todavia, para que mais encher de adjetivos a nossa emoção e o nosso entusiasmo pelo vulto soberanamente assinalado, em que esmaecem os defeitos para a floração luminosa dos contornos felizes? Se Carlyle lhe houvera estudado a personalidade opulenta, tê-la-ia fixado entre a resistência intrépida e a serenidade magnífica. E traduziria a sua vida através do inteiro sentido ativo de um verbo estelar: — servir!

Na verdade, serviu ao Brasil até à morte: e esta é mais bela, a mais pura, a definitiva, a imarcescível lição da sua existência.

# Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Cadeira n.º 43

Patrono: — Capitão de Fragata LUIZ BARROSO PEREIRA  
Ocupante: — Capitão de Mar e Guerra LUCAS ALEXANDRE  
BOITEUX - Fundador.

1938

Lida pelo Comte. BOITEUX em sessão de I. no dia 25-X-939  
Capitão de Fragata LUIZ BARROSO PEREIRA

*(esboço biográfico)*

“Atacar é sinal sempre de forte,  
Vencer algumas vezes é da sorte!”

S. CARLOS

## I

O Estado de Minas Gerais, cingido de agrestes montanhas, longe das ribas e das auras oceânicas, tem sido, apesar disso, o berço privilegiado de uma pleiade de guapos e proficientes oficiais da Armada e de um destacado grupo de ministros de Estado que, com raras exceções, à pasta da Marinha deram, com verdadeira visão de estadistas, um justo, notável e necessário destaque.

Parece até um paradoxo... Como explicar êsse pendor pela vida marítima, êsse carinhoso interêsse pelo desenvolvimento e eficiência do ramo naval de tal modo pertinente aos destinos do Brasil?

Acreditamos que nos latibulos da alma e na massa do sangue de bôa parte dos mineiros, dessa simpática gente montanheza, ainda refervem e se agitam preciosos remanescentes atávicos dos aventureiros marujos seiscentistas que, excitados e atraídos pela *auri sacra fames* abandonaram o ribamar espumoso do Atlântico, desertando o bojo estreito e úmido dos galeões e das caravelas da conquista, para se atirarem por essas brenhas além, vingando andurriais e escabrosos trilhos da *selva selvagia* dêsse nosso sertão misterioso à cata de minas assombrosas, cuja fama mil vezes trombeteavam pelo mundo em fora.

Dentre os distintos titulares de sua pasta, de quem a Marinha guarda lembrança merecida e justa, podemos destacar o Visconde de Ouro Preto, Lima Duarte, Delphino da Luz e Fernandes Leão, de cujas figuras já nos ocupamos ou iremos nos ocupar.

Dentre os oficiais de Armada que tiveram por berço o grande Estado montanhês, passo a focalizar hoje o distinto e bravo Capitão de Fragata LUIZ BARROSO PEREIRA que uma bala argentina nos roubou, quando em seu posto de honra, a bordo do navio que comandava, em o porto de Montevidéu, durante a guerra de 1825 a 1828.

Foi essa figura de marinheiro proficiente, bravo e culto que escolhi para patrocinar a cadeira que ocupo em o INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL.

## II

Na altitude de 1.738 metros acima do nível do mar, assentada em nemoroso vale rendado de inúmeros ribeirões auríferos e diamantíferos, e tendo a emoldurar-lhe uma cinta azul de montanhas alterosas, floresce a atual e progressista cidade de Diamantina, antigo arraial e cabeça do famoso distrito de Tijuco, comarca do Serro-Frio.

O mais volumoso ribeirão que a banha, o Manso, tributário do Jequitinhonha, ofereceu aos destemidos sertanistas Leme do Prado e Fonseca Lobo, do seu leito farto, as primeiras pedras brancas, reconhecidas, posteriormente, como diamantes de alto valor.

Essa feliz descoberta atraíu para aqueles sítios uma chusma

incontida de aventureiros. Nessas condições, o Governo português criou ali, em 1733, uma Intendência de diamantes; e, mais tarde, estabeleceu no Arraial do Tijuco uma fundição de ouro.

No fim do século passado, naquele recanto pinturesco vivia, exercendo o cargo de Intendente dos Diamantes o desembargador Antonio Barroso Pereira, casado com Dona Maria Ignácia de Castro Sampaio.

Contava o casal prole numerosa. Entre os filhos varões destacaremos: Bento Barroso Pereira, nascido em 1785, que alcançou o posto de Brigadeiro do nosso Exército, e exerceu os cargos de Senador e de ministro da Guerra e da Marinha, falecendo em 1873; José Barroso Pereira, que faleceu como desembargador em 15 de abril de 1820; Joaquim Barroso Pereira, falecido em 17 de abril de 1838; João Barroso Pereira, nascido em 1782, foi Aspirante de Marinha e teve baixa em 1807; e, finalmente, LUIZ BARROSO PEREIRA, o nosso herói, figura digna de memória, mas que, por largos anos, tem vivido na deslembração da corporação que tanto elevou e no mais completo olvido da Pátria por quem derramou seu precioso sangue e sacrificou a vida.

### III

LUIZ BARROSO PEREIRA, nasceu em 1786 no recanto acima descrito da terra mineira, "onde os aspecto dessas montanhas titânicas e verde-azuladas, desses rios límpidos e majestosos, desses convas floridos e arvorejados, desses campos sempre verdecentes e férteis, inspira ao homem, desde sua meninice, o amor à Pátria e à Liberdade", — escreve sôbre o nosso herói na "Revista Popular", do Rio de Janeiro, de fevereiro de 1862, cronista anônimo, que julgo ser o nosso imortal Rio Branco, cultor emérito das nossas lídimas glórias marciais.

Naquele bucólico ambiente de clima saudavel, de ares puros, de ótimas águas, o pequeno montanhês tornou-se um belo e robusto mancebo.

É bem provavel que em seus passeios e brincos infantís chegasse a galgar, qual tráfego cabritinho, os ásperos socalcos da morraria que cinge seu vilório natal, e lá nos clivosos cimos, onde o

vento zune, e o *sol das almas espalha*, ao declinar dos dias, um velinho de ouro, aspirasse a largos haustos as frescas e salitradas brizas que, sopradas de sueste, traziam do verde oceano essas particulas misteriosas do encantamento que o levaria a abraçar, mais tarde, a vida aventureira mas nem sempre venturosa do marinheiro.

Ainda em tenra idade, mas já com os estudos primários completos, teve êle de abandonar saudoso o céspede natal, em razão de ter sido seu progenitor transferido para Lisboa, onde tomou assento na Casa da Suplicação.

Durante sua curta estadia no Rio de Janeiro, o adolescente Luiz passou a admirar embevecido, em companhia de outro irmão, os cenários marinhos e a tomar contacto com o Mestre oceano, por quem ambos se haviam enamorado, ao percorrerem as belas praias que emolduravam, então, a capital da América portuguesa.

O mar o fascinára. Em a não de viagem, que o levou à metrópole, após longa e penosa travessia, Barroso Pereira familiarizou-se com a vida monôtona, fatigante, bastantes vezes cruel ao marinheiro. Inteligente, curioso, amigo dos oficiais e marujos, de tudo indagava, de tudo queria saber; e, assim, é que ao chegar ao Tejo, o moço mineiro demonstrava conhecimentos bem aproveitáveis de marinharia e apreciáveis rudimentos de navegação.

Instalada a família na capital da metrópole, o desembargador Barroso procurou logo um estabelecimento superior de instrução para os filhos. No famoso Colégio dos Nobres foi o nosso biografado recebido, afim de preparar-se para a carreira que sua vocação reclamava.

#### IV

Aos quinze anos de idade, no dia 18 de agosto de 1801, foi Luiz Barroso Pereira, matriculado como Aspirante a Guarda-Marinha em a Real-Academia de Marinha de Lisboa, de conformidade com a Portaria do Conselho do Almirantado da mesma data. Passou, então, a servir em a Segunda Brigada.

Barroso Pereira não foi feliz no primeiro ano acadêmico. Entrando na pauta dos examinados, fez exame das matérias em 2 de

julho de 1802, sendo reprovado na maior parte delas pelos lentes João Martiniano, Manoel Ferreira e José Joaquim Ferreira.

Não atinamos, francamente, com esse fracasso do jovem mineiro; pois tinha êle justa fama de inteligente e de estudioso. Só podemos atribuí-lo à má vontade dos lentes para com o *brasileiro* (o que era muito comum...), à fraca base matemática ou, então, por motivo de moléstia.

Sabemos pelos seus assentamentos, colhidos em o Arquivo de Marinha, que durante o ano sofrera êle 16 multas sem causa e 8 com causa justificada... O certo é que, o fracasso do primeiro ano serviu-lhe de proveitosa lição.

Chamado a exames em 2 de julho de 1803, alcançou aprovação plena em tôdas as matérias do 1.º ano. A 8 de julho do mesmo ano foi examinado em Aparelho do Navio, sendo aprovado plenamente pelo professor da mesma arte, e os lentes de matemática Manoel Ferreira, e de artilharia Antonio Gonçalves Ferreira. Pela portaria do Conselho do Almirantado de 26 de agosto desse ano foi Sua Alteza Real servido mandar-lhe assentar praça de Guarda-Marinha, sendo designado para a Terceira-Brigada. A 9 de junho de 1804 fez exame das matérias do 2.º ano, em que foi aprovado plenamente; no dia seguinte entrou em exame de Arquitetura naval e Desenho, em que alcançou igual resultado. Em 1805, a 4 de julho, foi aprovado plenamente nas matérias do 3.º ano; no dia 9 entrou em exame teórico de Artilharia, e no dia seguinte em exame prático, satisfazendo plenamente aos examinadores, Euzebio Dias Azevedo e Manoel Ferreira de Araujo e o lente da matéria.

Por ordem do Príncipe-regente, embarcou para bordo da nau *Afonso de Albuquerque*, em 2 de setembro de 1805, afim de fazer sua prática de mar e de observações. A 12 de maio de 1806 apresentou-se à Academia, e no dia 24 fez entrega da atestação do Diretor do Observatório Real de Marinha, mostrando ter frequentado o dito estabelecimento no ano de 1805, contando apenas três faltas e adquirindo suficiente aptidão nos usos dos instrumentos de reflexão e nos cálculos astronômicos.

Por portaria do Conselho do Almirantado, lançada em seu requerimento de 5 de agosto de 1806, obteve licença por seis meses



sem vencimentos de soldos, cuja licença principiou a correr do dia 15 do dito mês e ano.

Não alcançamos saber a razão dessa licença: se para tratamento de saúde, o que não é muito provavel, ou para revêr a terra natal.

Por portaria de 19 de junho de 1807 foi desobrigado dos exercícios da Companhia dos Guardas-Marinha e sujeito aos do posto de Segundo-Tenente ao qual tinha sido promovido por decreto de 13 de maio anterior.

Ia o jovem e galhardo official brasileiro experimentar as agruras e vicissitudes da vida prática, afrontando a fúria do oceano e os tormentos da guerra.

## V

Napoleão, o corso audaz, empolgára a França, contando estender o seu domínio à Europa estarecida e “fazer pesar o seu ceptro de ferro sôbre os outros povos. Enganou-se quando supôs que na terra dos Viriatos, dos Afonsos Henriques, dos Nunos Alvares, poderia êle firmar o seu poderio” — explica um dos nossos historiadores.

A guerra peninsular deu azo a que Luiz Barroso Pereira, “penteasse as suas belas qualidades de official hábil e inteligente”.

Enquanto a Família Real bragantina, embarcada nos melhores elementos navais de que dispunha Portugal, fugia para o nosso hospitaleiro torrão, o distinto official brasileiro, como muitos dos seus patrícios, José Bonifácio à frente, tomava armas para repulsar o estrangeiro invasor.

Barroso Pereira, que era um temperamento “franco quanto se pode ser e dotado de um espírito lhano e despido de refolhos”, recebeu prazeiroso o comando de uma das barcas-canhoneiras aparelhadas para contêr o avanço das hostes francesas; e “mereceu pelo seu zelo e pela sua gallardia os louvores de seus chefes, distinguindo-se sobretudo em Santarem, quando aí se achava o heróico general francês Massena”, cognominado por Napoleão o *filho querido da vitória*.

“Após uma luta encarniçada, os anglo-hispano-lusos conseguiram expelir da península e fazer recuar até Tolosa os exércitos que a ocupavam”.

Tendo o imperador dos franceses usurpado o trono da Espanha e feito prisioneiro a Fernando VII, seu rei, aproveitaram os povos americanos de origem castelhana dessa circunscrição para lançar o grito de liberdade e de independência.

Esse movimento emancipador trazia sobremodo preocupado o governo de D. João VI, que via nossas fronteiras meridionais continuamente ameaçadas pelas incursões dos caudilhos rio-platenses insurgidos. Nessas condições resolveu organizar nas raias do sul “uma linha de tropas, que servisse para impedir que a lava liberal se espalhasse pelo Brasil, como outrora foi no Celeste Império construída a grande muralha, para opôr-se à torrente mongol”.

## VI

Afim de reforçar os elementos de mar e terra concentrados no Brasil, foi mandada vir, então, de Portugal, uma Divisão do Exército, denominada “Voluntários Reais”, com o efetivo de 4.831 praças e comandada pelo Brigadeiro Carlos Frederico Lecór, posteriormente elevado ao título de Viscondé da Laguna.

Em um trem de onze navios escoltados por dois vasos de guerra, depois de uma travessia de quarenta e quatro dias, aportava ao Rio de Janeiro a famosa Divisão aos 30 de março de 1816.

A bordo de um dos vasos da escolta, que era a nau *Vasco da Gama*, onde desfraldava seu pavilhão o Chefe de Esquadra graduado Rodrigo José Ferreira Lobo, vinha o 1.º Tenente Luiz Barroso Pereira, promovido em maio de 1815, como Ajudante de Ordens do Almirante.

Depois de longa ausência, voltava o moço brasileiro a “vêr a terra da pátria e admirar de novo a formosa baía do Rio de Janeiro, onde primeiro vira o salso elemento”.

Naturalmente, ao pousar os olhos saudosos no maravilhoso panorama que tanto ferira sua imaginação de adolescente, teria sentido como Camões:

“O prazer de chegar à Pátria cara,  
A seus penates caros e parentes,  
Para contar a peregrina e rara  
Navegação, os vários céus e gentes:  
Vir a lograr o prêmio que ganhára  
Por tão longos trabalhos e acidentes...”

Mas, bem curta seria sua demora, pois, nos páramos rio-platenses, “deu sinal a trombeta castelhana”.

A 12 de junho do dito ano, em um combóio de quatorze navios, velejava para o sul a “Divisão de Voluntários Reais d’El-Rei”, desembarcando em Santa Catarina, afim de marchar por terra sobre Maldonado. Embarcado na esquadra de bloqueio aos portos da margem oriental do Prata, encontrava-se o nosso distinto biografo, dando sempre provas de sua proficiência e dedicação ao serviço público.

## VII

O general Lecór, após a vitória da Índia-muerta, entrara triunfalmente em Montevideu, no princípio de 1817.

“Precisava êle — contar-nos o biografo de Barroso Pereira, acima citado — enviar a Buenos Aires um comissário que tratasse com êsse govêrno de assuntos importantes, concernentes à guerra da Banda Oriental. Era de mistér que o encarregado de tal missão possuísse, a par da habilidade, a circunspecção, a prudência e illustração. O Almirante Lobo enviou ao general o jovem Barroso, dizendo-lhe que não encontraria êle nem no Exército nem na Esquadra oficial mais inteligente, hábil e probo que êsse.

Desembarcou Luiz Barroso Pereira em Montevideu e apresentou-se logo ao General Lecór expôs-lhe o motivo por que o enviava a Buenos Aires, fazendo-lhe vêr toda a gravidade e importância da missão que lhe confiava, e no curto colloquio que com êle teve pela magnitude de seus pensamentos, facilidade de exprimir-se, amenidade de estilo, e sobretudo delicadeza do trato, augurou-lhe um brilhante porvir na carreira a que se dedicára, e congratulou-se por ter encontrado para interprete de seus pensamentos em Buenos Aires um moço de tanta capacidade e aptidão”.

O brilhante e proficiente oficial e novel diplomata, em poucos dias se apresentava na capital argentina, pronto a iniciar sua missão.

Dera já provas de sua bravura como militar e como marinheiro: ia dá-las de sua habilidade como diplomata e como político. Sua fronte majestosa, seu andar seguro e firme, seu porte nobre e grandioso como que arrancavam simpatias a todos os que o viam. Seu trato afavel e sua bela educação rodeavam-no de amigos e, graças a isso, foram sem número as amizades que deixou entre os portenhos. Se o acolhimento que o nosso comissário recebeu do público de Buenos Aires foi tão distinto, não foi somenos o que do govêrno e particularmente do Diretor Supremo D. Juan Martin Pueyrredon, mereceu. Abriram-se as conferências, e o govêrno de Buenos Aires — explica-nos ainda o historiador citado — fingiu estar de acordo com o nosso representante no que dizia respeito à expulsão de Artigas, implacavel inimigo dos portenhos; mas ocultamente lançava êle os alicerces que deviam servir para a trincheira da qual pretendia disputar-nos, logo que se oferecesse ocasião azada, a posse da Banda Oriental. Para êsse fim emissários em Montevidéu, dentre os quais distinguiam-se o Coronel Védia, o Dr. Passos e outros, e para que desvanecessem as desconfianças do Visconde da Laguna, protestavam sempre estes a êle, e Pueyrredon a Barroso, “que tal procedimento nada tinha de positivo, sendo seu único objeto tranquilizar as províncias do interior, inquietas pela nossa proximidade e pelos contínuos triunfos obtidos pelas nossas armas” — como nos explica Sena Pereira nas “Memórias e reflexões sôbre o Rio da Prata”.

“Para a construção dêsse edificio político que tinham por fim os portenhos, quando dispondo de fôrças suficientes tratassem de reaver a margem setentrional do Prata, trabalhavam os enviados de Pueyrredon, do outro lado os argentinos proscritos por êsse Diretor, os quais formavam com alguns orientais uma sociedade secreta, na qual muito influiu o coronel d. Santiago Vasques, que estivera no Rio de Janeiro ,tendo aí e em Montevidéu recusado os oferecimentos que lhe faziam de entrar ao serviço de S. M. Fidelíssima”.

A resposta da comissão entregue ao nosso distinto biografado, — narra o dr. A. Varela em “Duas grandes intrigas”: — “Distinta-

mente acolhido tanto pelos particulares, como pelas pessoas do governo, Barroso Pereira convenceu-se de que lhe era fácil dar cumprimento às ordens que trazia. Lutou, entretanto, com embaraços decorrentes, os mesmos da arriscadíssima política interna e externa adotada pelo grêmio de que era Pueyrredon o expoente oficial. Por fim todos os embaraços se venceram; depois de tergiversações e relutâncias, assaz procrastinadoras do que se tinha em mente empreender, o Diretório anuiu ao que solicitava o emissário português. Concedeu livre passo à Esquadilha improvisada em Martim Garcia, que prestes singrou estuário acima, penetrando pela primeira vez no rio Uruguai a 2 de maio de 1818".

O distinto oficial, por despacho de 12 de outubro de 1817, fôra promovido por merecimento ao posto de Capitão-tenente hoje correspondente ao de Capitão de Corveta.

A 20 de fevereiro de 1819 o Governo argentino, intempestivamente, mandou prender o digno oficial e conservou-o nessa deprimidamente situação e incomunicavel até 4 de março, quando foi posto em liberdade. Não conseguimos saber o motivo dessa violência. Deixando Buenos Aires, pouco depois, Barroso Pereira tornou ao Rio de Janeiro, de onde voltou à esquadra em operações no Prata como Secretário do Almirante R. Ferreira Lobo, em 1820.

## VIII

Quando chegaram a Montevidéu as primeiras notícias do movimento da nossa independência, o Almirante Lobo mostrou-se indeciso, vacilante e não quis, desde logo, externar seu ponto de vista político. Barroso Pereira, todavia, não descançou enquanto não viu o seu chefe manifestar-se "em prol do novo Império, abandonando a causa de Portugal a que por tanto tempo havia servido, e que lhe devia bem sérios desgostos" — anota Garcez Palha.

A convite de Barroso Pereira, que teve o auxílio de outro brasileiro distinto, Luiz da Cunha Moreira, que veio a ser Ministro da Marinha e, posteriormente Visconde do Cabo Frio, reuniram-se vários oficiais da Armada adeptos à causa nacional e lançaram uma proclamação, "em que se patenteando o reprovado proceder das côrtes portuguezas, se exhortava a seguir o exemplo do Rio de Ja-

neiro. Assim, o "estado vacilante em que permanecera a oficialidade da Armada, . . . começou, então, a desaparecer. Os menos simpáticos à causa do novo Império foram pouco a pouco atraídos pelos entusiastas da liberdade".

A proclamação a que nos referimos, pelo fundo e pela forma, foi, incontestavelmente traçada pelo nosso culto biografado, pois à sua leitura ressalta logo o estilo de uma alma cheia dos mais puros sentimentos patrióticos.

Chamado ao Rio de Janeiro, foi o Capitão-Tenente L. Barroso Pereira nomeado para servir a bordo da fragata *Niterói* como imediato do bravo Capitão de Fragata João Taylor.

Seguiu para o bloqueio da Baía, fazendo parte da esquadra do famoso Almirante Lord Cochrane. Tomou parte distinta em o combate de 4 de maio de 1823 contra a esquadra portuguesa, nos mares da Baía, em que se portou com muita bravura e sangue-frio.

De acôrdo com as ordens do Almirante, a *Niterói* recebeu a incumbência de perseguir e picar a retaguarda do combóio português, que abandonava o Brasil no memorável dia 2 de julho do referido ano.

Esse cruzeiro famoso, que é um dos padrões de glória da nossa Marinha à vela, já foi por nós descrito quando historiamos a fragata *Niterói*, pelas colunas do "Jornal do Comércio". Barroso Pereira deixou-nos uma assaz interessante "Narrativa" do referido feito, que incluímos, também, no referido histórico. A legendária fragata regressou ao Brasil em novembro de 1823.

A 12 de outubro, dia do aniversário do Imperador, tinha sido o nosso herói promovido ao posto de Capitão de Fragata.

O bravo e proficiente Comandante João Taylor "cobriu de elogios seu Imediato — diz-nos um dos seus biógrafos — e em recompensa dos seus serviços recebeu este do Imperador o Oficialato do Cruzeiro".

Eis que rebenta, em 1824, na província de Pernambuco, o movimento revolucionário separatista, que ficou conhecido em a nossa história com o título de "Confederação do Equador".

O chefe J. Taylor recebeu logo ordem para bloquear o porto do Recife. Em lá chegando procurou por meios brandos e conciliatórios resolver a funesta dissidência. Não quis o bravo chefe naval

deixar inativo o seu dedicado camarada Barroso Pereira, pois “encarregou-o, como brasileiro, patriota e dotado de grande tino diplomático, de ir assistir a um Conselho Geral que fez o chefe da rebelião, Manoel de Carvalho Paes de Andrada”. “Barroso Pereira — conta-nos um dos seus biografos — deu nessa ocasião provas da sua coragem e sangue frio, defendendo a sós entre os rebeldes os atos do Governo, e mostrando que essa rebelião impossibilitaria a realização da independência”.

Abafada, afinal, a rebelião pernambucana, foi o nosso digno biografado nomeado para ir tomar o comando da fragata *Imperatriz*, que então se encontrava no Pará, e que devia ser conduzida ao Rio de Janeiro. Desempenhou a comissão com a presteza e a proficiência de experimentado e lesto marinheiro, chegando ao Rio aos 16 de junho de 1825.

De chegada à côrte, encontrou em armas, ao sul, a Província Cisplatina para romper os laços que voluntariamente se havia ligado ao Império e atirar-se aos braços das Províncias Unidas do Rio da Prata, hoje Argentina, que haviam insuflado e que estipendiam os caudilhos insurretos, traidos, fedifragos.

A fragata *Imperatriz* foi mandada aparelhar para a guerra. Saíu então a cruzar, em agosto do referido ano, regressando à Guanabara no mês seguinte.

Partiu para Montevidéu a 19 de novembro; regressou ao Rio a 17 de dezembro, e, logo no dia seguinte, velejava para Santa Catarina. Suspendeu desse porto em demanda do Rio da Prata a 11 de janeiro de 1826, dando fundo na enseada de Maldonado no mês seguinte. Depois de cruzar à boca do estuário, demandou o porto de Montevidéu, afim de refrescar o aparelho e avitualhar-se.

## IX

Tendo o Almirante argentino Guilherme Brown recebido dura lição da fragata *Niterói*, comandada pelo bravo e proficiente Capitão de Fragata James Norton, jurou vingar-se.

“*Procuraba* — narra um escritor portenho — *la revancha del mal exito de sus operaciones*”, e, por isso, projetou o destemido ir-

landês abordar e apresar, de preferência, o vaso comandado por aquele valente oficial da frota do Império.

A 26 de abril do dito ano, havendo passado alguns dias sem avistar a força bloqueadora, que tinha ido até Montevideu, o navarca argentino, a coberto de denso nevoeiro, pôde burlar a vigilância do Almirante Lobo e sair de Buenos Aires pelo canal do meio com os seus melhores navios: *25 de Mayo* (Espora), *Congreso*, (J. King), *Independencia* (G. Bathurst), *Republica* (Clarck), *Balcarce* (N. Jorge), *Sarandi* (Pinedo) e *Rio de la Plata* (Rosales), e, com bôa aragem, veio dar fundo pelas quinze horas junto ao banco Ortiz. Farejava a *Niterói*, que recolhera ao referido porto.

Aí reuniu os Comandantes e deu-lhes as instruções precisas para adextrarem e prepararem as equipagens afim de levar a bom cabo seu temerário intento. Determinou Brown que as guarnições se uniformizassem de branco para distinguí-las, no momento da abordagem e no entrevero, da maruja brasileira; e que se armasse o pessoal das gáveas com pistolas e granadas de mão. Foram designados calafates e carpinteiros para picarem as amarras e pregarem as escotilhas dos navios abordados, logo que fôsem senhores dos convezes brasileiros.

A senha para a execução do seu sonho audacioso era — *Santa Maria*. — Afinal, nada esqueceu o astuto Chefe argentino para o bom êxito da operação que tinha em vista e que acreditava triunfante.

Pelas duas horas da tarde do dia seguinte (27), fez-se de vela a esquadrilha inimiga e veio se avizinando lentamente do Cêrro de Montevideu, onde pairou, aguardando que a noite se fechasse e despontasse o plenilúnio. Ao bater das ampulhetas das 11 horas e meia da noite, navegou Brown para dentro do porto com sua esquadrilha em coluna e cortou a linha dos navios de maior porte no mais absoluto silêncio.

O Cabo de quarto da fragata *Imperatriz*, notando a aproximação daqueles vasos suspeitos, participou logo ao oficial de serviço, que era então o 1.º Tenente Lucio de Araujo, a novidade. Observando, porém, este oficial que nenhum movimento se manifestara entre os demais navios da linha exterior, não deu maior atenção ao caso. Por fortuna, existia a bordo um marujo argentino de nome



Ivadish, feito prisioneiro no assalto à Colônia do Sacramento, que logo reconheceu os navios de sua pátria, pondo assim em alerta o pessoal de serviço a bordo da fragata. O almirante Brown, ao avizinhar-se da *Imperatriz*, supôs que ela fôsse a fragata norte-americana *Doris*, comandada pelo Captain J. G. Sinclair, que já havia zarpado; e, para certificar-se, falou em inglês para o comandante do *Republica*, que navegava à sua alheta: — “*What vessel is that?... Where is the Nictheroy?...*”

O Voluntário Marianno Roquellas, debruçado à borda da *Imperatriz*, com grande serenidade e calma, respondeu-lhe no mesmo idioma apontando-lhe a corveta inglesa *Tweed*, ancorada nas proximidades.

A bordo da fragata *Imperatriz* simulou-se um repouso tão profundo — escreve o historiador argentino Carranza — que parecia petrificada, escutando-se apenas o ruído surdo e cadenciado da marreta batendo no costado de bombordo. O pano ferrado, seus canhões em bateria e sem outra luz do que um farol azul de posição debuxava-se debilmente como enorme fantasma oscilante entre as nevoas da noite.

Eram aqueles momentos, de suprema expectativa, de terrível inquietação”. Os nossos já se achavam todos a postos de combate. O Comandante, o bravo e sereno Capitão de Fragata Luiz Barroso Pereira, começou a dar tôdas as ordens e providências para a defesa. O grande herói daquela jornada tinha um funesto pressentimento a pungir-lhe o coração, pois muitos marujos ouviram-no dizer ao Imediato estas palavras de mau agouro: — “*Cuidado com a bateria; mas de quando, olhe para cima. Hei de começar o combate mas não terminá-lo...*”

E, serenamente, subiu para o catavento afim de dar início às manobras, pois pretendia receber o inimigo sob vela.

Entretanto, pano enfunado, guarnição a postos, o brigue inimigo *Independência* vinha se aproximando pela prôa. Brown, acompanhado dos demais, aproou para a *Imperatriz*, depois de reconhecer o logro em que caíra; vira de bordo e ataca a nossa fragata pela alheta de bombordo. O costado do nosso lenho se ilumina num repente e uma descarga cerrada de metralha parte de suas baterias,

varrendo o arvoredo e o convez dos quatro inimigos mais próximos.

Era quase meia noite. Infelizmente, às primeiras bandas do inimigo os cabos de laborar da nossa fragata foram cortados e as velas furadas, com excepção somente da bujarrona e da mezena, que foram caçadas com presteza. Generalizou-se o combate. A *Imperatriz* responde à investida, "com a atividade, presteza e inteligência de que era capaz seu hábil comandante". O *Independencia* se afa-diga por abordá-la pela prôa; mas, graças às guinadas sucessivas da fragata, tem o intento burlado. O *Balcarce* secunda-o com seus mal dirigidos tiros. A *25 de Mayo*, capitânea bonairense, consegue afinal enfiar o gurupés pela almeida da pôpa do lenho brasileiro, tentando despejar-lhe no tombadilho o seu terço de abordagem; mas os nossos desempenados e bravos marujos, abrindo terrível fogo com os guardas-leme, contêm e abatem o entusiasmo e o arrojo dos *gringos*.

A luta é deveras empolgante: de ambos os lados a bravura não pede messas. O comandante da *25 de Mayo*, vendo a impossibilidade de praticar a abordagem, procura afastar-se daquele inferno caíndo à ré; mas o Gageiro da gata do robusto varo imperial, não o deixa impunemente partir; passa-lhe o chicote do braço grande pelo gurupés e acorrenta-a, dando tempo a que os guardas-leme e a gente das gáveas castiguem furiosamente os defensores do castelo inimigo, que ficou deserto de gente viva.

De repente, porém, tomba ferido de morte o intrépido Barroso Pereira. Uma bala despedida do cesto de gávea da capitânea inimiga, como acontecera a Nelson em Trafalgar, atravessa-lhe o mame-lão esquerdo e êle tomba desfalecido nos braços do Guardião Moreira da Rocha, que dirigia os homens do leme. Reanima-se um instante, levanta-se ainda, leva a mão ao peito e grita, num último esforço, num arranco supremo aos bravos que o cercam: — "*Não se assustem camaradas, não foi nada...*" Recuou três passos e caiu gritando: — "*Ao fogo!...*"

Baldias, frustâneas, foram as esperanças dos que supunham vê-lo tornar a si. Poucos segundos depois expirou.

Levaram-no, logo, para a câmara, estilhaçada já pelas balas argentinas. Assumiu o comando o Imediato do navio, Capitão-te-

nente (hoje Cap. de Corveta é o posto correspondente) Francisco Rabelo da Gama.

E o combate prosseguiu caloroso, sendo os argentinos, afinal, repelidos com dolorosas perdas. No dia seguinte, os navios de guerra estacionados no porto de Montevidéu, desamantilhavam as vergas e arriavam a bandeira em funeral, à passagem do féretro do grande herói brasileiro.

"É impossível exprimir quão sentida foi sua morte — escreve Garcez Palha em os "Quadros Navais". De um caráter elevado, de uma ilustração profunda, do mais ameno e delicado trato, Barroso Pereira, se impunha tanto ao respeito, como à amizade dos seus camaradas. Do primeiro ao último, eram todos seus amigos. No leito de dôr, aos feridos da abordagem, só assaltava um pesar, só punha uma tristeza: — "Nada sinto senão a morte de meu Comandante" — diziam êles".

"Os que sobreviveram, anos volvidos, guardavam religiosamente a veneração que tributavam a seu caráter, o entusiasmo que tinham por seu valor.

## X

Antigamente (não sabemos se ainda hoje se conserva...) existia em Montevidéu o "Cemitério Brasileiro". Aquela terra, que já foi nossa, recebeu os gloriosos despojos do herói do ataque à fragata *Imperatriz*.

Lá, há 113 anos, em humilde cova rasa, sem uma flôr, deslembrado da Pátria e da Corporação que tanto soube amar e honrar, ignorado das gerações que passam, eivadas de idéias dissolventes, jaz a triste ossada do bravo lidador.

E dizer-se que a pôpa de nenhuma das nossas belonaves jamais se constelou com o nome do ilustrado e intemerato LUIZ BARROSO PEREIRA!...

No entanto, a Marinha Argentina, na série de "varredores" que breve estarão incorporados à sua poderosa esquadra (tempora mutantur!...) não esqueceu os nomes dos seus bravos capitães de mar, que se bateram contra nós na guerra de 1825-1828, dignos emulos de Barroso Pereira, nem todos mortos pela pátria no convés dos

seus navios, mas, unicamente, por se terem batido contra o poderoso Império, que noutros tempos fazia tremer e derribar tiranos...

Fremitos de ressurgimento não de percorrer a nossa Armada. As flâmulas abatidas da nossa antiga hegemonia naval agitam-se nos topos à passagem das primeiras auras de próxima primavera.

Temos fé, pois, que muito breve, entre outros nomes esquecidos do nosso passado naval heróico, o de BARROSO PEREIRA figurará na pôpa de uma das nossas unidades de batalha!

Rio, Janeiro de 1939.

---

# Elogio de Varnhagen

(Trabalho lido em sessão do Instituto de Geografia e História Militar, ao ser empossado na cadeira Visconde de Porto Seguro.)

## Cap. DE PARANHOS ANTUNES

Depois de ter sido tratado por tóda uma constelação de escritores de escól, como Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, Basílio de Magalhães, para citar apenas três dos maiores, só mesmo a obrigação de cumprir esta formalidade regimental, sem a qual eu não poderia satisfazer o grande desejo de franquear os humbrais desta Casa, me anima a vir falar aquí de Varnhagen, o incansavel garimpeiro de nossa história, que passou tóda a existência a revolver arquivos, a traduzir e interpretar documentos, a consultar alfarrábios, sempre em busca de novos filões.

Forçoso me é confessar, todavia, que embora não estivesse êle estudado como está nos múltiplos aspectos de sua vasta obra de polígrafo, por tantos autores de alto coturno, ainda assim eu hesitaria, pois seria atrevimento grande o meu aventurar-me a analisar a enorme bibliografia que deixou sôbre história, geografia, etnografia, arqueologia, linguística, diplomacia, belas letras, política, economia, arte, crítica, biografia, etc., assuntos aos quais trouxe sempre novas contribuições, iluminando fatos obscuros de nossa história, acrescentando outros ignorados até então, criticando documentos, discutindo, polemizando, para esclarecer e convencer.

## SÍNTESE DE SUA VIDA

Nasceu Francisco Adolfo de Varnhagen, em S. João do Ipanema, S. Paulo, em 1816, e faleceu como diplomata, em 1878, em Vi-

na de Austria, a romântica cidade das valsas e do sonho. Seguiu aos oito anos para Portugal e só retornou à pátria, em 1841, após ter concluído ali o curso de engenheiro militar, com o qual ingressou aqui no Imperial Corpo de Engenheiros, onde, entretanto, muito pouco tempo serviu, pois enveredou logo depois pela carreira diplomática que nunca mais abandonou. Pelo seu devotamento à História do Brasil, pela sua cultura e pela contínua propaganda de nosso país no estrangeiro, o governo imperial fê-lo, em 18 de maio de 1874, Visconde de Pôrto Seguro, com grandeza.

### O ENGENHEIRO MILITAR

O sério e brilhante curso de engenharia militar que fez em Portugal, se pouco lhe serviu para utilizá-lo na prática, muito contribuiu, contudo, para a firmeza de seus argumentos histórico-geográficos, como no caso da polêmica com d'Avezac sobre as viagens de Vespúcio, Hojeda e Pinzon, em que analisou a exploração das costas setentrionais do Brasil por esses navegadores e estudou a verdadeira linha de demarcação de Tordesilhas. Dêsse modo, pôde enfrentar o culto adversário, numa tréplica famosa, perante a Sociedade de Geografia de França, num discurso em francês, ouvido pelo próprio antagonista, que, se não ficou convencido, pelo menos sentiu que tinha pela frente um contendor digno de respeito e à altura do seu talento.

Varnhagen ensaiou-se como militar ainda adolescente, acompanhando D. Pedro I, nosso ex-imperador, como voluntário, para repôr no trono português aquela princesinha brasileira a quem D. Miguel, seu tio, traíra duplamente, faltando à sua palavra de noivo e ao seu juramento de fidelidade à futura rainha.

Vingada a afronta e entronizada D. Maria, pôde o jovem terminar o curso secundário e estudar engenharia militar, na Real Academia de Fortificações, de onde saiu formado em 1840.

Chegando ao Brasil, em 1841, pleiteou logo a nacionalidade brasileira e após tê-la obtido foi incluído no Imperial Corpo de Engenheiros. Infelizmente nada encontrei no Arquivo do Exército a seu respeito a não ser o seu nome no almanaque da guerra de

1844, com as seguintes informações: "Segundo Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros — n.º 30 — Francisco Adolfo de Varnhagen. Primeira praça em 6 de junho de 1842. 2.º Ten. de 6 de junho de 1842. Em comissão diplomática em Portugal". Como se vê, é quase nada.

Passou pelo exército como um meteoro, deixando apenas o registro de seu nome ilustre, para ir elevar-se noutra setor — o das ciências e letras, porque a diplomacia foi para êle um meio e não um fim.

### VOCAÇÃO

O futuro Visconde de Pôrto Seguro cedo denunciou seus pendores para a história. Daí ter-nós dado êsse monumento que é a "História do Brasil", na qual Capistrano "achou muito que anotar, mas pouco que corrigir" e, segundo a opinião de João Francisco Lisboa, seria difícil empreender outra igual naquele tempo, porque, além de talento, consciência, paciência, dedicação e saber vasto e variado, para conseguí-lo seria preciso haver madrugado no intento...

Aos 23 anos de idade colaborava já na prestigiosa revista "Panorama" de Alexandre Herculano, versando assuntos históricos, e ingressava na Academia de Ciências de Lisboa sempre tão ciosa na escolha de seus pares. O novo sócio, contudo, tornára-se digno da láurea, porque seus dois abalizados trabalhos de comentário e crítica ao "Tratado Descritivo do Brasil em 1557" de Gabriel Soares, e ao "Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530" de Pero Lopes de Souza, documentos por êle descobertos, davam-lhe merecidas credenciais para tanto. Nêsses estudos esclareceu com profunda sapiência de historiador e geógrafo pontos obscuros de nosso litoral, localizando-os e determinando-os.

O meu elogio a Varnhagen nada vale. Poderia esquadrihar tôda a sua obra, compará-lo aos maiores mestres da heurística mundial, ressaltar o profundo amor que votou ao Brasil, tecer-lhe enfim os maiores louvores. Tudo isto de nada serviria, porque a minha apagada voz ficaria sem éco.

Para elogiar meu patrono eu me valho, por isso, de Capistrano,

o mestre de valor incontestado, cuja autoridade foi sempre proclamada e respeitada. Um elogio de Capistrano vale por uma sagração. E Varnhagen mereceu dêle períodos como êste:

“É difficil exagerar os serviços prestados pelo Visconde de Pôrto Seguro à história nacional, assim como os esforços que fez para elevar-lhe o tipo. Não se limitou a dar o rol dos reis, governadores, capitães mores e generais; a lista das batalhas, a crônica das questiunculas e intrigas que referviam no período colonial. Atendeu sem dúvida a êsses aspectos, a uns porque dão meio util e empírico de grupos e acontecimentos, a outros porque rememoram datas que são doces ao orgulho nacional, ou melhor esclarecem as molas que atuam sob diferentes ações. Fez mais. As explorações do território, a cruzada cruenta contra os tupís, o aumento da população, os começos da indústria, as descobertas das minas, as obras e associações literárias, as comunicações com outras nações, assumem lugar importante em sua obra”.

### O VIAJANTE

Disse que a diplomacia foi para Varnhagen um meio e não um fim. E assim foi realmente. A carreira diplomática foi o meio de que se serviu para viajar e permanecer junto aos grandes arquivos do velho mundo, de onde arrancou do olvido copiosa documentação referente ao pretérito brasileiro, para com ela atingir o fim visado, isto é, tornar-se “o homem-monumento por seus trabalhos históricos, o escrupuloso iluminador da história do Brasil”, no conceito elegante e preciso de Joaquim Manoel de Macedo.

Como diplomata, esteve no Paraguai, Chile, Perú, Venezuela, Estados Unidos, Antilhas, Portugal, Espanha, Rumânia, Rússia, Alemanha, Austria, Itália, Holanda e Escandinávia, sempre querendo, sempre estudando, e nos arquivos da maioria dêsses países colheu precioso material histórico-geográfico-etnográfico, que copiou, traduziu, comentou e publicou, na maior parte com prioridade sobre os demais historiadores do seu tempo.

No Paraguai, encontra as edições antigas de Montoya e Nicolás Yupuguy, que reeditou mais tarde, prestando assim enorme benefício ao estudo da língua tupí-guaraní.





**FRANCISCO ADOLPHO VARNHAGEN**  
(Visconde de Porto Seguro)

Não nos é possível deter-nos com Varnhagen nos empoeirados arquivos de Lisbôa, Madri, Vaticano, onde se guardam raríssimos cimélios, que êle andou manuseando e copiando e onde encontrou preciosas informações sôbre Cabral, Colombo, Vespúcio, Hojeda, Pinzon, como ainda sôbre o antigo cancionero lusitano, que publicou com os títulos de "Trovas e Cantares de um códice do XIV século" e "Cancioneirinho de trovas antigas", contribuindo dêsse modo para o estudo de nosso folclore com raízes no velho Portugal.

Gostava de unir a história à geografia com o exame "in-loco" dos lugares em que se desenrolaram os feitos estupendos de nossos antepassados. Assim, para escrever a memória sôbre S. Vicente andou perlustrando o litoral paulista; para esclarecer o ponto em que Pedro Alvares Cabral desembarcou e comentar a carta de Pero Vaz de Caminha esquadrinhou grande parte da costa baiana; para escrever sôbre os holandeses fez uma romaria evocativa pelas regiões do Nordeste, contemplando os monumentos do passado e o rude cenário das lutas contra os bátavos; para escolher, enfim, um lugar no Brasil central destinado à futura capital brasileira, seguiu para Goiás e se demorou em Formosa, estudando os seus arredores.

### O POLIGLOTA

Além de conhecer profundamente o latim e de haver estudado com afinco as línguas ameríndias, conhecia Varnhagen vários idiomas europeus, em alguns dos quais escreveu muitos dos seus trabalhos.

Em francês, citarei, entre outros, "Vespucci et son premier voyage ou notice d'une decouverte et exploration primitive du golphe du Mexique et des côtes des Etats-Unis, en 1497 et 1498, avec le texte de trois notes importantes de la main de Colomb", publicado em 1858.

Em espanhol, deu à estampa a "Primera epístola del Almirante Don Cristobal Cólón, dando cuenta de su gran descubrimiento à Don Gabriel Sanchez, Tesorero de Aragon", com eruditos comentários bibliográficos, e declaração de ter sido editado por D. Genaro H. de Volafan, nome que não passava do anagrama do próprio Adolfo de Varnhagen.

Em italiano publicou — “Sull’importanza d’un manuscritto inédito della Biblioteca Imperiale di Vienna per verificare quale fu la prima isola scoperta dal Colombo ed anche altri punti della stória dell’América”, saida em Viena em 1869.

Em alemão, deu à luz da publicidade: — “Das wahre Guanahani des Columbus”, traduzida por êle próprio do seu trabalho em espanhol “La verdadera Guanahani de Cólón”, também datada de Viena em 1869.

A bibliografia do Visconde de Pôrto Seguro é imensa, com mais de 40 trabalhos em português, 7 em francês, 2 em espanhol, 1 em italiano e 1 em alemão, afora grande número de artigos esparsos, biografias abreviadas, cartas, comunicações, prefácios, traduções, etc.

Basílio de Magalhães deu-se à extrêna tarefa de relacioná-la e se encontra num Boletim do Instituto Histórico Brasileiro, publicado em 1928.

### O DESCOBRIDOR DE DOCUMENTOS

Graças a Varnhagen foram descobertas inúmeros documentos referentes à nossa história, que dormiam ignorados no fundo dos arquivos da Europa, alguns dos quais de suma importância para o esclarecimento de certos períodos, especialmente do primeiro século, como o “Diário” de Pedro Lopes de Souza, a “Narrativa epistolar” de Fernão Cardin, o “Tratado descritivo do Brasil”, de Gabriel Soares, afora a reedição de obras raras como o “Uruguai” de Basílio da Gama, o “Caramuru” de Santa Rita Durão as quais prefaciou com profundo saber, e a localização do jazigo de Pedro Álvares Cabral, em Portugal — o grande almirante a quem devemos a nossa entrada nas páginas da história universal.

Daí a justiça com que escrevia Capistrano, em 1882, analisando a obra de Varnhagen em face de novos trabalhos de outros pesquisadores patricios: “Quando todos êstes trabalhos estiverem terminados; quando muitos outros se lhe tiverem reunido; quando um espírito superior insuflar a vida e o movimento na massa informe, Varnhagen descera do seu pedestal. Mas até então êle será o mestre, o guia, o senhor”.

## O "HISTORIADOR PRAGMÁTICO"

Oliveira Lima qualificou Varnhagen de "historiador pragmático". Esta nova doutrina filosófica, filha do século de Varnhagen, com o advento da máquina e a vida apressada dos homens, teve seu corifeu em Willian James para quem "uma idéia é verdadeira porque é útil; e é útil porque é verdadeira". Os pragmatistas vêm as coisas apenas pelo valor prático que possuem e Oliveira Lima não andou errado em classificar o Visconde de Pôrto Seguro dentro do pragmatismo. O espírito prático de que estava imbuído reponta fortemente no "Memorial orgânico", publicado em 1849 e 50, no qual sugeriu medidas urgentes a respeito dos africanos, dos índios, como sôbre a mudança da capital do Brasil para a interlândia e uma nova divisão político-administrativa do país, de que tanto tem se falado em nossos dias, sem que, se leve a cabo tão necessária medida, em benefício da nossa própria unidade. Tratou ainda de modo prático, do ensino primário, e de assuntos econômicos. A respeito dos índios, em pleno romantismo indígena, êle se rebelou publicamente contra aqueles que queriam tomar o ameríndio para "nossos guias no passado e no presente, em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade". E isto lhe custou fortes polémicas com espíritos adiantados da época.

"É que Varnhagen, no dizer de Basílio de Magalhães, aplicando conscientemente e constantemente o pragmatismo de que se achava imbuído, via mais os fatos do que os homens e procurava sempre reduzir o heroísmo e a taumaturgia à justa proporção das apoucadas fôrças dos mortais..."

Acredito que o pragmatismo de Varnhagen tenha sido oriundo do sangue germânico que lhe corria nas veias pelo lado paterno, embora contrabalançado pelo materno, que era português de velha cepa, cujas hematías, "formadoras do bandeirante paulista, fez-lhe desabrochar no coração um profundo e luminoso amor pela pátria de nascimento e de adoção".

Varnhagen, não obstante o amor pela Pátria que proclamou bem alto mais de uma vez e a quem consagrou todo o seu talento, fôí, entretanto, frio, sóbrio, sem exaltações. Não se detinha em rasgos de eloquência diante de uma passagem heróica de nossa histó-

# REFLEXÕES CRITICAS

SOBRE O ESCRITO DO SECULO XIV IMPRESSO COM  
O TITULO DE

## NOTICIA DO BRASIL

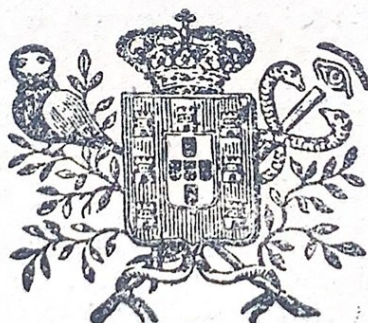
No Tomo 3.º da Collecção de *Not. Ultr.*

*Acompanhadas de interessantes noticias bibliograficas e importantes investigações historicas*

POR

FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

SOCIO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA.



LISBOA.

NA TYPOGRAFIA DA MESMA ACADEMIA.



1839

Folha de rosto do primeiro trabalho publicado por Varnhagen em 1839.  
O livro pertence à valiosa coleção Varnhageniana do Dr. Clado Lessa.

ria, não compreendia a estética das batalhas nos seus momentos culminantes, não vibrava de entusiasmo ao descrever um ato de bravura. Seria, portanto, incapaz de narrar com a eloquência necessária o desenrolar da batalha de Tuiuti e os prodígios de heroísmo de Osório, ou o gesto sublime de Caxias na ponte de Itororó, avançando à frente do exército contra uma barragem de metralha, ao impulso da frase: "Sigam-me os que forem brasileiros!"

O elogio ficou muito aquém do Patrono. Meu fôlego é curto, meu voejar é rasteiro. Melhor que a minha descolorida oração é a admiração que eu lhe tributo quando, noite alta, releio as substanciosas páginas de história que êle teceu à luz de farta e honesta documentação. Então sim, fico pensando que só uma vida inteira votada sistematicamente ao estudo do pretérito, vivida no fundo escuro dos arquivos, poderia construir o edifício magnífico que êle ergueu. Porque antes dêle muito pouco havia e o que havia era eivado de erros, com grandes lacunas, e saltos no escuro.

Foi êle, Varnhagen, quem corrigiu os erros, preencheu as lacunas, ligou os fatos. E a sua benemerência, por isso, é imensa!

Não pôde, é claro, chegar ao copioso material utilizado êste século por Rocha Pombo para escrever os dez alentados volumes da História do Brasil. Mas foi, no seu tempo, o "primus inter pares", o "sui generis".

Rocha Pombo, a meu ver, foi o homem que Capistrano reclamava para insuflar vida na massa informe de documentos e monografias trazidas à luz até 1882.

Contudo, creio que Varnhagen ainda não desceu de seu pedestal.

Porque, na sua "História do Brasil", o próprio Capistrano, mestre dos mestres, achou o que anotar, mas nada a corrigir. Anotou, porém, para ampliar, para apontar fontes, para melhor esclarecer. Nunca para emendar.

E isto é a maior glória de Varnhagen.

Aos sequiosos de pormenores de colorido e abundância, recomendo Rocha Pombo. Aos que buscam a informação precisa, sóbria, laconica, rápida, indico Varnhagen.

Podem infletir a prôa das náus rumo a Varnhagen porque nêle encontrarão, sempre, estou certo, um Pôrto Seguro.

# Um tenente de Dragões

(Francisco Rodrigues do Prado)

M. CAVALCANTI PROENÇA

## I

O fim do século dezoito foi cheio de apreensões para Caetano Pinto de Miranda Montenegro a quem coube, para governar nessa época, a capitania de Mato-Grosso. Agitações havia, desde algum tempo, mais sensíveis no vale do Guaporé, onde portugueses e espanhóis se empurravam, cada qual procurando recuar para dentro do território adversário as lindes dos seus domínios.

Vindos de uma terra pequenina, êsses vizinhos históricos para quem a proximidade sempre fôra motivo de escaramuças, viram-se por uma fatalidade novamente condominos nesta parte da América. Trataram então de conquistar o maior pedaço de terra possível, numa ganância de quem não está acostumado a ver horizontes tão largos e cuida logo de segurar o mais que pode, antes que se acabe a fartura. As populações do reino são pequenas e não é possível encher o deserto de brancos? Importemos o negro da África, escravise-mos o índio. Escravise-mos de qualquer maneira, às claras e barulhentemente, como na colônia portuguesa ou disfarçada, silenciosamente como nas colônias castelhanas.

Nêsse propósito agiram logo os portugueses, procurando garantir o caminho das minas do Cuiabá, pela fundação de presídios, estudando a possibilidade de se erigir um posto militar no vale do Mondego (Miranda) e de fortificar o fecho dos morros, barrando a subida do rio Paraguai.

Ambiciosos do mesmo gráo, os espanhóis não tinham porém o mesmo espírito prático dos portugueses. Azara, cheio de ambições, recordando as viagens de Irala e Nuflo Chaves deseja apenas que o domínio da Espanha se estenda Paraguai acima, desde o Apa até Albuquerque (Corumbá) indo até a confluência do Cuiabá (no tempo Rio dos Porrudos ou S. Lourenço) onde provavelmente se situára o fugidio Puerto de los Reyes, fundado por Irala, quando passou de viagem para o Perú.

Do lado de cá os Albuquerque (Luiz e João) sabem, por experiência, que em conversa não há quem possa com os espanhóis e vão por isso, agindo, silenciosos, mas determinados em levar ao fim o que pretendem. Vão localizando presídios e fortes nos pontos que se fazem necessários para a defesa da capitania e dos seus caminhos de comunicação com o centro.

Se os guaicurús em aliança com os paiaguás embarçam o caminho das minas do Cuiabá, tratam de melhorar o caminho do centro por Goiaz, estabelecem uma aliança com os guaicurús, distribuindo pelos capitães bugres algumas patentes da guarda nacional, desfazendo a simbiose dos cavaleiros e canoeiros, os quais são atraídos pelos espanhóis para Assunção.

D. Lázaro de Ribera o "arreliento D. Lázaro" procura diminuir a população já pequena da capitania, favorecendo a fuga de negros escravos, que além do prejuizo que dão aos portugueses são ótimos elementos de trabalho, lucrativos, permitindo triplicar em pouco tempo a produção de açúcar na região de Cochabamba. Reclama o Governador de Mato-Grosso que de duzentos índios fugidos só foram recuperados quatorze e o governador espanhol acha, com alguma ironia, que o português está exagerando. Aquele porém reclama por reclamar, sabendo o que pode esperar de Ribera, e, extra-diplomacia, remete escoltas para pegar os negros fugidos ao mesmo tempo que atrai astuciosamente os chiquitanos para Vila Maria, Casalvasco e outros estabelecimentos. Numa dessas escoltas de prender escravos, mas que também se destinavam a espiar o que se passava nos domínios adversos, vamos encontrar o nome do Tenente de Dragões, Francisco Rodrigues do Prado, de quem D. Lázaro da Ribera, se queixava, arguindo-o de contrabandista. Desa-



pontado, porque não conseguira a sua gente prender o Tenente conforme sua ordem.

Para salvar as aparências Luiz de Albuquerque envia o oficial para Cuiabá onde seria inquirido. Parece que nunca o foi. Pois que essas incursões se faziam por ordem dos próprios governadores, e a sua atividade já havia sido há muito aproveitada em mais de quarenta viagens "debaixo das ordens dos Exmos. Srs. Albuquerque".

Depois de curta permanência em Cuiabá, vamos encontrá-lo em 1892 fazendo uma diligência no Paraguai e no ano seguinte no Comando de Coimbra, onde fica observando os movimentos de Espíndola, a perseguir os Guaicurús, e que procura obter a sua aliança contra os índios. Responde delicadamente, como manda a sua situação especial de diplomata de fronteira, mas não se compromete. Garante apenas que não protegerá os índios, enquanto isso lhe for facultativo.

Não devia ter gostado muito das ações de Espíndola contra os índios guaicurús que o auxiliavam e dos quais foi o mais sincero amigo, admirando-lhes as habilidades de ginetes, como bom cavalheiro que era. Na sua permanência no forte aprendeu a falar a língua dos guaicurús, rude e gutúral, língua própria para conversar a galope, escrevendo então a sua monografia enfeitada de reminiscências históricas e mitológicas e principalmente cheia de um espírito de compreensão que poucas vezes mais iremos encontrar em militares que conviveram com os índios.

Três anos depois de sua chegada redige a sua "História dos índios Cavaleiros", documento de muito interesse não só cronológico, pois parece que é dos mais antigos sobre o assunto, como porque nos permite fazer uma idéia da esplêndida formação moral desse oficial, católico às direitas, interessado em assuntos de história, cheio de solidariedade humana como bem definiu Correia Filho.

No seu trabalho enumera primeiramente os costumes dos índios, para em seguida abordar os sucessos guerreiros da nação guaicurú contra portugueses e espanhóis. Os assuntos descritos são, a cada passo, entremeados de reminiscências históricas e reflexões críticas. Compara as índias que acoraçam os filhos que partem para a guerra com as matronas romanas e com Felipa de Vilhena,

referindo-se a seguir ao celebrado hospital de pássaros de Cambaua, reminiscência de leitura das lendárias narrações das Índias portuguesas, quando descreve o carinho com que os índios tratam os animais bravios, seus cherimbabos.

Esclarece com detalhe o modo como os índios guaicúrús carregavam, flanqueando os rebanhos de bovinos e cavalos, reunidos por meio de assobios e tangidos violentamente, em estouro, sobre os viajantes que cruzavam as campinas sul matogrossenses. Estes só tinham um meio de escapar que consistia em ganhar o mato e dali resistirem. Isto se antes não vissem surgir bruscamente, pronto para o lançamento, enforquilhado no dorso do cavalo que parecia correr sem cavaleiro, o índio que viera galopeando, arriado no costado da montaria.

E não pode fugir a paralelos remanescentes de antigos estudos, ponderando que "já o gado foi causa de Amílcar ser vencido pelos Vetões e da salvação de Annibal nos desfiladeiros junto a Caselino".

É verdade que a muitos poderá parecer descabida essa comparação entre selvagens e civilizados.

Mera vaidade de um preconceito sem fundamento. Questão de ponto de vista como notára Darwin em sua passagem pelo Brasil, quando lhe contaram o caso de uma negra fugida que se atirou de um penhasco não querendo entregar-se à prisão. Sisudamente comentou o inglês: Si se tratasse de uma matrona romana êste fato seria decantado como um exemplo de amôr à liberdade, tratando-se porém, de uma negra, contentam-se em apontá-lo como um exemplo de teimosia.

Admira-se o oficial da longevidade dos guaicurús e procura estabelecer dependências de causa e efeito, notando que o fato de não existir entre os índios nem o escorbuto nem as mortes repentinas, parece demonstrar que essas doenças são causadas pelas constipações (1) pois que isso não se dá entre o índios que vivem sempre desroupados. Acresce ainda que, embora a comida dos índios seja repugnante, comendo tudo sem outro tempero que o que lhes dá a fome, preparavam uma boa digestão pela maneira lenta com

---

(1) Esta maneira, considerada imprópria, de dizer constipação em lugar de resfriado, ainda hoje é corrente em Mato-Grosso.

que mastigavam o comer, "levando por êste modo muitas partículas de saliva ao estômago". No capítulo da beleza das mulheres esclarece que elas nada têm daquela graça ingênua da Eva de Milton, mas que, como as demais, se enfeitam, evidenciando que "êste sexo, ainda no centro da barbaridade brutal, não pode excusar de ser tributário do luxo e da vaidade". Mas que excelentes esposas. Chegando a matar os filhos no ventre para não se verem apartadas dos maridos, para poderem acompanhá-los.

A sua honestidade intelectual é inteiriça. Cita com abundância as fontes onde obteve dados para organizar a memória, tais como o juiz de fora, Manoel de Moura Cabral, tirados dos Anais da Câmara de Cuiabá, os documentos existentes no presídio que atualmente comanda, sobre a pacificação dos guaicurús e transcreve o tratado de aliança da tribo com o Governador João de Albuquerque. Apesar da sua pouca simpatia pelos espanhóis de quem falará "abreviadamente como por coisa estranha" cita os informes que obteve de um curioso padre espanhol que viveu no seio da tribo adotando os hábitos dos índios, raspando as sombrancelhas e até se tatuando e casando com uma índia. Todo êsse sacrifício para manter em bôa paz os sanhudos cavaleiros e os seus compatriotas de Castela.

Escrupulosamente declara ao notar a expressão melancólica do semblante dos índios que êsse fato já havia sido notado antes para outros índios, do mesmo modo que ao comparar-lhes o viver ao dos Mumidas e Tártaros, informa que, segundo um autor moderno, dêsses povos descendem os selvagens da América.

Vai então começar a ingrata descrição dos morticínios e lutas entre lusitanos e índios, falando antes sumariamente da região do presídio de Coimbra e da célebre gruta, extraordinária beleza natural, que lamentavelmente se acha tão longe, não podendo receber a homenagem admirativa que merece. Mas não entrará em detalhes, uma vez que a mesma já foi muito bem descrita pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, prevenindo agora que "somos entrados nos sucessos de uma época que nos desviam a atenção, para vermos de um golpe de vista a figura trágica que se nos principia a apresentar".

Trágica mesmo, na sucessão de massacres de parte a parte, em

que se igualaram civilizados e selvícolas, mostrando que tinham bastante cabimento as comparações entre certos generais históricos e os capitães cavaleiros. O Brigadeiro Almeida Lara por exemplo.

Ele que na sua superior compreensão procurou sempre explicar os motivos que levaram os índios à luta, não se sente bem à vontade ao narrar o célebre e traiçoeiro massacre da guarnição de Coimbra.

E se detem contrafeito antes de começar: "para narração deste sucesso aparo de novo a pena".

De fato. Os índios se chegaram ao forte, em pequeno número, desarmados e acompanhados de mulheres. Pediram que se retirassem as sentinelas, pois as mulheres tinham medo e êles estavam desarmados, como prova de boas intenções. Isto feito, entraram os soldados em comércio com o mulhero. A maioria se recostou no regaço das índias. a pedido destas, que enquanto os afagavam deixavam correr as lágrimas só de pensar no que iria acontecer dali a pouco, como aconteceu.

Depois de um assobio de significado secreto, meio de que usavam para se corresponderem a distância e para dirigir os seus rebanhos, surgiram, num passe de mágica, multidão de guerreiros que massacraram a seu gosto a guarnição desprevenida...

É verdade, Tenente Prado, os índios foram miseráveis desta vez e nem a sua boa vontade conseguiu uma atenuante para gesto tão desalmado. Culpa do juiz de Fora Cabral, que ao transmitir-lhe os informes dos Anais da Câmara de Cuiabá não lhe transmitiu este período que redime até certo ponto a indiada. Este informe é do ano de 1731. "Voltarão, para assimá até o distrito de Aicurú e ahi saltarão em terra, formarão huma trincheira e mandarão algumas Lingoas a convida-lloz, que viessem fazer amizades e negócio, chegarão alguns, que entrarão depois, e tendo-os o Brigadeiro se-guroz predeio huns que consigo trouse ea outroz mandou cortar as orelhas, dizendo-lhez que sefossem mostrar aos seus cassiques e aos Payagoas seos amigos".

Extraordinário de simpatia êste cavalariano a quem os longos anos de rudes trabalhos e de lutas não contaminaram a alma ingênua e sonhadora, vibrando de sentimentalismo nas solidões alagadas do baixo Paraguai. Sentimentalismo que se entremostra a cada

passo, quando refere a harmonia existente entre os casais de índios, "sustentada desta terna amizade que faz a formozura da vida", quando conta, comovido, o romance primitivo da índia, abandonada pelo marido, a quem amava desde menina, definhando de mágua, morrendo de paixão ao receber a notícia do novo casamento do versátil Panenioxé. Encerrando a história de sua desventura com esta chave de ouro em língua guaicurú: *Lacquebiele Panenioxé*, ingrato Panenione.

A gente parece que está vendo o Tenente Prado, junto à estacada do presídio, saudoso e contemplativo, vendo a lua que cobre de uma poeira branca as palmas dos carandás e a relva das planuras do pantanal matogrossense. Ali perto está o acampamento dos guaicurús e "na noite clara ajuntam-se os rapazes e raparigas e brincam à frente dos seus pobres toldos".

"Brilha nos divertimentos uma cândida alegria".

Amigo dos índios foi êle e êstes lhe correspondiam a amizade, a ponto de devolverem dois escravos fugidos do presídio para as suas terras. Coisa muito fora dos seus hábitos.

Mas com a chegada de Miranda Montenegro à Província novos serviços lhe seriam atribuídos.

Em 1797, entrega o comando do presídio ao Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, o qual, diante da notícia obtida pelo Tenente de que Espindola além das incursões em nosso território, perseguindo os guaicurús pretendia fundar um forte nas margens do Mondego, determina que êle vá fundar na costa daquele rio o presídio do Marreco que tomará o nome de presídio de Miranda em homenagem a Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador da província.

## II

Em dezembro começa a construção do presídio, um quadrilátero de taipa socada em cujo interior construiu os ranchos necessários ao serviço. Do lado de fóra se enfileiravam a rancharia dos soldados e os toldos do acampamento dos índios. Um pouco afastadas, em clareiras abertas pela derrubada, as roças e sementeiras. Tratou logo o novo comandante de organizar patrulhas, que o mantinham constantemente ao par das atividades castelhanas. Nêste

serviço os índios se revelaram ótimos auxiliares, pois que em vista dos seus hábitos andejos pouca desconfiança causavam aos espanhóis.

Notícias inquietantes começavam entretanto a chegar da Europa, indicando o próximo rompimento de hostilidades. Em vista disso Rodrigues do Prado, previdentemente organizou um plano de defesa da Capitania, usando os conhecimentos acumulados em mais de dez anos de permanência no vale do Guaporé e no presídio de Coimbra. Em linhas gerais as províncias a tomar se resumiam em conservar o presídio de Coimbra, socorrer a Camapuam e inquietar o inimigo cuja desproporção entre o valor e a empáfia era sua velha conhecida. Oitenta homens para dar uma corrida no "pessoal frouxo e hóstil aos dominadores da província de Moxos", a presença do Capitão General como elemento suficiente para a rendição da província de Chiquitos. Quanto ao Paraguai, a sua população de 113.000 almas poderia parecer muito forte. Entretanto ver-se-ia enfraquecida pela necessidade de enviar gente para guarnecer Buenos-Aires. Naquela região preferia empregar o sistema de guerrilhas. Aí com uns trinta homens auxiliados pelos guaicurús. Diversões pelo campo inimigo era como se dizia na época.

E em verdade nos meados de setembro, quando começavam as primeiras chuvas, recebe informações de índios, chegados da zona adversária, referindo os movimentos da expedição que se dirigia para Coimbra. Vários capitães são seus conhecidos, a começar por D. Lázaro de Ribera o governador que outrora o quizerá prender, Espindola com quem se correspondera no tempo em que este saíra campo fora perseguindo os índios, Ortega que tem poucas luzes de engenheiro e que iniciou a construção do forte de Bourbon além de outros. Uma parte vem por água em grandes embarcações e outro grupo por terra, conduzindo gado para socorro da primeira. Avisa dêsse acontecimento os seus chefes e se dispõe a agir. Atacará o inimigo em campo limpo, causando-lhe toda a sorte de embarços e ao cabo virá encerrar-se entre as quatro taipas do forte. Entretanto pondera, se deve ponderar, se deve mesmo proceder assim, uma vez que o presídio não dispõe de artilharia e não foi encontrada água no seu interior em tentativas feitas anteriormente.

De seu lado o comandante de Coimbra que do mesmo modo colhera notícias desses movimentos envia um grupo de índios para negacear o inimigo e saber o que acontece em Bourbon. Nêstes tempos anormais, porém, os índios não passaram despercebidos em Bourbon e D. Lázaro não se comoveu antes aqueles ares de inocência e prendeu a todos, como espias, conduzindo-os consigo. Alertado pela demora dos emissários Ricardo Franco acha prudente remeter uma patrulha de Dragões e Pedestres embarcados, descendo o rio, afim de esclarecer o que havia. Seguem, mas no clarear do dia seguinte, quando passavam pela baía negra foram cercados por umas vinte canôas de paiaguás que investiram rapidíssimos aos gritos de — Entrega português.

Mas aqueles dragões e pedestres experimentados não eram gente de pouca iniciativa. Com uns oito tiros à queima roupa “taparam a boca” dos atacantes e, virando a prôa dos batelões remaram a tôda fôrça para o forte, onde embicaram as canôas no dia seguinte. Era o sinal do rompimento de hostilidades. Mudou-se a guarnição para o interior do forte, acabado de construir, e aguardou os acontecimentos.

No dia seguinte apontava no estirão do rio a frota de D. Lázaro e iniciava o bombardeio do presidio.

Êste acontecimento nada tinha de surpreendente para as autoridades de Mato-Grosso. Todos haviam previsto e se preparado ali para êsse desfecho.

O governador pedindo auxílios, Ricardo Franco reconstruindo o forte e Prado fundando o presidio de Miranda e organizando um plano de luta “apesar do seu amor à humanidade”, representavam a previdência, dentro das minguadas possibilidades da Capitania, lançando mão dos recursos mais acessíveis. A arrecadação é pequena e as rendas não comportam as despesas que se fazem necessárias para a defesa de tão “descompassada fronteira”.

Andava tudo vasqueiro, não se podia reformar um cartucho por falta de uma folha de papel, os calafates sem meios de consertar uma canôa por falta de uma libra de breu. O forte de Coimbra sem mantimentos e, apesar de que há muito pedia abastecimentos para seis meses, quando o obtinha para vinte dias considerava-se muito bem atendido. Em Miranda, no novo presidio, não há uma

libra de ferro para consertar o armamento que se arruina e também não existe um ferreiro hábil. Fazia dois anos que se enviara sete contos para o Pará, afim de serem despachadas várias encomendas e até agora nada de chegarem. Escrevia-se para o centro, pintava-se de côres carregadas a situação: "a fronteira do Paraguai é presentemente a mais arriscada, são justos os receios que tenho de ser incomodado por aquele lado"...

Tentativa inútil de comover os chefes. Estes possuíam o tranqüilo otimismo que a distância do perigo assegura, e pontificavam: êsses receios são terrores pânicos e "coisa contra toda espectação o ser atacada a Capitania"...

Foi nessa situação que Miranda Montenegro recebeu a notícia da investida ao forte de Coimbra. A dificuldade de comunicações era de tal ordem que Ricardo Franco julgava estar Miranda sofrendo uma idêntica investida, pois dali não recebia notícias há um mês, enquanto Caetano Pinto só adivinhou a declaração de guerra pelo ataque sofrido. Mas bem servido de transportes o espanhol sabia de tudo. Foi por êle que o governador soube da guerra e da assinatura da paz. Pois quando lhe chegou a correspondência dos seus superiores veio na frente a notícia da paz e só posteriormente a da declaração de guerra. Vê-se por aí que bem razão tinha êle para dizer que: "ou sou tido e reputado por um santo, julgando-se que posso fazer milagres ou aliás sou o pior dos governadores, pois me expõem a todos os caprichos da fortuna".

Enquanto isso D. Lázaro surgia à vista do forte com "três sumacas grandes, com duas peças por banda e outra menor", de certo estudando mentalmente o estilo da mensagem que mandaria ao forte, exigindo a sua rendição incondicional. Saiu-se muito bem da empresa literária, pois escreveu a mais bombástica intimação que já foi lida sob céus do Brasil. Dispensou-me de reproduzi-la, bem como a resposta do Tenente Coronel português, cientificando-o, sem perder a compostura, da sua obstinada resolução de sepultar-se sob as ruínas do forte. São muito conhecidas.

Vendo que a investida preparatória não conseguira intimidar os defensores de Coimbra recomeça D. Lázaro o bombardeio. E prossegue nos outros dias. Mas ao fim de uma semana não conse-



guira ainda, com sua artilharia, melhores resultados que com a sua retórica.

Bem armado pôde atirar à vontade sôbre o forte que não podia retribuir-lhe o canhoneio, com as suas três pequenas peças e duas roqueiras, incapazes de alcançar e de ofender nos campos que cercam o presídio e nos estirões do Paraguai, descortinados a grande distância.

Para defender dispunha de muralhas de dez palmos de grosso, mas para ofender a artilharia alcançava pouco mais que um mosquete, não chegando a cruzar a largura do rio.

Isso deu motivo a que os espanhóis se entregassem a mais ruidosa das alegrias. Passearam rio acima, rio abaixo, atirando sempre, ora se chegando ora se afastando da praça. E tudo em meio a mais extravagante gritaria. Quando do forte, para salvar as aparências, se fazia um tirinho inofensivo, o estampido era abafado pelos apupos e vaias em que se sobressaíam os paiaguás que exultantes ao lado dos espanhóis por se verem pela primeira vez em condições de superioridade contra os portugueses.

Animados pelas perspectivas do triunfo iminente arriscaram mesmo um desembarque em pequenas canôas. Mas a afoitesa lhes custou meia dúzia de companheiros derrubados nágua pela descarga de mosquetes que veio do forte.

Resolvem então desembarcar mais longe e devastam a horta, colhendo couves e cebolas, matando porcos e bois. Tendo porém chegado à ponta do morro são colhidos numa emboscada e logo registam três mortos e dois mortalmente feridos.

Entretanto a situação do forte não é das melhores. Sem recursos, sabendo que o inimigo pretende reduzi-lo pela fome, fortificando-se defronte, do outro lado do rio, o comandante só tem a esperança de que, devido à enchente, seja demorada a vinda de recursos trazidos pela tropa que vem por terra e cujos fogos de acampamento se avistam, ao longe, da amurada do forte.

Além disso com a insignificante artilharia o forte poderá ser vencido e sua guarnição massacrada. Pode acontecer que o inimigo fique "senhor de Miranda, de Albuquerque, da importante navegação de S. Paulo, assombrando talvez a mesma vila do Cuiabá".

Mas nada disso aconteceu. No dia vinte e quatro D. Lázaro se

postou a jusante de Coimbra e abriu um fogo tremendo que não foi respondido, por se achar êle fora do alcance da artilharia portuguesa. Quando a noite desceu, foram ficar encostados na mesma margem em que fica o presidio.

Cessára o fogo, e às nove horas, o silêncio cheio de expectativas se quebrou com as notas da retreta dos espanhóis, tocada "com a sua música de oboé e zabumba". No mesmo tom, responderam os portugueses ao desafio com "dois tambores, rebeca e flauta".

Era o fim. Começaram depois a deslizar ao sabor da correnteza, lentamente. Durante dois dias ainda se viam alvejando no horizonte razo do pantanal as velas das sumacas de dois e três mastros. A distância não deixava perceber se iam tão cheias de vento como vieram.

Tomaram algumas providência antes da retirada, reforçando a guarnição dos fortins de Bourbon e S. Carlos e mandaram fundar o forte de S. José nas proximidades do Apa. Faltava também uma explicação que minorasse a surpresa dos paiaguás, seus aliados, diante da extranha retirada.

E deram-na muito satisfatória: o número de portugueses era muito pequeno demais e não pagava o trabalho de capturá-los. Esperariam algum tempo afim de que se juntasse maior número e então voltariam para matar e escravizar todos de uma vez.

### III

Enquanto se passavam êstes acontecimentos cogitava o Governador de se precaver contra surpresas nos outros pontos da Capitania. Movimentou a precária máquina militar de que dispunha. Enviou ordens a Cuiabá para que mandasse auxilio a Ricardo Franco, em gêneros e pessoal, despachasse canôas, armadas em guerra, para o rio abaixo afim de guarnecer êsse caminho, fechando a subida aos paiaguás que poderiam tentar um ataque por alí, impedindo a descida de negros fugidos que decerto aproveitariam a oportunidade para fugir. As 2 Companhias de milícias dessa vila deviam seguir para o Registo do Jaurú, e por sua vez o Comandante de Vila-Maria despacharia canôas para o Descalvado, com a mesma finalidade das de Cuiabá: negros e paiaguás.

Andava na Capitania em comissão, afim de proceder a estudos nos rios Paraguai e Paraná e reconstruir o forte dos Prazeres, o Ten. Cel. Cândido Xavier. Sem ter encontrado recursos que lhe permitissem levar a cabo os seus trabalhos, excarmentado em anteriores experiências do Igurei, e, além disso doente, preparava-se Xavier para voltar a S. Paulo. Não o consentiu Caetano Montenegro e o enviou com os seus 61 homens para a fronteira do baixo Paraguai, designando-lhe o comando do presidio de Miranda. Essa designação durou somente de 12 de setembro a 26 de outubro de 1801, pois Caetano resolveu manter Rodrigues do Prado no Comando do presidio por êle construido e chefiado a quatro anos. (2)

Consequindo reunir quatrocentos homens na fronteira, inclusive os 61 de Cândido Xavier, adotou uma attitude defensiva quanto às províncias de Moxos e Chiquitos, e aguardou o resultado final de tantas atribulações. Tinha o secreto pressentimento de que em breve poderia escrever a Souza Coutinho, "com mais alegria" do que o fizera ao relatar o início das hostilidades.

Nas margens do Mondego o Ten. Prado recebe a notícia do ataque ao forte e sente que o seu "coração estala de dor" vendo-se privado de lutar na companhia do seu chefe o coronel Ricardo Franco. Não recebera ordens para seguir em socorro de Coimbra, mas, apesar do seu espirito de subordinação, não era homem de "se deixar no ócio". Dá um balanço nas embarcações de que pode dispor. Eram muito poucas e não suportavam levar mais de cinquenta e quatro homens. Irá com êsse número, deixando o restante da guarnição, cujo total era de cento e dez homens, sob o Comando do Alferes Antônio do Rosário, a quem fornecerá detalhadas instruções de como proceder no caso de ser preciso bater-se com os espanhóis.

Trate logo de fazer uns ranchos na mata, onde armazenará mantimentos, principalmente o milho que pode ser de muita utilidade na fabricação de farinha. Receba os índios com todo o agasalho mas dentro da maior cautela e, si surgir o inimigo, embrenhe-

---

(2) Pelo confronto dessas datas pode ser visto que Cândido Xavier, não tomou parte na defesa de Coimbra, como está escrito no "Os generais do Exército", de Pretextato, 1.º VI. Aliás na documentação que se conhece sobre os dois sucessos (Nova Coimbra e Forte de S. José) não consta o nome do Ten. Coronel Cândido Xavier, a não ser em uma carta de Rodrigues do Prado, dizendo ter enviado as canoas pedidas por êle da povoação.

se no mato e fique na expectativa até que venha o socorro. Pois dentro do forte não é possível aguentar o cerco, em virtude da absoluta falta d'água. Quando chegasse a sua comunicação, dizendo que Coimbra "existia por nós", era tempo de mandar o Cabo José Gomes entrar o território inimigo e fazer nêle quanto dano pudesse e permitisse a lei da guerra.

Mas não se esquecesse, recomendava muito, "conserva a tropa na subordinação, pois senão nada será feliz" e também mande rezar nas orações públicas pelo êxito desta guerra.

Incorporou os guaicurús que pôde ajuntar e largou-se nas canôas, disposto a salvar o forte ou "acabar com êle" no dia 29 de setembro. Desceu o Miranda, embocou no Paraguai e no sexto dia de viagem do forte, recebeu a carta de Ricardo Franco, noticiando a retirada dos espanhóis. Mas ainda assim conseguiu socorrer o forte com 172 alqueires de milho, oferecendo mais umas três canôas carregadas se assim fosse preciso. A tempo foi o único auxílio que recebeu o forte de Coimbra, durante a árdua semana de luta.

Depois dêste gesto que Ricardo Franco classificou de: "coragem digna de inveja e de louvor, desempanhando o alto conceito que sempre fiz das suas honradas qualidades, e não equívoco valor" voltou a Miranda afim de se preparar por sua vez, para receber a força espanhola.

De fato, diante de tão brusco e imotivado récuo, ninguém pôde compreender o que pretendia D. Lázaro de Ribera. Mas o seu orgulho muito conhecido, em demonstrações anteriores, indicava como certo um novo ataque. Iria atacar Miranda? Sabia-se apenas que reforçara as guarnições de Bourbon e S. Carlos e que mandara fundar um fortim nas margens do rio da Lapa, nome que também designava o Apa.

Por isso Rodrigues do Prado, conhecendo bem que D. Lázaro se presava de ser "nosso contrário, ainda no meio da maior paz e queria levantar sôbre a nossa ruína o edifício de sua grandeza" tomou as providências que lhe sugeriam a pouca disposição em fornecer material para a edificação da glória castelhana.

Tudo que o Governador lhe podia arranjar, para a defesa do presidio eram 200 homens e êsses mesmos, para serem divididos com o forte de Coimbra. Muito pouco na verdade, visto que só o

presídio de Miranda, quase consumiria êsse número em guarnecer as suas muralhas de trinta braças de frente. E guarnecê-lo também não seria providência definitiva em vista de não possuir peças de artilharia com que responder ao cerco que lhe poriam os castelhanos. Resolveu nessa emergência ir ao encontro do inimigo, quando êste surgisse, empregando-se em guerrilhas, auxiliado pelos guaicurús que tinham nesta modalidade de luta o seu forte. Quando houvesse esgotado todos os meios lançaria fogo em tudo e com este triste espetáculo incenderia a ira no coração dos seus companheiros, prosseguindo a campanha.

Entretanto D. Lázaro, a quem a desconcertante resistência dos portugueses de Coimbra parece que deixara um tanto desconfiado das suas próprias qualidades de conquistador, continuou mudo e quedo nas suas terras. Passando o tempo veio a Rodrigues do Prado a idéia de destruir o novo fortim de S. José, erigido alí nas margens do Apa, como última e nova provocação do turbulento castelhano.

É verdade que não dispunha de pretextos para expugnação do forte e nem de artilharia para arrazar a estacada do fortim mas tentará assim mesmo. E si não fôr possível arrazá-lo ao menos um consideravel estrago há de causar nos inimigos, arrebanhando o gado e a cavallhada que por alí se achar, pagando-lhes na mesma moeda as devastações que fizeram em Coimbra.

Pensou em tudo. Levaria como aliados os guaicurús, juntamente com as praças a que pudesse fornecer cavalos, ou que tivessem os seus. Partiria com essa força até o Forte de S. José, percorrendo trinta e quatro léguas, através dos mais belos campos do sul de Mato-Grosso, e, como da outra vez, o Tenente de Voluntários ficaria cuidando do presídio.

Escreveu então a Ricardo Franco fazendo uma exposição dos seus projetos e solicitando licença para seguir e pedindo o maior número de cavalos que pudesse obter. Cavalos e selas o mais importante auxílio que desejava e sabia que era possível receber. Veio com a permissão para a sortida uma advertência sensata do comandante de Coimbra que, mais experimentado e mais velho, prevenia o animoso subordinado da possibilidade de se reproduzir com êle a situação de D. Lázaro de Ribera diante de Coimbra.

Ultimou os preparativos a dezenove de dezembro de 1801, partiu. Curiosa devia ter sido a partida dessa coluna de cavalaria em que, ao lado dos cavalos "reunados" pela amputação de uma orelha, choutavam os cavalinhos da montanha particular dos soldados, exibindo toda a escala de arreiações desde regulamentares e campeiros até as mantas sumárias e de todos os feitios dos que cavalgavam em pelo. Num outro grupo os bugres, conduzindo a sua tralha de combate e acampamento, na mais pitoresca das desuniformidades, já meio saudosos das famílias que ficaram em Miranda, confiadas ao agasalho do Alferes de Voluntários, servindo também, muito prudentemente, de garantia contra uma possível síncope de lealdade guaicurú.

Mas ia contente o Comandante, contente porque enfim se encontrava a caminho da ação depois de haver conseguido transpôr tantos embaraços surgidos da primeira à última hora. O reforço que lhe chegara, constando de quarenta e cinco homens, inclusive um oficial e três inferiores de pouco lhe adiantara, pois teve de devolver vinte e quatro, tripulando as canôas que mandou para atender ao pedido do Ten. Coronel Xavier que se achava na povoação. Depois aquela intriga do João Manoel, dizendo ao soldado Pires que soubera de Ricardo Franco que êle havia posto sentinelas no porto para evitar o trânsito de cartas particulares. Não podia descobrir como surgira essa afirmativa, a seu respeito, quando nada fazia senão claramente e no interêsse do serviço. Em todo o caso escrevera ao chefe, mal contando o desgosto, "Dois grandes prazeres me acompanham, o primeiro é ter podido dar alguns passos em socorro dêsse presídio em ocasião em que V. S. se achava cheio de sono, fome e cansaço e o segundo é ir contra os inimigos sem auxílio algum. Pois até a égua que V. S. teve a bondade de mandar não chegou por cansada. Finalmente, por mal dos pecados, aqueles oitenta e nove índios que vieram de Albuquerque, dizendo-se mandados pelo comandante mas que apenas desejavam tomar parte no saque do fortim, que previam para breve.

Tudo passou, entretanto, e agora que se vai aproximando do inimigo, o Cabo Gomes, e o soldado Antônio Pires se distanciam na frente, sondando os arraiais inimigos e trazendo informações. Já puderam observar o povoado composto de ranchos onde calculam

existir uns sessenta espanhóis. No outro dia, faltando apenas duas léguas para chegar, uma nova exploração esclarece que o inimigo é numeroso e está alerta. A marcha se torna agora mais lenta porque estão caminhando desviados da estrada geral, o que os obrigou a atravessar dois braços do Apa, com muita dificuldade por causa da cheia.

No dia 1.º de janeiro resolve atacar o forte no romper da madrugada. Ainda vem longe a claridade, quando divide o seu destacamento em três pelotões, comandados pelos Alferes de Milícias, Francisco Xavier Pinto que se oferecera para acompanhá-lo na aventura, cabo de Dragões José Gomes e cabo Laureano Bicudo. Os pelotões se encarregarão de investir o forte pelos flancos, enquanto êle desencadeará uma ação frontal com os índios, de vez que êstes haviam declarado só entrarem na luta sob seu comando.

Corriam as coisas em muita ordem, quando o cabo Gomes foi interpelado por um Alferes inimigo que rondava o campo com mais dois soldados. Ao grito de "quem vem aí" o cabo Gomes retorquiu com uma intimação à patrulha para que se rendesse. E não sendo atendido abriu fogo sôbre os espanhóis que procuravam fugir.

Os tiros semearam o alarme nos contrários e nada mais restava fazer, senão decidir-se pela ação imediata, como fez.

Atiraram-se os portugueses contra o povoado e logo um dragão é morto com quatro tiros na entrada das casas, mas o avanço progride, rapidamente, de modo que um tiro, disparado de uma peça colocada numa elevação já não consegue atingi-los na encosta que ficava em ângulo morto. Caindo em seguida sôbre ela nem dão à guarnição para carregá-la novamente, ficando o cartucho a meio da peça. Em pouco tempo alcançam a estacada e começam a forçar o portão solidamente construído e resistente. Ao fogo mal dirigido que vinha do forte, responderam com sucessivas descargas, sendo de notar que o nosso fogo era muito "mais matador".

Tudo ia bem para nós, a peça do baluarte não podia atirar, a guarnição fôra contida pelo Cabo Gomes e soldado Pires. Entusiasmados os atacantes gritavam para os espanhóis que se rendessem. Só o comandante do forte D. Juan Caballero, respondia teimando que morrer sim mas entregar não.

Pouco tempo pôde fazer valer essa opinião, pois mal ferido e

agonisante logo em seguida, não pôde impedir que os soldados escancarassem o portão e se entregassem à discricção. Morrera o comandante com mais de vinte e cinco perdigotes e balas no corpo.

Cuidou então o Ten. Prado de recolher o armamento, contar os prisioneiros, ao todo vinte e sete, dos quais onze gravemente feridos. Pela relação encontrada concluiu que oitenta e quatro se achavam desguaritados pelos matos das redondezas, alguns dos quais feridos.

Depois que o dia clareou de todo chegaram os guaicurús para a rapinagem. Antes não quiseram atacar, temerosos de um engano dos portuguezes, diziam êles, e porque ainda fazia escuro. Vendo que era impossivel demovê-los da pouca vontade de luta, Rodrigues do Prado os havia deixado para vir se reunir à sua gente. Energicamente impediu-os agora de entrar no forte, avisando-os de que muitos espanhóis se achavam pelo mato. Que os atacassem da forma que quizessem. Vendo a resolução do Ten. os índios se espalharam pelo campo, mas não que pretendessem aprisionar os fugitivos como se poderá imaginar. Uma peleja com probabilidades para o inimigo não era doutrina aceita nos seus métodos de guerra. Sairam a arrebanhar cavalos, depois de saquear as casas do povoado, chegando a roubar, no entusiasmo da colheita, até objetos e roupas dos próprios aliados. Ao meio dia anexaram ao fruto da sua arrecadação mais trezentos cavalos, repontados nos campos adjacentes.

Aos portuguezes cabia agora voltar. Pois não era possível atacar também S. Carlos, distante cinco dias de viagem, guarnecer o presídio, conduzir para Miranda duas peças tomadas e ainda escoltar os prisioneiros, apenas com cinquenta e quatro praças.

Arrolou o material apreendido, curou como pôde os feridos, cobrou o quinto do rei do gado apreendido.

O espetáculo daqueles espanhóis feridos, quasi todos gravemente, era de cortar o coração. Comovido com tanta desgraça, o ânimo bondoso de Rodrigues do Prado, a compaixão adquire proporções quasi de remorso: — “o ver tanto estrago aos meus semelhantes, tirou-me uma grande parte do prazer que me devia causar a vitória”. E foi nêsse constrangimento sentimental que encarou a embaraçosa situação, surgida com a necessidade de dar um destino



aos prisioneiros. Deixar os feridos ao desamparo não lhe consentiria o natural piedoso, virtude que êle transferirá ao Governador, escrevendo-lhe: "a piedade de V. Excia. não permitiria". Cavalos, só dispunha de seis, para conduzir os prisioneiros e seria doloroso fazê-los acompanhar a pé a marcha dos cavaleiros da escolta. Resolveu satisfatoriamente o assunto, emprestando, aos espanhóis detidos, a sua incorruptível noção de honra, como antes transferira a Miranda Montenegro a sua piedade. Fê-los assinar um termo, no qual aqueles se comprometiam solenemente a não pegar em armas contra Portugal, enquanto durasse a guerra. Aproveita a circunstância para enviar à esposa do Comandante espanhol a pouca roupa encontrada em sua mala rogando-lhe que "lhe perdoasse a grande perda que lhe acabava de causar". Por fim incendiou a estacada e os ranchos do presídio só deixando incólume um grande cruzeiro de madeira onde mandou gravar os seguintes dizeres: "*Viva Portugal. Foi tomado este presidio no dia 1.º de Janeiro de 1802*".

Terminou assim, de modo violento, a existência breve do Forte de S. José.

Pôs-se a caminho de Miranda, tendo enterrado antes, cerca de légua de distância do forte espanhol, uma das peças que não pôde conduzir. Mandaria buscá-la, mais tarde com bois de canga.

De Miranda escreveu Prado ao governador, enviando-lhe por intermédio do comandante do Coimbra, uma relação do que apreendera, datada de "Forte arrazado, 1.º de Janeiro de 1802", e descrevendo os transe da luta e recomendando os subordinados que se tornassem merecedores de recompensa. Quanto a êle "bastava o gosto de desempenhar o lisongeiro conceito que de mim faz".

No ano seguinte retirou-se para Cuiabá afim de tratar-se das enfermidades adquiridas na região insalubre do presídio. Talvez a mesma febre de que se queixava, escrevendo a Almeida Serra, ao enviar-lhe os planos de guerra que delineara para defender a Capitania.

Em 1804 o novo governador designado para Mato-Grosso lhe trás a recompensa de Sua Alteza Real, traduzida no hábito de Aviz, e na promoção a Capitão, confirmando-o no posto de Comandante da Companhia de Dragões. E ainda foi nêsse mesmo ano que, de-

pois de haver feito mais uma diligência na província de Chiquitos, faleceu o Capitão de Dragões, Francisco Rodrigues do Prado.

Este oficial paulista é cronologicamente a primeira figura de cavalarião, penetrado do espírito de aventura e idealismo que deram à Cavalaria essa aureola de bravura romântica, raiando os limites da lenda, na história das nossas guerras. Mas não somente o idealismo o recomendou à nossa simpatia e atenção.

O arrasamento do forte de S. José vale por uma afirmação definitiva no fixar as nossas fronteiras pelo Rio Apa. A sua travessia, das veredas do Miranda às margens do Apa, define pela primeira vez a vocação daquelas planícies como o caminho guerreiro das nossas expedições militares.

E ainda mais. Aquela marcha através do sul de Mato-Grosso com força tão heteróclita e desproporcionada ao número do adversário, bem como resistência do forte de Coimbra, cujos baluartes, desde o gesto de Ricardo Franco se constituíram em catalizadores da coragem moral dos nossos militares, naquela fronteira, assumem o aspecto de caracteres específicos da nossa história colonial, reproduzidos com tôdas as aparências de um fenômeno cíclico, cinquenta anos depois nos mesmos lugares, na história militar do império.

---

#### REFERÊNCIAS:

- V. Correia Filho — *As Raias de Mato-Grosso*, 4 Vols., 1925.  
 V. Correia Filho — Os predecessores de Rondon, *Rev. Inst. Hist. Mat. Grs.* Ano 10, n.os 19 e 20, p. 3.  
 Estevão de Mendonça — *Datas Matogrossenses*, 2 Vols. 1919.  
 Barbosa de Sá — *Crônicas do Senado da Câmara de Cuiabá*, *Rev. Inst. Hist. Mt. Grs.*  
 Siqueira — *Crônicas de Cuiabá*, *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.* Vol. 13, p. 5.  
 João Barbosa de Faria — *Apontamentos para a biografia do Brigadeiro*.  
 Jerônimo Joaquim Nunes — *Rev. Inst. Hist. Mat. Grs.*, Ano 12, N.os 23 e 24 — Parte que deu Cândido Xavier de Almeida e Souza sobre o descobrimento do Rio Igureí — (1783), *Rev. Instituto Hist. Geog. Bras.*, Vol. 18, p. 224.  
 Expugnação do Presídio de Nova Coimbra (Correspondência de Miranda Montenegro, Ricardo Franco de Almeida Serra e Francisco Rodrigues do Prado) *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, Vol. 28, Parte 1.<sup>a</sup>, p. 89.  
 Tomada e Destuição do Forte Espanhol de S. José, *Rev. Inst. Hist. Mat. Grs.*, ano 8, n.º 16, p. 115.  
 Rodrigues do Prado — *História dos Índios Cavaleiros* — (1795) *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, Vol. I.

# A casa do Índio

Major JONATHAS CORREIA

Ao meu amigo Ten. Cel. Lima Figueiredo, historiador e geógrafo.

O governo federal, atendendo a uma patriótica solicitação que lhe foi feita, vai criar, dentro em breve, nesta capital, a Casa do Índio.

E, não há negar, uma realização de caráter altamente cívico e sobretudo útil aos interesses da defesa e do aproveitamento do nosso selvícola.

Já vai desaparecendo, felizmente, a mentalidade que considera o caboclo inapto para o trabalho.

Nada mais injusto, que revela um desconhecimento das grandes qualidades que possuem os descendentes dos primitivos habitantes do Brasil.

O índio, entre nós, foi e ainda é olhado como um ser exótico. Um bugre, perdido nas florestas, sem alma e sem inteligência. Incapaz. Mas a verdade é que nós não lhe conhecemos o espírito, o que ele já produziu, dono que é de um passado sugestivo, relíquia que conserva avaramente e defende do invasor branco. A contribuição indígena à nossa formação é grande. Várias foram as suas formas: do lar à língua.

A decantada luxúria do índio é simplesmente um motivo literário. Foi-lhe ensinada pelo civilizado e este, aproveitando a simplicidade e a ingenuidade do selvícola, desenvolveu-a com requintes inusitados.

Desde a chegada de Cabral que o índio se mostra útil. A questão é saber captar a sua confiança e a sua simpatia.

Anchieta, o nosso maior catequisador e quem primeiro estudou a língua indígena, publicando mesmo o primeiro vocabulário "Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil", dele escreveu ser "um elemento humano de alta valia quando bem compreendido".

Durante vários anos trabalhámos na Comissão de Limites do Setor Norte. Percorremos as fronteiras do Brasil com a Venezuela e Guiana Britânica e aí observámos, diariamente, o mérito do índio.

E' trabalhador, sério, destemeroso, honesto e capaz. Elemento de real aproveitamento, torna-se ótimo auxiliar principalmente no nosso interior, interior longínquo, sertão bruto. Possuidor de uma energia sadia o caboclo não conhece fadigas e nem se furta ao trabalho. Frugal, êle entretanto é nas selvas amazonenses o plantador por excelência. As roças que por lá se encontram, são dele. O branco apenas lhe explora a plantação. Não planta, colhe a do bugre. E quando entende, expulsa-o das terras que cultivou para depois largá-las ao abandono. Daí as vinganças, justas e necessárias, numa terra sem lei e sem dono.

Os ingleses, na Guiana, mantêm uma faixa de terra destinada aos seus índios. Aí êles plantam, colhem e se beneficiam do seu trabalho.

Há um posto militar inglês, na margem direita do Tacutú, em frente da fazenda brasileira de São Salvador. Êste posto é comandado por um oficial, tendo um destacamento às suas ordens, e entre as suas obrigações sobreleva a da defesa do índio.

Um pouco acima há uma missão religiosa, onde os padres, obrigatoriamente aprendem o macuxí e pregam nesta língua, em suas festas.

Sempre que podem, atraem para o seu lado o bugre nacional. Êste vai, pois tem garantias e sossêgo. A situação do lado brasileiro melhorou muito com a chegada da Comissão de Limites, sob a chefia do Cmt. Braz Dias de Aguiar.

Êste ilustre chefe militar tomou a si o encargo de zelar pelos nossos caboclos e neste sentido deu ordens severas aos seus auxiliares.

A comissão vem encontrando no selvícola eficaz cooperador e mais uma vez fica a Nação a dever serviços aos nossos irmãos das selvas.

Já no tempo colonial, o bugre colaborava com o branco, não obstante as injustiças de que era vítima. Vieira, em páginas de fogo, descreve-lhe os tormentos e os suplícios. E no entanto êle está sempre presente nos pontos mais culminantes da defesa do País.

Heróico, bravo, êle foi colaborador apreciável em relevantes momentos. Astucioso, inteligente, tendo a bússola nos olhos, quantas vezes não levou o branco à Vitória, por ínvios caminhos, só dele conhecidos ou percebidos.

Rondon, — o benemérito da Pátria — tem sido um denodado defensor do selvícola nacional pois conhece como ninguem as suas mais apreciáveis e vigorosas características raciais.

O “Serviço de Proteção aos Índios”, também não poupa esforços nem recua diante de nenhum sacrifício no sentido de ver, quanto antes, transformado em palpitante realidade, o humanitário e patriótico ideal de seu ínclito fundador.

Outros defensores dos índios e seus melhores catequisadores são os jesuitas. A obra dêstes padres é simplesmente notável. Para êles, e êste é o ponto que sobreleva a todos — civilizar não significa explorar nem maltratar, mas educar, aprimorar qualidades, incutir a fé. E foi com a fé que êles venceram e vencem. E o Brasil nasceu da fé, afirmou, com razão, Paulo Setubal.

A luta sustentada pelos missionários, em prol do indígena, começou com a descoberta de Cabral. E’ da alvorada da Pátria. Luta tremenda, desafiando toda a sorte de interesses, o homem poderoso e perverso, a sua ganância, a sua obstinação acintosa, os seus pendores desalmados, a arrogância com que desobedeciam a ordens de governadores e cartas régias, presos unicamente à idéia de se afundarem pelas florestas e de lá trazerem o índio escravizado. A tudo, porém, os vigários de Cristo venceram; e ainda estão vencendo os resquícios daquela daninha e feroz mentalidade, fruto de uma época de despotismo.

No humilde trabalho que publicamos, em 1934, sôbre “As Fronteiras do Setc Norte”, frizámos: “Basta que se procure conhecer a história, iminentemente cristã e civilizadora dos padres, no Amazonas, Goiás e Mato Grosso, o que êles tem feito por êsses infelizes habitantes de nossas matas e os resultados obtidos, para se poder afirmar, sem medo de errar, que os nossos bugres são merecedores de proteção oficial. Bem andaria o govêrno se entregasse àqueles padres, definitivamente, a catequese dos nossos indígenas”.

Ainda hoje, mantemos o mesmo juízo. Talvez aumentado.

Um dos mais destacados escritores de geração moderna, o Snr. Jorge de Lima, há pouco, escrevendo sôbre as missões, disse: “As

missões concedem-nos, além de bens espirituais de toda a sorte, uma geografia, uma consciência geográfica, fenômeno muito mais importante que a simples caracterização da descoberta topográfica”, e falando dos missionários, esclarece: “...o pioneiro cristão sabe de antemão que não encontrará esmeraldas nem veios de ouro, mas a insalubridade do clima, os animais ferozes, o alimento escasso e a obrigação das longas caminhadas”.

Não se pode ser mais justo e nem reconhecer com mais critério a obra formidável, já realizada e por realizar, dos abnegados sacerdotes, que viveram ou vivem em nossas matas, procurando nosso caboclo, criando-lhe o físico e o moral, dando-lhe instrução, trabalho e sobretudo a consciência de que é filho legítimo de uma grande Pátria, onde não há lugar para o infame preconceito de raças. E o índio bem merece essa dedicação, êsse sacrifício imenso.

Por isso é digna de encômios a idéia em vias de realização, e estamos convencido que Casa do Índio não será um arsenal de flechas, arcos e bugigangas feitos na capital e mostrados como peculiaridades da vida indígena; um depósito de fotografias inexpressivas ou falsas; um armazem de burocratas ineptos, mas um instituto de pesquisas, onde se estude seriamente a vida, religião, costumes, língua, artes do selvícola, e de onde seja difundida a nova e patriótica mentalidade, antítese da primitiva, da necessária e útil integração do indígena na vida brasileira, como faz a Bolívia, inteligentemente, com o seu bugre. Não devem faltar à Casa ós conselhos e as experiências dos missionários e deverão ser êles, pelo exemplo e pela doçura, pela suavidade dos métodos, pela bondade da fé, os eleitos para trazerem até nós, pelas suas mãos cristãs e dignas, o homem das selvas para o trabalho civilizado.

---

# João Severiano

(Trabalho lido em sessão de 30-IX-43 do Instituto de Geografia e História Militar, ao ser empossado na cadeira general dr. João Severiano da Fonseca.

Cap. Dr. CARLOS SUDÁ DE ANDRADE

Meus senhores :

João Severiano, patrono do Serviço de Saúde do Exército, viveu uma vida pura de arte.

Si a arte é a suprema exaltação dos sentidos que lampeja de gênio, aqui e ali, as criações humanas; si ela é esse privilégio de beleza que distingue na multidão as almas eleitas; si ela deriva do equilíbrio do cérebro e do coração, do talento e da bondade, essas duas forças criadoras que conduzem os homens; a arte é, na verdade, a beleza suprema de viver.

E a vida assim, fecunda, luminosa, ditada pela perene religiosidade da Moral e do Trabalho, pela harmonia de ser, tem a alegria de todas as claridades e o enlévo de todas as emoções.

Nem faltam a ela, os borrões da paisagem, nem a tormenta dos grandes lances dramáticos.

Sócrates teve, na cicuta, o ciclo do martírio!

Cristo, em Judas, o perjúrio da Ingratidão!

Os homens só não são deuses porque não vivem nessa constante exaltação de arte.

Mas em cada um de nós, no pélagos de cada ser, inda o mais indiferente, há sempre um instante em que somos deuses, como haverá muitos instantes em que seremos demônios, loucos e malditos.

Esse instante, êsse relâmpago de gênio, essa fugace clarividência é o instante em que nós, mansamente, sentimos a beleza suprema de viver.

Todas as filosofias, todas as leis morais, todos os preconceitos sociais, todo o cerebralismo da humanidade, não puderam, por isso talvez, arrastar o homem do seu palco natural: — a Natureza que é obra darte suprema.

A música, a pintura, a eloquência, a ciência, a moral são partes da Beleza Eterna de que os homens recebem indistintamente os efluvios e que alguns — os eleitos, transformam em força plástica cuja ação criadora exalta os sentidos, a admiração, o entusiasmo e a sabedoria do grupo social.

Êsses criadores de beleza são os seus guias. A grande massa é a mediocracia que por êles se deixa dirigir ou arrebatado em delírios inconcientes! Êles se agitam como estrelas faiscantes destacadas no pano escuro da noite! Não envelhecem nem se desmentem, porque a inteligência não tem idade e a verdade não tem matizes.

Vivem como Platão, e quando morrem os seus nomes são para as gerações que se sucedem o extenal do exemplo, a eucaristia em que elas vão haurir sabedoria e paradigmas de verdade e de beleza, tal como João Severiano cuja vida luminosa constitue para o Serviço de Saúde do Exército o modelo perfeito do médico militar.

## O HOMEM FELIZ

Meus Senhores:

✓ O elogio do general Dr. João Severiano da Fonseca, cujo nome crisma uma cadeira dêste egrégio instituto de ciências e de letras do glorioso Exército brasileiro, ressalta por si mesmo, como a luz do sol, da sua agigantada bagagem científica e literária.

E si ela não valesse, da sua própria vida utilíssima, cheia dêse senso filosófico de equilíbrio moral que o sagrou, entre os homens de seu tempo e de seu meio, como um varão ilustre a quem não faltaram essas virtudes sereníssimas, tecidas pelas mãos das fadas benfazejas, e que nimbam a frente dos justos e dos eleitos: — a modéstia e a bondade!



Médico, soldado, escritor, poeta, geógrafo, professor, político, e historiador, os seus livros vivem ainda como mananciais riquíssimos de conhecimentos e de beleza, entre os quais, destacam-se “Viagem ao redor do Brasil”, “Da modéstia em geral”, sua tese de doutoramento e a célebre “Oração”, por êle proferida como orador oficial da Academia de Medicina, perante D. Pedro II, e na qual, sem querer e talvez obedecendo àquele impulso instintivo de subconsciência, êle retrata, falando da missão do médico, o perfil da sua própria personalidade: — “Si na sabedoria se exercita o discernimento entre o Bem e o Mal, se na paz da consciência está a suma do verdadeiro prazer, o médico digno dêsse nome tem no seu coração de homem sábio e justo, um trono, onde a ciência e a consciência, isto é, a sabedoria, imperam com majestosa doçura sôbre todas as faculdades da alma: — êle, o médico digno dêsse nome, é um homem feliz”!

E a felicidade não é, meus senhores, uma forma de beleza?!

O paradoxo de Wilde de que a natureza copia a arte, é mais do que uma mentira; é uma injúria e um sarcasmo. A felicidade é uma força espiritual que emana da beleza, da bondade, da justiça e da verdade; para mim os quatro pontos cardiais em que se assenta, toda inteira, a estética da vida humana!

Si a felicidade é essa essência divina e misteriosa que não cabe, às vezes no Mundo e que se agasalha, a miude, toda inteira, no escrínio de um simples coração, então é porque ela resume, na opulência ou na modéstia, entre os hinos da glória, ou entre os sussurros da prece, aquele instante em que o homem se encontra consigo mesmo, no êxtase de viver!

## O ESPÍRITO DE BRASILIDADE

João Severiano foi um homem feliz, e por isso viveu uma vida pura de arte!

Na obra literária e científica, do patrono do Serviço de Saúde, há um traço preponderante que é o dominador comum da sua grande vida de brasileiro e de soldado: — o sentido de brasilidade!

Águas, terras, céus, raças que se cruzam na aleluia das primeiras miscegenisações, nesta gigantesca cardeioide geográfica que é a nossa Pátria, tiveram da sua observação meticulosa, o crivo do estudo e da advertência lúcida e sistemática.

Nunca se estudou, detidamente, "Viagem ao redor do Brasil". Ela e os "Sertões" de Euclides, são quase irmãos gêmeos que escalpelaram aos olhos atônitos dos brasileiros, as verdades tristes que queimam como fogo mas que constróem e purificam porque nasceram da sinceridade e da bravura cívica de dois grandes patriotas!

Se mostram mazelas, afirmam também, em que pese a Gobeneau, com a sua teoria pessimista de não ser possível uma civilização sob o Trópico, a capacidade criadora dêsse povo que desponta das suas matrizes eugênicas, revelando-se ao Mundo e criando no panorama social, uma cultura própria, objetivada, nas próprias reservas bio-dinâmicas e na seiva forte do seu idealismo e do seu candente amor à Liberdade.

Há, em "Viagem ao redor do Brasil", observações do médico, do geógrafo, do botânico, do paleontologista e, sobretudo, do pensador equilibrado que, naqueles dias ainda incertos da nacionalidade, incertos pelo sentido sociológico, traçava rumos e estabelecia equações econômico-sociais pelas quais anteviu o extraordinário e surpreendente progresso atual do Brasil.

### O POETA

Seu estilo, suas afirmações ousadas e impregnadas de amplo e polimórfico sentido de curiosidade, descrevendo, como um garimpeiro audaz, as grupiáras, os rincões ignotos, as dobras evolutivas da terra, os segredos, os mistérios, as lendas, o homem, as riquezas quase desconhecidas de Mato Grosso, de Goiaz, do Amazonas, não perderam nunca o espírito de humanismo e aquela suave expressão de beleza literária que, revelando o escritor, trae, a cada instante, o enamorado das musas.

Na verdade, o cientista, o sociólogo, o político, o geógrafo e o soldado são faces austeras que mal escondem, nos seus reflexos prismáticos, o colorido poético da sua inquieta sensibilidade. A sua alma de artista é um hino potencial. Talvez lhe faltassem as galas da poesia plástica. Talvez todo êsse mundo de cores e de sons que se lhe agitava nas veias, buscasse, ansioso, a música da inspiração para se exteriorisar em cascatas de luz e de belezas pintóricas. Mas, não há negar que o verso, aquí e aí, em todas as passagens do seu

labor, como uma abelha tonta e teimosa, inda que insegura do vôo, enchia de matinas e doirava de mel, as âncias do seu espírito e os impulsos e os devaneios do seu generoso coração.

Nem sempre o bardo sabe cantar e nem sempre a poesia é a poética musicada.

O cenário, a mímica, a emoção, o riso da criança, a flor, o beio da mulher, a lágrima, o palor da lua, a quietude dos ocasos, a mocidade, a bravura, a caridade, todas essas sutís manifestações de beleza das coisas e dos seres são as obras poéticas instintivas da Natureza.

Felizes dos homens que as compreendem; mais felizes ainda dos que recebem de Deus a graça suprema de interpretá-las, pelo gesto, pelo som, pela côr, pela forma, como feiticeiros perdularios da suprema beleza!

João Severiano era dêsses eleitos.

#### FALA FELIX PACHECO

“Burilando a prosa, diz Felix Pacheco, como legítimo escritor, com a perfeição luzidia dos seixos rolados, a própria poesia não lhe deve ser de modo nenhum esquiva, nem se compreenderia que o fosse, pois as musas nunca deixam de requestrar por todos os meios aos que são dessa estirpe multiforme e complexa”.

E acrescenta ainda Felix Pacheco: — “Claro que uma alma assim formada não podia deixar de ter bem assentada, lá muito dentro de si mesma, o seu cunho indisfarçável de poesia”.

“É o sentimento inato da poesia que nessas ocasiões, como aliás sempre e em tudo mais ressalva o decoro das situações penosas que possam sobrevir e compõe a linha moral superior dos eventos que surgem”.

“O Dr. João Severiano soube encarnar com excelsitude, no meio do sossôbro irreparável da Corôa, o pensamento generoso, idealista e justiceiro do Brasil”.

“É que êle não era só um soldado e um médico que houvesse embotado o coração no desencanto inevitável das realizações abruptas da terra. Ao contrário, conservara e cultivara a vida inteira, no fundo do peito, a expressiva flor da bondade e do sonho, cuja fragância eterna tanto enobrece e alevanta a espécie humana, garan-

tindo, a todo o instante, a vitória das forças interiores contra as negações sem alma e os exageros e violências do ódio". "Não era crível que um general, forrado de tão belos sentimentos, não soubesse poetar".

Somente a ode emocionante dedicada a seu irmão Eduardo, morto gloriosamente na batalha de Itororó, entre tantas e tantas outras poesias, assegurava o título de poeta a êsse homem dedicado, às especulações da ciência positiva.

Positiva!, sê-lo-á mesmo?! Si a própria ciência é essa inquieta verdade que amanhã desdiz, leviana como as musas, o que afirmára, na véspera, como um dogma!...

### O PODER DO REI

Outro aspecto curioso da obra de João Severiano é o seu entusiasmo aos homens e às coisas do Sul do País, sendo êle, um autêntico nortista das Alagoas, um "baiano", cuja voz, cujos gestos, cujos hábitos lembravam o filho audaz e desempenado, quase, direi, "largado" das coxilhas riograndenses: — o acampamento glorioso e permanente da Pátria!

Na verdade, há uma identificação bem mais íntima do que se supõe entre o homem do Norte e o homem do Sul. Não os distinguem o engenho e a estância, como afirmou Severino Sombra, o brilhante sociólogo patricio. Tanto um como outra, como formas gregárias de psico-fixação, têm a mesma fôrça centrípeta e alimentaram na aurora da nacionalidade, os mesmos sentimentos nativistas e democratas do homem brasileiro.

Nem, também, o decantado poder do Rei que ainda Severiano Sombra proclama como o único fator sociológico de agregação nacional no Sul, merece ser lembrado como traço característico de diferenciação que nunca houve e nem há, entre as gentes dos paralelos brasileiros!

A bravura de um e a coragem leonina de outro; a voz da guitarra e o gemido colorido da viola, o engenho e a estância, antes se completam nos pequenos detalhes psicológicos, cujas origens vêm da mesma herança comum, o lusitano; antes se completam que se distanciam por caracteres diversos. Não foi propriamente o poder do Rei, o fator sociológico da Unidade Nacional, nos Pampas.

Há um fato psicológico, mas sutil, nem por isso menos apreciável que, a meu ver, plasmou o espírito irrequieto e belicoso do gaúcho: — O ódio velho de velhos irmãos irreconciliáveis: — O espanhol e o português que o trasladaram para o palco verde do Novo Mundo e aqui o alimentaram, no sangue das primeiras gerações crioulas.

Ambos, português e espanhol, têm o espírito gregário acentuado. Sua Pátria é a terra rebentando em flores, em frutos, ao som dos regatos sussurrantes.

Cortez, no México, é um exemplo insofismável. Insaciáveis de latifúndios, de lonjuras verdes, primitivas, todo sangue deles se lhes agitava nas veias cantando a Marselheza da Conquista.

### PORTUGUESES E ESPANHOIS

Senhores do Novo Mundo, mais orgulho tinham de fazê-lo somente espanhol ou português, pelo épico do feito, pela vaidade de dilatarem-se a si mesmo, em alargar pelo Universo a glória de ser espanhol ou de ser português, do que em conquistar terras e perseguir tribus ameríndias em nome de um Rei que êles, um e outro, sabiam ter sôbre si, largados no outro lado do mundo, uma autoridade relativa. O Atlântico era então, grande de mais para não deixar de enfraquecer a autoridade de todos os Reis e o poder de todos os Impérios. As caravelas dos Corsários, as corvetas dos piratas, valiam mais no Oceano imenso e desconhecido que todas as corôas dos Reis.

O próprio tratado de Tordesilhas nada mais é que uma concordata, um jogo de parar, no delírio patriótico dêsses dois orgulhos raciais que se mediam, num cenário ciclópico, em progressão aritmética. No Sul, nas ribanceiras do rio da Prata, êles se encontraram e mediram fôrças novamente. Os visigodos da Ibéria, e os pastores de Viriato, outra vez, na história eriçaram as lanças inimigas e, outra vez, deflagaram, no íntimo do ser, o velho orgulho hereditário de ser português ou de ser espanhol. As bandeiras que hastearam foram por certo as mesmas que trouxeram nas suas náus da aventura ultra-marinha. Foram as bandeiras do Rei. Mas o calor que as fazia vibrar, êsse nascia do velho ódio imortal que separou, séculos atraz, pelo espinhaço da Serra da Estrela, as duas tribus rivais. No Norte pouco, muito pouco, o espanhol se infiltrou e

a não ser a aventura dos holandeses e dos franceses prontamente repelida, não encontram os portugueses, rivais na dominação!

Daí, mais tranquilos, mais agrários os filhos do Norte, ao contrário dos seus irmãos do Sul, aos quais somente o pastoreio era permitido naquela irrequieta contra-dança das lides fronteiriças.

O poder do Rei, era neles, portanto, um sentido orgânico de gregarismo, de auto-defesa, de posse pelo preço de todos os sacrifícios e de todas as cobiças!

A alma do homem é ainda um laboratório de maravilhosos segredos. Antes do homem social, há o homem biológico que se afirma porque é o homem, com ou sem Rei, com ou sem bandeira! Desperte-se o "baiano" dos engenhos e temos os dois Guararapes e toda a arrancada espartana de Pirajá e D. Cabrito. Tal qual os arremessos da peionada do Rio Grande nos tempos heróicos das missões!

#### O ENGENHO E A ESTÂNCIA

O engenho, com os canaviais e a estância, com os rebanhos ao Deus dará, soltos no lombo simétrico das coxilhas, têm, na verdade, a mesma alma, o mesmo sentido psicológico, revelado, de resto, no folclore que é, como aquelas anônimas flores dos campos, que nascem iguais, desrespeitando os climas e as alturas, por um mistério da criação, no Norte ou no Sul, no Leste e no Oeste do Brasil! Quem não as têm encontrado!! O homem foi e será sempre o escravo de sangue da terra-Natal. A fragância das primeiras flores aspiradas, o calor dos primeiros beijos maternos, o gorgueio dos pássaros nativos, a inquietação dos primeiros folguedos, a doçura dos primeiros frutos saboreados na garrudice da infância plasmam na alma nascente do homem um penhor que não se resgata nunca, e um amor que não morrerá jamais. Filho de todos os anceios mesológicos, de todas as tentações misteriosas do cenário, da rosa aveludada, do verso candente, da terra húmida de desejos das estrelas reluzentes, dos luars românticos, de todas essas sutís solicitações da natureza para o amor; filho siderado de dois corações que se harmonizam na missa de um beijo, o homem é o reflexo de todas as coisas, de todas as forças ambientes da terra natal. E a terra brasileira pouco varia nas suas entranhas quaternárias para gerar homens diferentes!

A consciência do grupo é que varia às vezes, pelo império das circunstâncias sociais. Mas o homem brasileiro mantém-se imutável, nas suas propriedades psíquicas. Capaz de todos mimetismos, mesmo somáticos, as suas faculdades espirituais e sentimentais são sempre, entretanto, iguais a si mesmos porque vindas de origens comuns!

A prova provada dessa identificação entre nortistas e gauchos, está mesmo nesta adaptação de João Severiano aos usos e costumes do Sul, a tal ponto que, se não fora o seu tipo físico atarracado de alagoano, não se perceberia que êle era um dos "sete Macchabeus" de D. Rosa da Fonseca, aquela maravilhosa matrona que festejava, com luminarias, na casa senhorial, a morte de seus filhos varões na frente da batalha!

Já aprendemos demais para que nos baste a história cronológica. Ela se nos assemelha um museu de cêra! Frias, inertes, coloridos por certo; nada mais sem vida, nada mais da morte que essas estátuas enfileiradas que os nossos olhos contemplam com infinita piedade, um instintivo desdem, e, porque não dizê-lo, com um vago e secreto sentimento de nostalgia e de medo! O Passado não é uma religião, nem um escrínio de recordações. O passado é uma ciência, uma filosofia, uma escola ativa, na qual, nos vemos sempre, crescendo e progredindo, das origens do Mundo, da palafita como uma caudal que se visse, nascendo, do humilde regato sussurrante!

### CONCEITO DE DATA

Tudo no Universo tem uma razão de ser. Sentí-la é que constitue o privilégio da inteligência!

Sentí-la e interpretá-la, eis a História verdadeira!

E é por isso que, sem paradoxo, pode haver História sem datas e sem números!

A história é a tecedeira invizível, que noite e dia, sem descanso, vai compondo anonimamente a sua toalha rendada. De raro em raro, mostra aos olhos do mundo, a prenda do seu infatigável labor: — eis a data! Concatená-las, compreende-lhes o sentido evolutivo, aperceber-se do seu segrêdo de relação; sentir a sua razão de ser, acima dos homens, que lhes são méros instrumentos, malgrado o

seu orgulho criador, eis a psicanálise, ou melhor, a História analítica, do Mundo!

Todos os fatos históricos têm, pois, uma significação relativa. É preciso vê-los, além de si mesmos, para não incidirmos em erros, às vezes, grosseiros e imperdoáveis!

No quadro brasileiro, tudo há por aprender, malgrado, esses beneditinos prescrutadores de datas, os Varnhagens, os Rocha Pombo, que andaram e andam curiosos, pelos arquivos, a descobrir as origens e as reminiscências da vida nacional! Outra lanterna de Diógenes deve-lhes iluminar as romarias histórias!

O óleo santo dessa nova luz é a psicologia das multidões, digo melhor, a psicanálise!

Por ela, compreendemos o fenômeno evolutivo do nosso grupo social, desde aquela carta de Pero Vaz Caminha, desde aquela missa de Frei Henrique de Coimbra!

### O CICLO DE GETULIO VARGAS

Daí sentimos melhor e nitidamente, o climax dessa rajada de civismo e de brasilidade que galvanizou uniformemente toda a Pátria sob o ciclo de Getulio Vargas, o brasileiro visionário que, na esfera política, primeiro compreendeu, a meu ver, êsse fenômeno psicológico nutriz e unificador do nosso grupo social.

### UM DOS SETE MACCHABEUS

Meus Senhores!

Singular é a personalidade do General Dr. João Severiano da Fonseca, que recebeu a consagração unânime para patrono do Serviço de Saúde do Exército em um pleito memorável.

Nascido na legendária cidade das Alagôas, de uma estirpe de guerreiros, tornou-se, quase adolescente ainda, médico ilustre, por marcada inclinação espiritual.



## O BRASIL É UNO

O Brasil, longe de ser um milagre sociológico pela Unidade Moral e Cívica de seu povo, espalhado numa das maiores vastidões da terra, como afirmavam os que não o conheciam e não o compreendiam; o Brasil é, e será sempre lógica e naturalmente, o resultado do equilíbrio dessas razões psicológicas que antecedem, na análise bio-dinâmica aos fatores históricos e sociológicos! A história tem também a sua psicanálise, que, na verdade, é a própria História.

As datas, os números, os fatos desenrolados na ribalta universal, concatenados por certo na cronologia, constituem apenas a noção do tempo e a fria descrição panorâmica dos acontecimentos humanos. Essa História não é aquela que a inteligência prescruta como ensinamento, ciência, alma e nervos das ações que tangem os homens, como secretas forças criadoras, ou, mais modestamente, transformadoras do fenômeno social que, de resto, é a própria vida universal.

## UM CONCEITO NOVO DE HISTÓRIA

Taine, descrevendo, por exemplo, a Revolução Francesa, foi, por certo, insuperável como narrador fidelíssimo daquela arena agitada onde só vislumbrou crimes, salteadores, párias, ódios e ambições desenfreadas de almas tintas de sangue e corrompidas de delírios messiânicos. Não viu, entretanto, como muito bem salientou Gustavo Le Bon, que toda aquela coórte sangrenta, todo aquele inferno, aquela fervedura de paixões se alimentava de um pão novo, invizível como a fé que se concretisa na alma branca da hóstia, pão do espírito libertado, o ideal da Democracia Universal!

Pelo bem dela, os homens e as mulheres eriçando os chulos e a guilhotina, matando como carnicheiros inconcientes, construíram um novo conceito de vida, para que a Humanidade desse um passo a mais, na sua acidentada evolução! Foram antes fantoches do Destino que agentes autoditadas!

Taine não sentiu o fenômeno social nem se apercebeu das razões psicológicas que, se descarregaram como o raio, naquele quadro perturbador e alucinante, aparentemente monstruoso e sem lógica. Não fez psicanálise, nem sequer prescrutou o encadeado dos motivos sociológicos que o eclosaram. Serviu à História?

Antes a desserviuiu, porque nos legou uma fria narrativa na qual não soube ou pôde interpretar a relação entre a causa e o efeito.

### A PSICANALISE

O historiógrafo passou da moda. Depois da Arqueologia, da Paleontologia, da Sociologia e, sobretudo, da psicologia profunda, o fato social não é apenas uma data que se regista como se regista um número, num caderno de notas. Ela tem uma alma. Ela possui um motivo secreto, ela apresenta uma lógica imutável, ela deriva de uma razão irradiante, imperativa, ela é, sobretudo, um resultado, um efeito matemático cujas origens vêm do mais íntimo do ser e se polarisa ora sutil, ora fragorosamente, encadeiada invizivelmente, numa sequência misteriosa, pelo Destino, o árbitro supremo dos homens!

Dos filhos homens de D. Rosa da Fonseca — era o único que se desviára daquele candente entusiasmo pela carreira militar. Um após outro, os seus irmãos iam vestindo a farda de soldado, com a qual depois, no campo da honra sagravam para a pátria o signo glorioso que é a legenda espartana dos Fonseca.

E o jovem médico não quis ou não pôde fugir ao destino de também vesti-la, para honrá-la igualmente, constelando-a de luz com os salpicos de sangue das feridas jorrantes que pensou no arremesso das batalhas. Era a graça, a suprema graça com que Deus nimbou D. Rosa, roubando-lhe para a Pátria, todos os filhos varões. Apesar de médico ou por isso mesmo, João Severiano foi, um dos “sete Macchabeus”. Hoje o seu nome é para o Serviço de Saúde um símbolo vivo e galhardo que lembra por si mesmo as virtudes paradigmas do médico militar.

Nasceu a 27 de Maio de 1836, do consórcio do tenente-coronel Manoel Mendes da Fonseca com Dona Rosa Paulina da Fonseca.

## O MÉDICO DO EXÉRCITO

João Severiano, o sétimo dos Fonseca, estudou medicina na Faculdade do Rio, assentando praça no Corpo de Saúde do Exército, em 29 de Janeiro de 1862, como 2.º cirurgião.

Já era, por essa época, condecorado com o hábito de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, pela relevância de seus serviços altruísticos, quando ainda estudante, na terrível epidemia de cólera-morbus que assolou o Rio de Janeiro em 1854.

Sua primeira comissão militar foi num corpo de tropa na guarnição da Côrte, passando depois para a Escola Militar de aplicação do Exército e o Hospital Militar.

Quase três anos depois, estava no gozo duma licença para tratamento de saúde, quando, surge, com a missão Saraiva, o incidente bélico com a República Oriental do Uruguai.

Ansioso para tomar parte nessa campanha desiste espontaneamente do resto da licença, partindo para aquele destino em 15 de Dezembro de 1864.

Este ato, de verdadeiro soldado e de cidadão conciente dos seus deveres cívicos mereceu-lhe honroso elogio do Ministro da Guerra.

Começara, então, o ciclo glorioso da sua vida de serviços à Pátria.

## AS CAMPANHAS

Por longos e ininterruptos sete anos, dia a dia vividos na estacada das ações de guerra, sem tréguas para o médico militar, enche-se a sua refulgente fé de officio de elogiosos assentamentos nas campanhas do Uruguai e principalmente, a seguir, na guerra do Paraguai.

Páginas e páginas do enorme 3.º Livro Mestre do Corpo de Saúde do Exército atestam, na singela narrativa da linguagem official, a imensidade do seu labor profissional de guerra.

Citações, elogios, louvores dos seus chefes, anotações de graças honoríficas, toda uma vida trepidante se espelha, para os próximos daquelas páginas em cursivo.

Inúmeras foram as batalhas, inúmeros foram os sacrifícios, nas marchas penosas, nos assédios perigosos, nos acampamentos improvisados, em que João Severiano tomou parte, sem descanso de um instante.

Osorio, o centáuro do Brasil, elogiou-o em plena batalha, entusiasmado pela correção daquele silencioso e desprendido capitão-médico que enfrentava a morte serenamente para salvar a vida dos camaradas que tombavam.

Vemô-lo, depois, em Assunção, a renovar os seus uniformes militares, já tão consumidos pela ação do tempo e pelas réfregas de mil penares.

O soldado se lembra então do artista, talvez do poeta, ao enfeitar, depois da luta cruenta, o peito marcial com as medalhas de Cavaleiro da Ordem Imperial de Rosa, de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, do oficialato da Ordem S. Bento de Aviz, das campanhas do Uruguai e do Paraguai.

#### ATIVIDADES DE TEMPO DE PAZ

Em Dezembro de 1871, volta João Severiano para o seu velho e conhecido hospital militar da Côrte, — o lugar mais disputado de então e de todo o de maior realce técnico.

A patina da guerra é a auréola que nimba, além de tantos outros predicados de espírito e de coração, a sua já marcante personalidade! Três anos depois, posto à disposição do Ministério dos Estrangeiros, afim de fazer parte da comissão de limites entre o Brasil e a Bolívia, deixa a Côrte, rumo ao Oeste, donde nos trouxe um livro autêntico: — “Viagem ao Redor do Brasil”.

“No itinerário de subida de sua volta redonda à quase todo o Brasil, como diz êle mesmo no fecho da sua obra, tive oportunidade de rever as terras ribeirinhas do Rio Paraguai. Quantas recordações, umas doces e agradáveis, outras extremamente amargas nos desperta a vista dêsses lugares, cenário outrora de tantas emoções, perigos e glórias, nessa imensa e cruenta epopéia que se chamou *guerra do Paraguai*”.

## A BAGAGEM CIENTÍFICA E LITERÁRIA

Regressando da fronteira boliviana, João Severiano retoma, mais uma vez, o seu antigo lugar de 1.º Cirurgião do Hospital Militar, no morro do Castelo, do qual, em Março de 1890, foi diretor modelar.

Já amadurecido pela idade e pelo estudo, saem-lhe da pena, outros livros magníficos: — “A Gruta do Inferno da Província de Mato Grosso”, os “Brazões da cidade de Mato Grosso”, os “Índios do Guaporé”, “Climatologia de Mato Grosso”, “Origem das sociedades de estudo”, “Raças e Povos, suas origens, afinidades, identidades e distinções”, “Sôbre o celibato clerical e religioso”, “Novas investigações sôbre Mato Grosso”, “Dicionário Geográfico da Província de Mato Grosso”, “Dicionário de Brasileirismos” e o “Diário da Campanha do Paraguai”.

Seu nome ilustre abriu-lhe as portas da Academia Imperial de Medicina, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das Sociedades de Geografia de Lisboa, Lima e Madrid, e do Instituto Arqueológico Alagoano.

O Instituto de França concedeu-lhe as palmas de oficial.

## UM GESTO INVULGAR

Homem de atitudes claras e incisivas, toda a vida de João Severiano de disciplina conciente e de acentuado amor à sua classe e ao Brasil. A altivez do seu caráter sem jaça fê-lo personagem central da memorável sessão de 29 de Novembro de 1889 do Instituto Histórico, a primeira que se realisava após a Proclamação da República e na qual pronunciou essas palavras severas: — “Eu me levanto aqui solenemente, para pedir ao Instituto que no meio dos seus arroubos pelos esplendores da Mãe-Pátria, não se esqueça da gratidão que deve àquele (referia-se ao Imperador D. Pedro II), que foi um protetor e pai e que nesta hora, marcha para o exílio”!

O regime republicano veio encontrá-lo na cadeira de professor de ciências naturais do Colégio Militar, onde lecionava, sem prejuízo de suas funções no Corpo de Saúde, desde 1887.

## O POLÍTICO

Um ano após a proclamação, ei-lo, general médico, chefe do seu quadro, para deixá-lo logo depois, afim de assumir na Constituinte, a cadeira de Senador pelo Distrito Federal.

A Política, a cortezá de mil amantes cavilosos, pouco soube prendê-lo nos seus braços. Signatário do manifesto dos 13 generais, Floriano o reformou. General médico, escritor erudito poeta, político de desassombradas atitudes professor, historiador, homem boníssimo, a sua figura moral tem o relêvo de um varão de Plutarco.

## UMA SÍNTESE PSICOLÓGICA

Difícil fazer dessa vida gloriosa e poliforma uma síntese psicológica.

O erudito dos Fonseca, o soldado das campanhas do Sul, o escritor e o sociólogo, o médico fascinante, o homem público fazem da sua personalidade de escol, um mosaico surpreendente que dificulta, ou digo melhor, facilita a análise da sua vida, tão intensamente vivida!

## O PATRONO DO SERVIÇO DE SAÚDE

E foi por isso que o Serviço de Saúde do Exército foi buscá-lo, do nimbo do Passado, para alcandorá-lo em pleito memorável na investidura de seu Patrono, como símbolo do médico militar.

Sabemos bem quanto temos de honrá-lo e quanto temos de trabalhar para não desmerecer do brilho fulgurante da nossa Estrela-Guia!

## O LABOR DO MÉDICO NO BRASIL

Meus senhores!

A história das sociedades humanas é, em última análise, como mostrou Wells, uma aventura do homem através do espaço e do tempo. Mas a aventura do homem brasileiro constitue qualquer coisa de surpreendente e de milagroso.

Há, sem dúvida, no Brasil como em quase todos os países, graves problemas de saúde pública, de assistência social, de pauperismo que exigem estudo e solução do Estado.

Mas êsse é o quadro social geral, em equação permanente.

Para se avaliar a extraordinária tarefa de saneamento do Brasil, e do enriquecimento e recuperação para o trabalho do homem, entregue a todas as endemias e flagelos sociais da *Doença*, basta olhar o mapa da nossa terra.

É mais que um país, é um mundo.

É um mundo novo, erguido quase de improviso, sem vias de comunicação suficientes, sem meios para realizar prontamente uma assistência social necessária a todos êsses mil e um núcleos de aglutinação humana, disseminados, como estrelas perdidas, nesta vastidão semi-virgem de cordilheiras altíssimas, de rios-mares, de florestas primitivas de "caatingas" inacessíveis, de desertos escaldantes, de vales profundos, de litorais imensos. Todos os climas, todas as latitudes, todas as raças, todos os costumes; mas tudo isso, unido, pela mesma língua, pela mesma religião, pela mesma bandeira e pelo mesmo sentido de nacionalidade e de Pátria! É, na verdade, uma tarefa de titã!

Mas o brasileiro a fez, a está fazendo, malgrado todos os óbices, a escassez de recursos e de todas as dificuldades, advindas das longitudes colossais!

## RUMO AO OESTE

Hoje sentimos, na verdade, que o brasileiro despertou dêsse longo sonho de ufanismo que o entontece há quatro séculos! Basta de verdes mares bravios, de tesouros encantados, de miragens feitiçeras que lhe faziam crer que até o pó dos caminhos era poeira dourada!

Hoje êle volve as vistas, novamente, para as planícies e para os vales rumorejantes do interior. O lirismo ideológico que precipitou, antes de tempo, a cristalização do nosso evolucionismo político, já não se alenta, exclusivamente, ao marulho das vagas atlânticas. Já não houve só as impressões alienígenas e os ditirambos do aticismo fascinador!

Ouve, escuta, também, a voz trepidante e cabocla que canta, nas frondes verdes das florestas, na ânsia branca e vertiginosa das cachoeiras, na harmonia geométrica das searas, os anseios palpitantes da realidade brasileira.

Esse fenômeno é o sentido verdadeiro da brasilidade que o Estado Nacional sintetizou na fórmula promissora do Rumo ao Oeste e do discurso do Amazonas.

### A TAREFA DO EXÉRCITO

Dentro, do Exército, — o grande mudo, mas também o grande artifice do civismo e da grandeza da Pátria, — tem o Serviço de Saúde, a sua parcela de trabalho e de candente vigília.

É de ver-se a tarefa redentora do médico regimental, fazendo nos recrutas e conscritos, a profilaxia sistemática das moléstias infecciosas, vacinando contra a varíola, o tifo, a febre amarela e as desintérias; curando as verminoses, o impaludismo, as moléstias venéreas e as evitando, numa rigorosa polícia sanitária.

A educação física, a vida higiênica e movimentada a que está sujeito o recruta, o vai transformando, pouco a pouco, no soldado sadio e apto, capaz de, depois, no seu retôrno à vida civil, se transmutar, conscientemente, pela evidência do exemplo em que se encarna, no maior e espontâneo propagandista da ação benfazeja da caserna.

Essa cruzada que enche de orgulho o Exército inteiro, é o melhor prêmio para o médico militar que, como Pigmalião, se apaixonou pela sua obra magnífica de civismo criador e de vitalidade promissora!

Ele é o continuador, numa doutrina mais uniforme de eugenia, daquele apostolado de renúncia do modesto, o anônimo mas infatigável batalhador: — o médico rural cujo monumento devia ser erguido em praça pública, pelo muito que sofre e realiza, pela sua Pátria e pela sua gente!

### O MÉDICO DA RAÇA

O Exército abre ainda no seio bruto dos sertões, as tendas da sua missão de bandeirante.



São verdadeiras colônias militares que educam, curam, civilizam as populações perdidas que, lá, pirilampeiam, o gênio adormecido da raça!

Reivindico, pois, para o médico militar, neste instante em que fato, e nunca falei de tão alto e para longe, o título que lhe pertence pelo seu labor de silencioso obreiro da grandeza da Nação: — O médico da Raça!

## EVOCACÃO

### Meus Senhores!

Na cadeira de João Severiano tão cheia de responsabilidades viestes hoje assentar o modesto capitão médico que mal domina o seu assombro pela vossa magnanidade e a incompreendida e esbanjadora confiança de que dais prova generosa.

A mocidade tem, entretanto, arroubos que não se explicam senão pela incompreensão da responsabilidade que assume, confiada cegamente no porvir. Trepida e marcha porque é sã de espírito e de corpo e enamorada das estrelas, cuida que, algum dia, há de também senti-las entre as mãos, somente com o fogo da sua fé e a crença da sua paixão!

Permití, então, que eu me ufane desta gloriosa vitória e das galas desta festa, eu faça um ramalhete de flores, bem vivas e bem rubras, para ir, em romaria votiva, depositá-las, como uma piedosa e sincera homenagem do meu respeito e da minha gratidão, numa campa solitária onde dorme um velhinho de cabelos brancos a quem devo, além da vida pelo muito que fez por mim, êste instante magnífico da minha ascensão intelectual: — Meu Pail



